

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ARTES

Mestrado em Multimeios

O ÍNDIO NA MÍDIA IMPRESSA EM RORAIMA

MARIA GORETTI LEITE DE LIMA

200327452

CAMPINAS - 2001

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

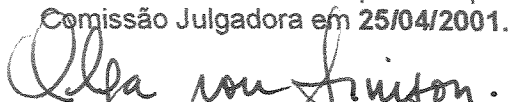
INSTITUTO DE ARTES

Mestrado em Multimeios

O ÍNDIO NA MÍDIA IMPRESSA EM RORAIMA

MARIA GORETTI LEITE DE LIMA

Este exemplar é a redação final da
Dissertação defendida pela Sra. Maria
Goretti Leite de Lima e aprovado pela
Comissão Julgadora em 25/04/2001.


Prof. Dra. Olga Rodrigues de
Moraes Von Simson
-orientadora -

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Multimeios do Instituto de Artes da UNICAMP, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Multimeios, sob a orientação da Profª Drª. Olga R. de
Moraes von Simson.

CAMPINAS - 2001

UNIDADE	82
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	L628i
V	EX
TOMBO BC/	55268 → 55267
PROC.	16-124103
C	☐
D	☒
PREÇO	129.11,00
DATA	15/08/03
Nº CPD	

CM00188318-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IA. - UNICAMP

BIB ID 298314

L628i Lima, Maria Goretti Leite de
O índio na mídia impressa em Roraima / Maria Goretti Leite de Lima. – Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Olga R. de Moraes von Simson.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Artes.

1. Índios – Roraima – Etnologia. 2. Jornalismo – Roraima
3. Antropologia visual. 4. Jornais brasileiros. 5. Fotografia na
etnologia. I. Simson, Olga R. de Moraes von II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Artes. III. Título.

“O temor do Senhor é o princípio da sabedoria.”

Provérbios 9:10.

AGRADECIMENTOS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A Deus, pelo Seu poder e sabedoria; por ter concedido a graça de buscarmos o conhecimento científico que norteia esta pesquisa.

Aos meus pais, José e Leopoldina, pelo esforço e sacrifício em dar-me uma boa educação.

Expresso, sobretudo, minha gratidão à Prof^a Dra. Olga R. Moraes von Simson, minha orientadora, por sua disponibilidade, paciência, seu senso de humanidade e sua notória capacidade intelectual.

Aos meus irmãos: Ângela, Denise, Elza e Neile, Ricardo (*in memorian*), Robério, Roberto, Rogério e Ronaldo. E ao amigo e cunhado José Luiz Pereira.

Aos meus irmãos em Cristo: pastores Jardelina Macedo Luz e Jefferson Fernandes, Josymar Fonseca, Paulo César Barros Gomes, Clodoaldo e Beth Vieira; irmãos Noujain e Josinith Pereira, Arilda Gondim, Paulino Custódio, Maria do Céu e Roberto Egon Heinrich; missionária Carmelinda; irmãos Zilda Cruzeiro, Mendonça e Zelza Del Pino e, em especial à missionária Helenilda Cunha; e aos amigos Elacy e Hélio Brilhante. Fica testificado o mesclar do Espírito de Deus, cujo Senhor é a nossa patente registrada, chamada amor.

A pesquisa de campo não é feita somente de observações da realidade, e sim de discussões com outros pesquisadores, como Erotilde Honório Silva, Odileiz Sousa Cruz, Carlos Cirino, Luiz Júnior, Madalena Borges, Alexandro Namem, Roberto Ramos e Ótila Telles, que me incentivaram a não desistir desta caminhada.

Agradeço à Unicamp, por propiciar a realização do sonho de uma pós-graduação e à Universidade Federal de Roraima – UFRR, por oferecer a oportunidade de estudo. À Capes, pelo plano de capacitação docente.

Aos Macuxi, Yanomami, Ingaricó, Patamona, Wapixana, Wai-Wai, Waimiri-Atroari e Taurepang, o meu agradecimento especial. Sem eles seria impossível realizar esta pesquisa.

Aos professores, funcionários e à biblioteca do Instituto de Artes, pela colaboração prestada no decorrer da pesquisa. Aos professores do Departamento de Comunicação Social da UFRR e, em especial, a todos os ex-alunos do curso de jornalismo.

Aos amigos: Paulo Lapa, pela ajuda valiosa na editoração eletrônica e digitalização de imagens, que permitiu essa apresentação final do trabalho e Ricardo Barsanelli pela colaboração na execução e edição do *CD-Rom*.

E àqueles que expressaram pequenos gestos de amizade e de carinho pelo meu estudo como: Paulo Martins, Eliakin e Vânia Rufino, Henrique Tremante, César Dias, Elizabeth de Lucena (secretária da Diocese de Roraima), Auxiliadora Ferreira (Dorinha), Clidenor Andrade Leite e Vicente de Paula Joaquim.

Aos empresários de Comunicação: Fernando Quintella (*A Gazeta de Roraima*), Getúlio Cruz (*Folha de Boa Vista*) e Diretores d'O *Diário*. Agradeço, em especial, aos fotógrafos Alfredo Maia, Antônio Diniz, Eides Antoneli, Fernando Matos, Kátia Brasil, Maria José, Nonato Souza, Platão Arantes e Zuleida Vianna, e aos chargistas Flávio, Landi, Marco, Mario Barreto, Joaquim Oliveira e Clécio.

Muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa pretende refletir sobre a construção da imagem do índio na mídia impressa em Roraima, por meio do uso de representações iconográficas, acompanhadas ou não de textos (charges e fotorreportagem), como forma de entender a contribuição da imprensa para a constituição da imagem do índio no imaginário da sociedade roraimense.

Nossa reflexão se deu ao longo da trajetória da luta dos indígenas pelos seus direitos. Como pano de fundo da pesquisa, mostraram-se aspectos relevantes em torno dos constantes conflitos fundiários entre índios, fazendeiros, garimpeiros e autoridades locais, tentando esclarecer essa disputa fundiária ocorrida na área contínua Raposa/Serra do Sol e na reserva Yanomami, no Estado de Roraima, em que gerou situações de violência interétnica. Pesquisou-se em três jornais impressos, editados em Boa Vista, capital do estado de Roraima. Dois são de circulação diária: *Folha de Boa Vista* e *O Diário*, e um de circulação semanária, *A Gazeta de Roraima*.

Na pesquisa selecionamos matérias jornalísticas sobre o índio a partir de três eixos temáticos: a demarcação da terra na reserva Raposa/Serra do Sol, o Caso Haximu, ocorrido em 1993, e os conflitos de terras. A escolha recaiu sobre as matérias que contivessem foto ou charge interligadas ao texto, contendo crédito da matéria e da foto. Todo o material jornalístico, fotográfico e ilustrativo foi ordenado em uma ficha, na qual inserimos informações que identificassem cada matéria. A seguir, gravamos as fotos e charges em um *CD-Rom*, organizadas em ordem cronológica por jornal e período, dentro dos três eixos temáticos.

No estudo, foi possível encontrar três tipos de imagens do índio, inseridas nas matérias jornalísticas da mídia impressa em Roraima. A primeira imagem mostra um conceito mais antigo de silvícola e aponta uma visão estereotipada, preconceituosa e discriminatória do indígena desde Colombo até os dias atuais, a qual, ao longo destes

seis anos, é reforçada nas charges, em que vemos o índio indefeso, incapaz, necessitado de apoio da sociedade branca para sobreviver. Nossa descoberta está numa nova imagem que surgiu a partir dos conflitos fundiários e dos movimentos de demarcação da área contínua Raposa/Serra do Sol. Nela vemos um índio reivindicador, lutando pela sua autonomia e direitos de sobrevivência e de posse da terra. Eles aceitam como parceiros instituições religiosas, órgãos governamentais de defesa do índio e autoridades ligada à causa indígena, porém não permitindo interferências indevidas. Essa imagem mais próxima da realidade contemporânea foi captada através das fotorreportagens. E, por último, temos a construção de uma imagem em que os jornais investem: de um índio subversivo, desumano, manipulado pela igreja, incapaz de pensar e produzir.

Em nossa análise, observamos que o elemento charge, por ser uma criação do chargista, na verdade revela a interpretação do autor dos fatos retratados de acordo com a ordem do dia da redação do jornal, podendo, portanto, ser de fácil manipulação, correspondendo assim ao desejo dos editores dos órgãos de imprensa. Por outro lado, quanto ao elemento fotografia, (embora possa também sofrer esse mesmo processo) notamos em nossa pesquisa que a fotorreportagem retratou os acontecimentos, no calor da hora, mostrando o índio como ator social e político, que toma a dianteira da luta reivindicatória, reproduzindo a participação contemporânea dos indígenas nos embates políticos locais.

ABSTRACT

This research pretends to reflect over the construction of the image of the Indian in the written media in Roraima, through the use of iconographic representations, followed or not by texts (charges and photographic reports), as a means to understand the contribution of the press for the constitution of the image of the Indian in the imaginary of the society of Roraima.

Our reflection followed the path of the struggle of the Indians for their rights.

As background of the research we show relevant aspects of the local Indian problematic, trying to understand the constant conflicts which occurred in the State of Roraima, generating situations of inter-ethnic violence. We researched three newspapers edited in Boa Vista, capital of the State of Roraima. Two are published daily: *Folha de Boa Vista* and *O Diário* and one is a weekly publishing, *A Gazeta de Roraima*.

In our research we selected journalistic topics about the Indian following three thematic axes: land demarcation in the Raposa/Serra do Sol reservation, the case "Haximu", occurred in 1993 and the land conflicts. The choice fell upon the matters which had photos or charges linked to the text, which contained credits of the matter and of the photo. All journalistic, photographic and illustrative material was ordered on files, in which we introduced information which identified each matter. Photos and charges were recorded on CD-ROM, organized in chronological order by newspaper and period, in the three thematic axes.

During our studies we found two images of Indians built by the journalistic matters: the first points at a more ancient concept of savage in which a stereotyped, prejudiced and discriminatory vision is revealed. This construction, seen along these six years, is reinforced by the charges, in which we see the defenseless and incapable

Indian, needing the support of the white men society in order to survive. Our finding is a new image, which originates from the movements of demarcation of the Raposa/Serra do Sol reservation. Here we see a demanding Indian, fighting for autonomy, land ownership and survival rights. No longer does he accept the interference of people, religious entities, governmental organs for Indian defense, nor of authorities linked to the Indian cause. This image, which is closer to a actual reality, was captured through the photo-reports.

In our analysis we observed that the charge, being a creation of the designer, reveals the interpretation of the author according to the order of the day of the editorship of the newspaper, and can be of easy manipulation, thus corresponding to the desires of the editors of the press organs. On the other hand, as to the photographic element (although it can also suffer such process), we notice that the photo-reports show the facts in the heat of the moment, revealing the Indian as a social and political actor who leads the demanding fight, thus corresponding to the contemporary participation of the Indian in the local political struggles.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	15
INTRODUÇÃO	17
1. AS NUANCES DA INVESTIGAÇÃO	21
1.1. A ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL JORNALÍSTICO E ICONOGRÁFICO	21
1.2. A MÍDIA IMPRESSA NA AMAZÔNIA	25
1.2.1. A MÍDIA IMPRESSA EM RORAIMA	28
1.2.2. <i>A GAZETA DE RORAIMA</i>	30
1.2.3. <i>FOLHA DE BOA VISTA</i>	34
1.2.4. <i>O DIÁRIO</i>	40
1.3. A ORIENTAÇÃO TEÓRICA E O ROTEIRO DE ANÁLISE	42
2. OCUPAÇÃO DO ANTIGO TERRITÓRIO DO RIO BRANCO	53
2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	53
2.2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GRUPOS ÉTNICOS	61
2.3. AS TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL E EM RORAIMA: CONCEITO E LOCALIZAÇÃO	68
2.3.1. AS ÁREAS INDÍGENAS DEMARCADAS EM RORAIMA	71
2.3.2. A DEMARCAÇÃO DA RESERVA RAPOSA/SERRA DO SOL	81
3. USOS SOCIAIS DA FOTOGRAFIA	87
3.1. A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO SOCIAL	87
3.2. A FOTOGRAFIA DE IMPRENSA	88
3.3. A FOTORREPORTAGEM	93
3.4. A FOTORREPORTAGEM EM RORAIMA	96
4. O ÍNDIO NA MIRA DO OLHAR EXÓGENO: A FOTORREPORTAGEM EM RORAIMA	99
4.1. A IMAGEM DO ÍNDIO: DE COLOMBO ATÉ OS DIAS ATUAIS	99
4.2. NOTÍCIAS DO ÍNDIO EM RORAIMA	104
4.3. ANÁLISE DAS MATÉRIAS QUE CONTÉM ICONOGRAFIAS	114
4.3.1. MATÉRIAS COM CHARGE	118
4.3.2. MATÉRIAS COM FOTOGRAFIAS	133
4.4. A IMAGEM DO ÍNDIO EM RORAIMA	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
BIBLIOGRAFIA	163

LISTA DE FIGURAS

QUADROS DEMONSTRATIVOS

Q1	DADOS GERAIS:	<i>A GAZETA DE RORAIMA</i>	34
Q2	DADOS GERAIS:	<i>FOLHA DE BOA VISTA</i>	39
Q3	DADOS GERAIS:	<i>O DIÁRIO</i>	41
Q4	GRUPOS ÉTNICOS		63
Q5	DELIMITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS		79

MAPAS

Fi 1	MAPA ÁREAS INDÍGENAS		65
Fi 2	MAPA FUNAI TERRAS INDÍGENAS		69

CHARGES

1.	C1	160792	FBV	O preço da Incompetência.....	120
2.	C2	300195	FBV	A revolta.....	123
3.	C3	300196	FBV	Desproporcional.....	124
4.	C4	060392	GR	O arauto da Mentira.....	126
5.	C5	150493	FBV	Vá firme.....	128
6.	C6	101195	OD	Yanomami.....	129
7.	C7	110895	FBV	Líderes Indígenas.....	131

FOTOGRAFIAS

1.	F1	060491	GR	Fazendeiros vão sair de todas as áreas demarcadas.....	135
2.	F2	160394	FBV	Índios desafiam a polícia e mantém as estradas fechadas.	136
3.	F3	180195	FBV	Índios manterão estradas fechadas.....	138
4.	F4	180195	FBV	Índios denunciam violência policial.....	141
5.	F5	180195	FBV	Índios voltam a acusar PM de violência.....	143

INTRODUÇÃO

Entre 1991 e 1996, Roraima foi palco de conflitos fundiários interétnicos, incluindo o massacre dos Yanomami de Haximu, que gerou dezesseis mortos e várias situações violentas ocorridas em quase todo o estado. Índios e brancos lutavam reivindicando seus direitos sobre a terra.

Dentro desse contexto está inserido nosso estudo. E é nesse quadro histórico que vimos os índios reaparecerem na imprensa, tornando-se mais visíveis e audíveis, quando reivindicavam direitos do grupo e se uniam para exigir os direitos coletivos de seu povo quanto a posse da terra ancestral.

A pesquisa englobando aspectos teóricos e empíricos tem como pano de fundo a história da disputa fundiária das terras e o movimento de demarcação da área contínua Raposa/Serra do Sol, e localiza os discursos imagético e textual constantes dos jornais roraimenses no período mencionado.

Convivendo com essa realidade, a partir de fevereiro de 1991 é que surge o nosso interesse em pesquisar as formas pelas quais a imprensa escrita de Roraima constrói a imagem do índio. Essa percepção cotidiana foi captando o uso repetitivo de palavras depreciativas, de natureza preconceituosa, que desqualificavam o índio nas matérias jornalísticas locais.

A motivação intrínseca deste estudo deveu-se, antes, à curiosidade que temos por conhecer a problemática das etnias que existem nesse *habitat*, sob a ótica da produção jornalística. Afinal, até a música popular local ressalta a importância do contingente indígena na população roraimense, o que, entretanto, não tem impedido a produção de material jornalístico de caráter preconceituoso.

Ao fixar residência para trabalhar na Região Norte, mantivemos o hábito da leitura diária dos jornais locais. Em um dado momento, em março de 1991, um anúncio nos chamou a atenção, pela contundência de sua mensagem. O conteúdo referia-se a uma vaga para o emprego de doméstica, com uma única restrição: a candidata ao cargo não poderia ser cabocla (macuxi).

Notícias dessa natureza formam um arcabouço importante para compreendermos o tratamento dado às questões indígenas no âmbito de Roraima. Nas entrelinhas dos citados jornais, foi possível observar formas veladas de comunicação e comportamento discriminatório, e percebermos o quanto essa sociedade se apresentava preconceituosa em relação ao índio.

É comum o termo “macuxi” para designar o roraimense. Essa generalidade levou alguns alunos do curso de Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR) a se sentirem ofendidos com seu uso, chegando a expressar o seguinte: “Meu avô é índio, ou minha mãe é índia, meus parentes são índios, mas eu sou roraimense”. Essa manifestação permite observar que a integração à vida urbana e universitária leva à negação de suas origens étnicas, por influência tanto da sociedade local como dos meios de comunicação.

Questionamos então o aspecto da diferenciação entre os chamados “macuxi”. Quem é diferente de quem? Nós, urbanos, deles ou eles, os índios, de nós?

O assunto ainda não foi esgotado e carece de uma abordagem mais ampla. Para realizarmos esta pesquisa, selecionamos três jornais editados na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, no período compreendido entre 1991 e 1996. Exploramos as referidas fontes jornalísticas e selecionamos matérias contendo nosso objeto de estudo para, em seguida, analisarmos as imagens iconográficas (fotografias e ilustrações) junto ao discurso verbal, e chegamos a uma visão do papel da imprensa quanto à personagem índio.

Este trabalho absorve três eixos temáticos, quais sejam: a demarcação das terras Raposa/Serra do Sol, o massacre Haximu, ocorrido em 1993, e os conflitos de terras. A a bordagem desses eixos temáticos será feita por meio de uma perspectiva histórico-sociológica e antropológica da cobertura dos fatos jornalísticos que envolvem a problemática das terras indígenas, dentro de uma análise direcionada para a fotorreportagem, procurando averiguar conteúdos ideológicos no discurso imagético e/ou verbal.

Nosso trabalho pretende refletir e conhecer a forma com que a imprensa escrita de Roraima constrói a imagem do índio, para compreender a sua atuação na construção do imaginário roraimense, dentro do contexto sociocultural local.

Nossa dissertação é apresentada em quatro capítulos. No capítulo 1, apresentamos a metodologia de trabalho, mostrando os passos empregados na organização do material jornalístico e iconográfico. O trabalho começa contextualizando a conjuntura histórica do surgimento da mídia impressa na Amazônia e em Roraima. Em seguida, a pesquisa levanta algumas bases teóricas da comunicação e recorre a outras ciências, como a sociologia e a antropologia visual, para dar suporte ao roteiro de análise da fotorreportagem. Nesse capítulo, o leitor encontrará autores e trabalhos que abordam técnicas de estudo de análise e interpretação da imagem iconográfica, os quais foram utilizados como referência no campo conceitual e metodológico da dissertação.

No capítulo 2, relatamos os antecedentes históricos da ocupação do antigo território do Rio Branco, esclarecemos a questão da problemática indígena em Roraima e apontamos, em quadro e em mapas, os grupos étnicos existentes no Brasil e, em particular, em Roraima.

No capítulo 3, tratamos dos usos sociais da fotografia. Nesse capítulo ressaltamos a fotografia como documento de caráter histórico-social e conceituamos a fotografia de imprensa e a fotorreportagem. Por último, temos o capítulo IV, no qual

apresentamos a pesquisa propriamente dita, sobre a construção da imagem do índio na imprensa de Roraima. Apresentamos a construção de uma imagem-conceito sobre o índio, a partir de Colombo, vindo até os dias atuais. Contextualizamos as matérias mais polêmicas publicadas nos três jornais, contando os episódios mais violentos. Analisamos recortes dos jornais contendo charges e fotografias, dentro do contexto da fotorreportagem (manchetes, legendas e reportagens) para compreender a construção do imaginário roraimense, buscando sempre o equilíbrio ou a disparidade entre discursos visuais e textuais.

No final, apresentamos nossas conclusões, a partir do resultado de nossa análise. As fotografias e charges reproduzidas nessa dissertação foram todas publicadas nos três jornais: *A Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *O Diário*, no período entre 1991 e 1996. As imagens iconográficas pertencem ao acervo de cada jornal. Essas imagens foram organizadas, na dissertação, segundo a ordem cronológica dos fatos relatados, permitindo assim uma visão, ao longo dos seis anos, de como se deu a construção da imagem do índio, elaborada a partir do ponto de vista dos jornais impressos locais.

1. AS NUANCES DA INVESTIGAÇÃO

1.1. A ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL JORNALÍSTICO E ICONOGRÁFICO

Este capítulo delinea os passos utilizados na investigação proposta, como possibilidade de construção do objeto em foco; ressalta a organização do material jornalístico e iconográfico, a imprensa escrita em Roraima, a orientação teórica e o roteiro de análise.

Neste tópico, apontamos a direção das formas e os procedimentos utilizados na organização do material jornalístico e iconográfico.

Com base na experiência obtida pelo envolvimento diário no contexto da pesquisa, destacamos, preliminarmente, alguns princípios que nortearam nossa estratégia de trabalho para alcançar os objetivos propostos.

Seqüencialmente, ordenamos os passos realizados:

- 1) Contatos iniciais;
- 2) Elaboração do diário de campo;
- 3) Organização das informações oriundas desses contatos;
- 4) Coleta de dados nos jornais locais: A Gazeta de Roraima, Folha de Boa Vista e O Diário;
- 5) Leitura e seleção das notícias referentes ao objeto de estudo;
- 6) Elaboração das fichas e catalogação das notícias;
- 7) Análise do material jornalístico.

O primeiro contato em busca de informações sobre o estudo em foco deu-se na Diocese de Roraima, quando enviamos ofício em nome da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Roraima – UFRR, solicitando permissão para pesquisar

naquela Instituição. Segundo a secretária da Diocese, o pedido foi aceito e argüido pelo bispo, Dom Aldo Mongiano, que questionou os objetivos da pesquisa. Em resposta verbal, informamos que seria necessário verificar os recortes de jornais para entender a questão indígena em Roraima e definir em qual jornal pesquisar o respectivo período. Com a anuência do bispo, a secretária liberou algumas pastas do arquivo que continham notícias locais, nacionais e internacionais, além de boletins informativos das comunidades indígenas.

Realizamos um outro contato com a sede da FUNAI local e, nessa conversa, fomos informados da não existência de arquivo. Conversamos também com pessoas da comunidade, ligadas à área indígena, para saber acerca dessa problemática, e conseguimos alguma bibliografia editada pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI e Diocese de Roraima.

O passo subsequente foi a realização de levantamento bibliográfico, a respeito do tema, nas Bibliotecas Públicas do Palácio da Cultura e da UFRR. Estabelecemos contatos telefônicos com o jornalista Fernando Quintella, proprietário do jornal *A Gazeta de Roraima*. O referido jornal não dispõe de arquivo, mas, não obstante isso, colocou à nossa disposição uma coleção incompleta desse jornal, do período de 1991 a 1993. Conversamos com o empresário de comunicação e proprietário da *Folha de Boa Vista*, economista Getúlio Cruz, e com o editor do jornal *O Diário*, e solicitamos o acesso aos arquivos dos seus periódicos e, assim, iniciamos o trabalho de coleta de dados.

O próximo passo foi o registro dos dados no “diário de campo”. A utilização desta técnica justifica-se pelo fato de possibilitar registrar, diariamente, as informações e dados de identificação das reportagens coletadas em cada jornal¹.

Elaboramos uma ficha de identificação de cada jornal a ser pesquisado. O procedimento empregado para a organização e registro dos dados coletados seguiu o

¹ Esses dados foram armazenados em um arquivo do gerenciador de banco de dados do MS- Acess.

modelo do anexo I da dissertação de Von Simson², que ordenou seus dados observando, no jornal, o seguinte: ano, nome, número, data completa, o dia da semana, o dia do mês, o mês e o ano, o nome da seção, o número de página, o título da notícia e o texto da notícia. As particularidades da notícia e a indicação de fotos e ilustrações foram ordenadas no mesmo fichamento³. Após o conhecimento desses formulários, criamos um modelo específico para esta pesquisa, no qual concentramos todas as informações pela reunião de imagens e texto em uma só ficha⁴.

Cada edição foi lida cuidadosamente, para permitir a identificação do discurso visual dentro do contexto temático, matérias⁵ que contêm referências aos três eixos (demarcação das terras Raposa/Serra do Sol, o Caso Haximu em 1993, e os conflitos de terras indígenas). Tais registros aparecem de forma articulada, interligando imagem/texto. Outro critério para facilitar nossa análise foi a seleção de fotos e ilustrações que contivessem a citação dos créditos do autor da foto e do material iconográfico. Somente essas matérias foram incorporadas ao nosso estudo, as demais foram automaticamente descartadas. O restante do material impresso encontra-se guardado dentro de envelopes plásticos ordenados por periódicos⁶.

Posteriormente, selecionamos o material fotográfico e iconográfico (charges, desenhos e mapas). A primeira ordenação foi catalogar o modelo das fichas. Essas fichas técnicas apresentam registros de cada notícia e imagens (fotos e ilustrações) e contêm dados como: dia, mês, ano, edição, jornal, página, crédito das fotos e das

² Ver anexos da dissertação de mestrado de Von Simson (1984: 277).

³ O modelo da ficha de registro das notícias foi igual ao modelo criado por Zilda Aparecida Godoy Bianchini, aluna do curso de graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação – Unicamp, que recebeu orientação da Profa. Olga von Simson e elaborou esse dispositivo para a realização de sua monografia de fim de curso.

⁴ O modelo da ficha encontra-se no anexo número 1.

⁵ Esse termo significa “tudo o que é publicado, ou feito para ser publicado, por um jornal ou revista, incluindo texto e ilustrações” (RABAÇA, 1978: 301).

⁶ Feita a identificação das matérias e as respectivas anotações, no passo seguinte tratou-se de copiar as matérias dos jornais *Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *O Diário*. As duas empresas não dispõem de uma copiadora para prestar este serviço à comunidade; então, foram feitas cópias xerográficas e escaneadas as imagens. Após a reprodução xerográfica, as matérias foram recortadas e coladas nas respectivas fichas. Os recortes de jornais foram guardados em pastas separadas por eixos temáticos. A segunda etapa girou em torno do acervo iconográfico recolhido para escanear e copiar. O material iconográfico (charges, foto, desenhos e mapas) constitui uma das fontes primárias do projeto. As fotos e charges não foram produzidas pela pesquisadora, pois fazem parte do acervo dos três periódicos em estudo.

ilustrações, espaço ocupado pela notícia, altura e largura da foto, da charge, do desenho, do mapa e da notícia e suas respectivas quantidades.

As fotos e as ilustrações foram organizadas utilizando-se o critério cronológico, por periódicos, dentro dos eixos-temáticos. Todo o acervo fotográfico encontra-se armazenado em *CD-Rom*. Algumas fotos estão guardadas dentro de envelopes de plástico transparente.

Na ordenação do material iconográfico, aplicamos o mesmo método empregado na elaboração de fichários, usado na pesquisa histórico-sociológica de Von Simson (1984) e na pesquisa sobre a documentação fotográfica de Leite (1992).

Segundo as autoras, para esta ordenação, foram elaborados três fichários: um, de identificação; outro, técnico; e o terceiro, descritivo. Uma outra ordenação foi feita de acordo com a origem das fotografias extraídas de periódicos e/ou provenientes de álbuns de família ou agremiação.

Executada a ordenação dos dados, foi realizado o levantamento das edições⁷, iniciando-se pelo jornal *Folha de Boa Vista*. Essa escolha justifica-se pelo fato deste periódico ter um acervo mais organizado. O levantamento contabilizou 1.317 exemplares, correspondendo ao período de 1991 a 1996. Quanto ao levantamento de títulos, foram compilados 130. No jornal *A Gazeta de Roraima*, por exemplo, rastreou-se uma soma de 96 edições, de 1993 a 1996, resultando no levantamento de 50 títulos. Quanto ao jornal *O Diário*, as edições consultadas resultaram em 518 exemplares, de 1995 a 1996. Nesse periódico, compilamos 52 títulos. A soma total de exemplares dos três periódicos pesquisados foi de 1.931 edições. A técnica empregada para a contagem foi idêntica para os três jornais.

Finalizada essa etapa, passamos a escrever sobre a mídia impressa na Amazônia.

1.2. A MÍDIA IMPRESSA NA AMAZÔNIA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A mídia⁸ impressa tem contribuído com inúmeras mudanças sociais ocorridas nos últimos anos no país. Sua atuação inicia-se com a instalação do primeiro jornal impresso, o *Correio Brasiliense*⁹. Antes, os únicos instrumentos de comunicação que existiam no Brasil resumiam-se à forma oral ou ao material produzido na Europa. Desde o princípio da história da mídia no Brasil, um fato tornou-se marcante: o antagonismo entre uma mídia oficial e uma mídia alternativa, que muitas vezes foi alvo de censura por demonstrar idéias de oposição.

No decorrer do século XIX até o século XX, muitas foram as mudanças sofridas pelos meios de comunicação. Por exemplo o jornal, que antes era produzido artesanalmente e passou a ser elaborado de forma industrial, alterando toda a sua estrutura, modificando, em todo, seu gênero e estilo editorial. Nasce, assim, as primeiras empresas jornalísticas, como o *Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*.

No início deste milênio, é relevante a importância da mídia como instrumento de grande influência ideológica em nossa sociedade. Comprovadamente, a mídia tem exercido um papel fundamental como formadora de opinião, de valores e de estilos de vida de nosso povo.

No artigo de Brandão (1999), o autor destaca que é preciso estabelecer um estudo minucioso sobre a mídia, avaliar quem comanda esses meios e quais as intenções existentes por trás deles, pois, com uma política herdada de um período obscuro da história brasileira que foi o Regime Militar, nossas mídias são dominadas até hoje pelo Estado.

⁷ Conjunto dos exemplares tirados a partir de uma mesma matriz. Unidade de periodicidade de uma publicação (cada número de jornal, revista ou qualquer outro periódico). Op. Cit., p.170.

⁸ Designação genérica dos meios, veículos e canais de comunicação como, por exemplo: jornal, revista, cinema e rádio, televisão, outdoor, etc. (FERREIRA, 2000: 462).

⁹ Sodré (1977) conta que o *Correio Brasiliense* foi fundado por Hipólito da Costa, que dirigiu e redigiu-o em Londres durante todo o tempo de vida do jornal. Seu número inaugural apareceu em 1 de junho de 1808, três meses antes, portanto, da data em que surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, na corte. Na opinião do autor, o *Correio Brasiliense* teve seu papel específico, mas é discutível a sua inserção na imprensa brasileira. A data de aparecimento de seu primeiro número foi o marco inicial, naturalmente, do nosso periodismo.

Esse fato pode ser percebido nos meios impressos, como fez o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (apud Brandão, 1999:10) afirmando:

“(…) que o fim da censura, nem de longe, significou o fim do controle do Estado sobre a grande imprensa. Ele continuou ocorrendo de formas indiretas e ostensivas, mantendo-se como elemento marcante a influenciar decisões editoriais e da direção dos jornais”.

Silva também afirma que, muitas vezes, esses meios estão vinculados a grupos políticos e, principalmente, econômicos, aos quais devem obediência. A monopolização das empresas está nas mãos de poucos grupos que dominam todo o mercado.

Na opinião de Soares (1998:66), “(…) o povo roraimense sempre foi servido de informações por meio de jornais. A maioria desses jornais estiveram (sic) atrelados a grupos políticos e econômicos, os quais usavam esse meio para se promoverem na política.”

A história da mídia amazonense inicia-se com uma peculiaridade histórica regional. Ela começa mais tarde do que em outras unidades brasileiras, em 1850, após o estado do Amazonas ter sido desmembrado do Pará, e com o surgimento do primeiro jornal impresso da região, o *Cinco de Setembro*, produzido em oficina tipográfica, a pioneira da província. Esse jornal circulava semanalmente, trazendo quatro páginas e um único caderno, escrito em duas colunas, vendido ao preço de duzentos réis.

Essa imprensa do primeiro momento era uma imprensa áulica, que se limitava, sobretudo, à publicação de atos do governo da Província e do Império, e a anúncios de classificados em que proprietários oferecem gratificações pela restituição de escravos fugidos e/ou de objetos roubados. Após oito meses de circulação, o jornal mudou de nome passando a chamar-se *Estrella do Amazonas*¹⁰. Em 1866, o jornal ficou

¹⁰ A primeira edição, com o novo nome circulou em 7/01/1852, e a justificativa desta mudança, (...) com a posse do exmo. Sr. Presidente Aranha e a instalação da província, uma nova estrela apareceu no diadema imperial, (...) entendemos de ver mudar o título desta folha para a Estrella do Amazonas, transcrito do catálogo Cem Anos de Imprensa no Amazonas.(Santos, 1990: 91).

sob nova direção que mudou novamente de nome para *O Amazonas*, preservando a mesma linha editorial. Em janeiro de 1873, o jornal passou a circular diariamente, com novo nome: desta vez, *Diário do Amazonas*. Em 1890, voltou a se chamar *O Amazonas*.

A implantação e o desenvolvimento da mídia impressa nessa região, dentro dos padrões da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, não se tornaram possíveis. Nessa época, muitos foram os impedimentos, dentre eles o de os portugueses instalados na província não estarem preparados para desenvolver essa atividade e o fato de a população amazonense não falar o português como língua materna¹¹. A persistência da tradição oral nas comunidades indígenas e a ausência do hábito de leitura, inclusive na população de origem lusa, de grande maioria analfabeta, criou dificuldades para o desenvolvimento da mídia impressa.

O meio impresso, como o jornal, nasceu nessa região com uma característica muito própria, com mudança constante de nome e de direção, dependendo da conveniência do grupo ou empresa, preservando muitas vezes a linha editorial e a equipe de trabalho, que sempre esteve a serviço de grupos políticos. Outra característica dessa mídia é a sua ligação com os políticos no poder, pois os governantes, ao assumirem seus cargos, implantavam de imediato um jornal. Ou ainda, como afirma o secretário de redação de *O Diário*, jornalista Ney Costa (1997):

“Nenhum meio de comunicação em Roraima tem isenção política. Na maioria das vezes, alguns grupos montão (sic) determinado meio apenas para dar sustentação política a um grupo ou a uma personalidade em destaque com pretensão a cargos políticos”.

¹¹ As línguas faladas eram o nheengatu e outras línguas indígenas (Op. Cit. p.18). O nheengatu era considerado como uma língua universalmente aplicada na Amazônia e que se estendeu pela região do Rio Branco. Segundo os missionários beneditinos, a língua wapischana é dialeto da língua tupi ou nheengatu (Cirino, 2000: 69).

1.2.1. A MÍDIA IMPRESSA EM RORAIMA

A mídia impressa roraimense teve seu começo no século XX, com o surgimento, em 1914, do primeiro jornal impresso, quando Boa Vista se chamava Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco e pertencia ao município de Barcelos, no Estado do Amazonas. A capital de Roraima recebeu como primeiro nome o de Vila de Boa Vista do Rio Branco. Nessa época, apareceram também alguns jornais manuscritos.

De acordo com o catálogo de jornais *Cem Anos de Imprensa do Amazonas*, o primeiro jornal de que se tem notícia no estado de Roraima foi *O Caniço*, datado de 1905. Trata-se de um jornal manuscrito, contendo quatro páginas, escrito em duas colunas, com um único caderno e circulação quinzenal, publicado na região do rio Uraricoera. Nessa fase do manuscrito, registramos ainda os jornais: *O Tacutu*, que surgiu em março de 1907, o *A Carvão* (1930) e o *Bem-Te-Vi* (s. d.)¹².

A segunda fase já é marcada por jornal rodado em oficina tipográfica como: o primeiro jornal impresso no ex-território de Roraima, *Rio Branco*, em 1914. Esse periódico trazia como slogan o sub-título *Jornal independente*. O seu primeiro número media 19 por 29cm. Era um jornal semanário, vendido por quinhentos réis. Seus proprietários foram Alfredo do Carmo Ribeiro e o professor Diomedes Pinto Souto Maior. A partir do segundo número, o jornal passa a circular com um novo tamanho e nome: medindo 25,5 por 35,5cm, sendo o título agora *O Rio Branco* e sub-título: *Orgam Hebdomadário, Literário, Noticioso e Comercial*. Esse periódico foi o primeiro de iniciativa privada contendo uma linha editorial de informações sobre a região: viagens, chegadas de pessoas importantes, artigos históricos, anúncios, coluna social e muitos outros artigos distribuídos nas quatro páginas, circulando num único caderno.

De 1919 até 1947, deixaram de circular os periódicos da cidade de Boa Vista, em virtude de questões políticas e financeiras. Em 1943, a Vila Boa Vista do Rio

¹² Santos (1990: 19-20).

Branco passou à categoria de Território Federal. Em 1947, foi instalada a Imprensa Oficial do Estado, no governo Ene Garcez. Nasceu desta oficina tipográfica *O Boa Vista*, primeiro jornal do Governo do Território do Rio Branco, marcando, assim, uma nova etapa no jornalismo impresso, rodado em impressora manual.

Na visão de Soares (1998:66):

“A maioria dos jornais fundados tiveram (sic) como ideal criar uma imprensa livre, comprometida com a notícia e o leitor. Em Roraima, circularam jornais com estilos jornalísticos diferentes, como por exemplo: estudantis, esportivos, políticos sensacionalistas, direcionados a públicos exclusivos como a *Gazeta Feminina*, *Correio Agrícola* e outros, não conseguindo sobreviver por muito tempo”.

Nas décadas de 80 e 90, surgiu o maior número de jornais, uma média de vinte, ao longo de 20 anos. Nesse período, o governo de Roraima resolveu fechar, em 1983, o jornal *Boa Vista*, dando espaço à iniciativa privada. A última fase foi marcada pela a impressora linotipo. Pertencem a essa fase os jornais: *A Gazeta de Roraima*; *Folha de Boa Vista* e *O Diário*. Ao mesmo tempo em que surgiam novos periódicos desapareciam alguns jornais, numa média de 20 jornais, aproximadamente, o que demonstra uma substituição de veículos de imprensa mas não um crescimento numérico do setor. Todos os jornais que circularam no Estado lutaram para manter seus estilos, em suas várias fases e, de certa forma, contribuíram para o aprimoramento sócio-cultural do povo roraimense.

Dos três jornais abordados em nosso estudo, dois pertencem a grupos de políticos e de latifundiários: a *Folha de Boa Vista*, pertence ao grupo político do ex-governador do antigo território, Getúlio Alberto de Souza Cruz, que esteve muitos anos ligado ao grupo político do senador Romero Jucá Filho, e *O Diário* é ligado ao ex-governador do Estado, atual prefeito de Boa Vista, Ottomar de Souza Pinto, e à sua esposa, a senadora Marluce Pinto, uma das maiores acionistas dessa empresa jornalística.

1.2.2. A GAZETA DE RORAIMA

Nasceu com um perfil voltado para o público feminino e com um estilo bem aproximado ao de um dos jornais mais vendidos na história da imprensa brasileira, *Gil*, com uma tiragem de 100 mil exemplares, editado no Rio de Janeiro e vendido em todo o País. Surgiu, assim, a *Gazeta Feminina*, em 12 de dezembro de 1981¹³, copiando o sucesso do veículo carioca.

O artigo do Suplemento Especial d'A *Gazeta de Roraima*, edição de 12 a 18 de dezembro de 1991, conta a história da *Gazeta Feminina*, idealizada pelo jornalista Fernando Antônio Quintella Ribeiro, o qual, após ter trabalhado como repórter especial e chefe de reportagem, no começo da década de 70, no jornal carioca *Gil*, fundou um modelo similar no Estado de Roraima, com o nome de *Gazeta Feminina*. O artigo conta ainda que, ao implantar o jornal, Quintella estudou e observou se havia espaço no mercado roraimense para comportar um veículo voltado, e especificamente, a o público feminino.

Quando a *Gazeta Feminina* circulou pela primeira vez em Roraima, a mídia desse estado era voltada apenas para o público masculino, com matérias políticas preponderando sobre os demais assuntos. Nenhum espaço era dedicado à mulher nas páginas dos semanários locais. A *Gazeta Feminina* nascia bem diferente, destinando espaço a assuntos novos, até então inexistentes nas páginas dos jornais locais. Trazia como novidade matérias que falavam de moda, beleza, culinária e decoração, com formato tablóide, medindo 42cm de altura por 28,5cm de largura, e circulação mensal.

Sua linha editorial era mais analítica do que informativa. Em suas páginas publicavam-se também assuntos de cunho social e político. Um traço muito forte e constante era sentido na página de esportes, característica própria de seu criador, que atuou como repórter e cronista esportivo nos jornais cariocas.

¹³ Fonte de pesquisa Suplemento especial A *Gazeta de Roraima*, 12 a 18 de dezembro de 1991, p 2 e 3.

O título *Gazeta Feminina* durou pouco. Circulou apenas em duas edições: a de dezembro de 1981 e a de fevereiro de 1982. A edição de janeiro não chegou a ser impressa; muitas foram as pressões para a mudança do perfil do jornal. Em entrevista concedida à jornalista Jacy Cruz, Quintella conta os motivos do insucesso da *Gazeta Feminina* (apud Soares, 1998:30).¹⁴

“(..) não contávamos com o machismo roraimense. A primeira edição do jornal foi quase que um fiasco. As pessoas, apesar de acharem um jornal bem escrito, achavam que aquilo não era um jornal muito macho e quem compra jornal é o homem mesmo. O resultado disso é que imediatamente tivemos que mudar de estratégia”.

O primeiro exemplar com o novo nome foi impresso em Boa Vista em dezembro de 1981, na editora Bezerra de Menezes. O segundo, entretanto, passou a ser impresso no Rio de Janeiro, em virtude da quantidade de cores usadas na edição. Em 1982, o jornal voltou a ser impresso em Boa Vista. Após essas edições, a *Gazeta Feminina* mudou de nome. Segundo Quintella (op. cit.:31):

“A partir daí surgiu *A Gazeta*. Que era um jornal colorido. Na primeira página, sempre um apelo, falando de alguma coisa referente ao mês, ou às matérias que estavam nele inseridos. Ele se caracterizou nesse período e até outubro de 1983, por uma linha editorial voltada basicamente aos serviços. (...) Nós éramos muito preocupados com serviço, com a situação da sociedade e obviamente a política que não podia faltar. (...) Possuía uma forte página esportiva, tendo em vista a minha origem como repórter e cronista esportivo”.

A *Gazeta* viveu e circulou em dois momentos importantes da conjuntura política do país: no momento da censura no Brasil, no governo do presidente João Batista Figueiredo, e no de abertura política, que deu fim à censura no país com as eleições diretas para presidente, ampliando, assim, a possibilidade de circulação de informação no país.

Após dois anos de circulação da primeira edição de *A Gazeta*, o mercado tomou um novo rumo com a notícia do fechamento do Jornal Boa Vista, de propriedade

¹⁴ Soares (1990: 30).

do governo do ex-Território Federal de Roraima, o qual era editado na Imprensa Oficial do Território. Na opinião de Quintella (idem),

“(...) o fechamento do *Jornal Boa Vista* foi a decisão encontrada pelo governador Vicente de Magalhães Moraes, como forma de incentivar as empresas privadas então existentes, a ocupar seu espaço no mercado editorial.(...) Esse periódico representava uma concorrência desleal, por ser um jornal editado pelo governo. (...) antes de fundar *A Gazeta*, percebia que aquilo era um negócio da China. Não precisava ter publicidade, o governo pagava tudo, salários e impressão, pagava até discursos. (...) o empresário que se dedicava ao exercício do jornalismo como investidor na área, quebrava a cabeça para conseguir convencer os empresários a investirem no jornal”.

No dia 1º de outubro de 1983, circulava a edição nº 20 de *A Gazeta*, a primeira da sua fase semanal. Em 1988, a conjuntura do país começava a mudar com a reforma constitucional e com a transformação de Roraima e Amapá em estados federados, transformando também a conjuntura local.

A Gazeta muda de título, em 1988, mantendo a razão social: Editora Quintella Ribeiro Ltda. A mudança ocorreu devido à existência de muitas *Gazetas* em nosso país. Era necessário uma identificação com o estado e a cultura local, algo muito forte. O jornal passou a se chamar *A Gazeta de Roraima*. No ano de 1988, o jornal ganhou um segundo caderno contendo matérias de variedades: o caderno *G de Gazeta*, assim denominado, era encartado na publicação diária e circulou até o fechamento do jornal.

Em 1991, o jornal sofreu modificações em seu projeto gráfico, ganhando um novo estilo, uma nova cara, um novo formato, transformando-se num tablóide mais compacto, medindo 36cm de altura por 28,5cm de largura, tornando-se, assim, um jornal mais atrativo e vendável. Nessa segunda fase, o jornal conseguiu formar sua equipe de redação, contratando alguns repórteres e profissionais da área. Nesse período, o jornal ocupou um papel de destaque na imprensa de Roraima, pela importância de suas realizações. Uma delas foi a conquista, em 1991, do Prêmio Esso de Jornalismo Regional Norte, com a reportagem “Bandeira brasileira hasteada na fronteira”, de autoria da repórter Kátia Brasil, prêmio que nenhum jornal semanário do

estado havia conquistado até então. Para a imprensa dos ex-territórios (Acre, Rondônia, Amapá e Roraima) também era uma conquista inédita.

Quintella (op. cit.:32) reforça a importância d'A *Gazeta de Roraima* nesse período ao colocar que:

"A marca registrada da Gazeta de Roraima era sentida em sua linha editorial. O jornal não estava atrelado a nenhum grupo político, preservando assim uma independência. Sempre dedicou espaços à publicação de notícias oposicionistas e situacionistas, e teve como princípio investigar os fatos a fundo, até se esgotar o último detalhe. Tudo dentro dos conformes do jornalismo investigativo".

A *Gazeta de Roraima* foi o primeiro jornal no estado que teve sua redação informatizada e o primeiro a utilizar um sistema de rede. Durante esses anos de circulação, os assuntos mais abordados foram o índio, os garimpeiros e os fazendeiros. Quintella (op. cit.:33) comenta: "Mostrávamos o problema da disputa da terra em Roraima com a cara que ela tem. Ouvimos as partes e cabe ao leitor formar a sua opinião". Quintella (idem) conclui dizendo que:

"Foram as dificuldades de custos e a falta de publicidade que levou (sic) a Gazeta de Roraima a dispensar sua equipe de trabalho e fechar suas portas. Ao longo de sua existência, o jornal já paralisou (sic) algumas vezes, as suas atividades: a primeira foi em 1º de maio de 1994, voltando a circular em maio de 1996, funcionou precariamente até agosto do mesmo ano, quando paralisou de vez. Hoje tem elaborado uma home-page na Internet, aguardando apenas ser colocado (sic) no ar".

A *Gazeta de Roraima* representou, para Quintella (op. cit.:34), um sonho de um jornalista que um dia pensou em ter o seu próprio jornal. Ele definiu que "(...) um dia ia ter um prêmio Esso. Consegui fazer uma coisa e outra. Não fiquei rico, porque ninguém fica rico fazendo jornal aqui em Roraima, isso é uma utopia. O que ganhei no jornal, gastei no jornal".

TABELA 1

DADOS GERAIS

ITENS	DADOS
Nome	A Gazeta de Roraima
Praça	Boa Vista
Circulação	Em toda a cidade de Boa Vista
Fundação	12 de dezembro de 1981
Publicação	Editora Quintella Ribeiro Ltda.
Formato	Tablóide finlandês (36 x 28,5cm)
Impressão	Off-set
Periodicidade	Semanal
Tiragem Semanal	1200 exemplares
Cadernos Permanentes	Dois: Primeiro Caderno e o Caderno G

1.2.3. FOLHA DE BOA VISTA

A idéia da criação do jornal *Folha de Boa Vista* surgiu durante uma conversa em mesa de bar, na beira do rio Branco. A proposta defendida era a de fundar um periódico independente, desvinculado de qualquer grupo político. Os idealizadores foram três jornalistas: Fernando Estrella, Cosette Spíndola, Sandra Tarcitano, além do economista Cícero Cruz Pessoa, que se uniram para implantar a *Folha de Boa Vista*, pois havia uma perspectiva de o governo de Roraima fechar o *Jornal Boa Vista*, de sua propriedade, visando abrir espaço à iniciativa privada, conta Soares (1990:51): “A princípio realizou-se uma pesquisa de mercado com o objetivo de saber a intenção do leitor e que tipo de jornal ele gostaria de ler. Havia idealismo porém, faltavam condições financeiras para bancar o jornal”.

Naquela época vivia-se em tempo de crise. Mesmo assim, os jornalistas investiram pesado e realizaram uma campanha publicitária com o seguinte *slogan*: “*Folha de Boa Vista, um compromisso com o leitor*”, e foram de porta em porta vender a idéia para a classe empresarial boa-vistense, visando sensibilizá-la quanto à necessidade de Roraima possuir um jornal independente¹⁵.

O grupo conseguiu repassar sua idéia e recebeu de imediato o apoio dos empresários. O passo seguinte foi colocar o jornal em funcionamento. Alugou-se um prédio na avenida Glaycon de Paiva, próximo ao Fórum Sobral Pinto. A idéia era fazer um jornal com o formato standard, que seria o primeiro no estado. Com essa proposta corria-se o risco de deslocar a impressão desse material para uma outra cidade, tendo em vista que o mercado de Boa Vista não dispunha de um parque gráfico para imprimi-lo no local.

O primeiro problema a ser enfrentado foi ter que enviar o material para a cidade de Manaus, a fim de imprimir o jornal, uma vez por semana, para a Editora Calderaro, responsável pelo jornal *A Crítica*. A produção da *Folha de Boa Vista* teve data de circulação marcada para outubro de 1983.

Numa entrevista, Estrella (apud Soares, 1998:51) desabafa:

“Era um trabalho desgastante, porque eles escreviam as matérias aqui em Boa Vista, faziam o espelho do jornal, colocavam num envelope e iam para o aeroporto, lá entregavam o material nas mãos de passageiros, que muitas vezes perdiam ou esqueciam dentro do avião”.

Lembrou-se de um fato que demonstra as dificuldades vividas para imprimir a primeira edição:

“(....) a primeira edição do jornal ficou pronta numa quinta-feira pela manhã e o voo era sexta-feira. O pessoal d’ ‘A Crítica’ não tinha o hábito de fazer um jornal pra fora e colocar no avião para ser recebido em Boa Vista. Eles perderam o voo da Varig¹⁶ para Boa Vista e o jornal não veio no dia do lançamento” (Op. Cit.).

Estrella (Op. Cit.:52) conta ainda que a solução foi usar uma parte do dinheiro arrecadado na venda de anúncio e pagar um táxi aéreo. E relata:

“(....) nós pegamos todo o dinheiro arrecadado da venda de publicidade, pagamos um táxi aéreo. Alugamos o avião do Rico por R\$ 7.900,00, isto na

¹⁵ Fonte de pesquisa: *Folha de Boa Vista* – Edição do Milênio, 31 de dezembro de 1999, p. 3

¹⁶ A Varig era a única companhia aérea que fazia o trecho Manaus/Boa Vista, com um voo diário e três vezes por semana (segundas, sextas e domingos). Hoje o horário de saída e chegada é às 0h20min, todos os dias.

moeda de hoje, para trazer o jornal à Boa Vista. O vôo chegou às 17h30min, e o jornal circulou no dia previsto. (...) o dinheiro acabou. E o que sobrou só deu para botar gasolina no carro para entregar os jornais aos assinantes”.

Rememora outro fato ocorrido:

“(...) foi um passageiro que levava o envelope com as notícias para a elaboração de uma nova edição; ficou bêbado e perdeu o material. Foi um rolo, e decidimos não imprimi-lo em Manaus e resolvemos produzir o jornal em Roraima” (Op. Cit.).

Estrella (Op. Cit.) conta como o Banco de Roraima negou um empréstimo para a compra de uma máquina, achando que o jornal tinha vínculo político com alguém:

“Conseguimos (o dinheiro) com bancos privados, compramos em São Paulo um equipamento e montamos a gráfica. A chegada deste equipamento gerou um outro problema para a Folha, pois, por ser usada, a impressora apresentava muito desgaste de peças e não havia peças de reposição. Ninguém tinha experiência em gráfica, nossa experiência era muito superficial também, na produção de jornal em si, do dia-a-dia”.

A impressora trouxe para o estado de Roraima uma equipe de técnicos, vinda do Rio de Janeiro, para ensinar a operar a máquina. A equipe era composta por quatro profissionais: um repórter oriundo do Rio de Janeiro, um linotipista de São Paulo, um diagramador e um montador de páginas, vindos da Paraíba. Mesmo assim, com a falta de um técnico em mecânica, a impressora não deixou de apresentar defeitos.

A linha editorial estava centrada no compromisso com o leitor, por ser um veículo mais informativo e menos político, com a temática voltada para os problemas da comunidade. Decorridos seis meses de criação, o jornal passou a ser semanal.

A *Folha de Boa Vista* foi pioneira ao implantar venda avulsa de jornais, instalando pontos de venda e nas ruas, montando bancas de vendas nas praças do centro da cidade.

O governador do estado na época era o economista Getúlio Alberto de Souza Cruz. Estrella (Op. Cit.:53) desabafa:

“Getúlio nos chamou ao Palácio e sugeriu que se fizesse um jornal diário, pois teria o apoio dele. Investimos pesado. Compramos o que precisava trouxemos mais profissionais de outros estados e aguardamos por nove meses a sua ajuda, em seguida ele disse não. E não deu o apoio financeiro que se comprometeu em dar”.

O jornal passou a enfrentar uma série de problemas financeiros que afetaram, principalmente, a produção, a periodicidade e a sua vida. Estrella (Op. Cit.:54), que administrava o jornal na época, manifestou-se: “Nós já não agüentávamos mais esse pique diário, e o jornal teve que circular apenas três vezes por semana”.

“(...) íamos fechar o jornal, vender tudo e acabar. Relutei muito para a Folha não fechar. Um dos sócios, Cícero Cruz Pessoa, saiu do jornal e vendeu 50% das ações. Eu dei 30% das minhas ações ao Eloy Santos, sem cobrar nenhum tostão para o jornal não fechar e investir na Folha”.

O novo proprietário, Eloy Santos, que assumiu a responsabilidade de não deixar a *Folha de Boa Vista* fechar, iniciou o seu investimento com a construção do prédio na avenida Santos Dumont, no bairro de São Francisco, onde funciona até hoje a Editora Boa Vista Ltda., responsável pelo jornal *Folha de Boa Vista*. Aos poucos, o jornal foi-se estruturando e Eloy Santos foi pioneiro em informatizar sua redação. Nessa época, a linha editorial da *Folha de Boa Vista* ganhou um novo direcionamento, em virtude do grupo político ao qual se coligava.

Em abril de 1988, o controle majoritário das ações da *Folha de Boa Vista* foi transferida para o ex-governador do então território federal de Roraima, Getúlio Cruz. A negociação foi a seguinte: o grupo Kimak transferiu 40% das cotas para Getúlio, que ficou na obrigação de recuperar financeiramente a empresa. Nessa fase, o jornal vinha enfrentando graves problemas financeiros. Getúlio Cruz afirma (apud Soares, 1998:55): “(...) eu não paguei nada. Eu comprei problemas. Eu tive que levantar a Folha de Boa Vista que, na época, devia dezenove milhões e o patrimônio valia doze”.

Nessa fase, Getúlio Cruz fez algumas modificações: primeiro enxugou a folha de pessoal, demitindo alguns funcionários, e pôs o jornal para circular três vezes por semana. Ainda nesse período foi fundado em Boa Vista um novo periódico, o jornal *O Estado de Roraima*¹⁷ que passou a concorrer no mercado com a *Folha de Boa Vista*, além de outros jornais que surgiram nos anos 90.

Getúlio (apud Soares 1990: 55), fala sobre o início de sua administração:

“Eu comecei a administrar a Folha. Na época, era semanário, saía com a data de sábado, mas circulava às terças-feiras. (...) comprei uma máquina nova – ou seja, nova pra cá, mas era uma impressora usada e comecei a descobrir que não adiantava fazer o jornal semanário. O trabalho e o custo de semanário, é quase o mesmo de um diário...”.

Com tantos problemas, Getúlio (Op. Cit.) teve a idéia de fechar o jornal. A esse respeito, declarou:

“(...) reuni o pessoal, que era pouca gente, e disse: eu vou fechar o jornal. Na ocasião, eu estava lendo a biografia do Samuel Wainer criador do Última Hora, do Rio. E numa passagem do livro, Samuel contava que quando o Última Hora estava muito ruim, ele inventou colocar o azul no título do jornal, e que isso tinha dado uma repercussão boa do jornal”.

Nessa reunião, o assessor da Câmara Municipal, Gustavo Abreu (op. cit.:55), chamou a atenção dizendo:

“Getúlio, a Folha não pode fechar. A Folha é um jornal necessário”. (...) abaixo do título da Folha, tem, um jornal necessário. (...) aí, eu juntei essas duas coisas, um jornal necessário com a cor azul e resolvi, eu vou usar. (...) resolvi pintar o prédio, coloquei azul e passei a quatro dias por semana. Pensava em fechar mas, resolvi ampliar a tiragem”.

Segundo Pissini (1998:20), a primeira ação de Getúlio foi proporcionar condições de funcionamento para que a *Folha de Boa Vista* viesse a circular semanalmente, dentro de um programa gradativo, aumentando o número de

¹⁷ Em Boa Vista é comum um dirigente de estado ter o seu próprio veículo de comunicação, iniciando, logo que assume, uma empresa de comunicação, e em seguida o jornal passa a circular sem maiores problemas, ficando à disposição de sua administração. Só para citar um exemplo, o caso do Jornal O Estado de Roraima que circulou pela primeira vez logo que Romero Jucá assumiu o cargo de governador do estado.

publicações para até seis vezes por semana. O grande salto foi a criação do caderno *Classifolha*, que estabilizou a vendagem do jornal, com uma flutuação de 10% a 20%.

Pissini também destaca as palavras de Getúlio (idem):

“A Folha se consolidou primeiro porque ela é a única empresa jornalística em Roraima. Hoje, menos de 10% de sua receita provém do poder público, enquanto 90% vêm do mercado privado; de circulação de anúncios locais e nacionais. Possui um representante em São Paulo, que nos divulga em todas as agências de notícias”.

Em 1997, o referido jornal adquiriu a primeira máquina rotativa, mudando, assim, uma página na história da imprensa local. Sua produção e diagramação são feitas hoje por computadores. O jornal conta com uma equipe de 30 a 35 pessoas entre jornalistas, diagramadores, repórteres e impressores. Como afirma Getúlio Cruz, no que tange à linha editorial do seu jornal:

“Ela é clara, defende interesse regional e interesses econômicos, políticos e sociais, dando ênfase à questão da cidadania. Temos uma linha editorial nítida no sentido de fazer a sociedade de Roraima entender que o nosso Poder Judiciário tem uma vinculação política terrível. Nossas instituições não trabalham com vistas aos interesses coletivos, mas atendem a interesses de grupos políticos” (Op. Cit.:57).

TABELA 2
DADOS GERAIS

ITENS	DADOS
NOME:	Folha de Boa Vista
PRAÇA:	Roraima
CIRCULAÇÃO:	Boa Vista, interior de Roraima e <i>Internet</i>
FUNDAÇÃO:	21 de outubro de 1983
PUBLICAÇÃO:	Editora Boa Vista Ltda.
FORMATO:	<i>Standard</i>
IMPRESSÃO:	<i>off-set</i> , em cores
PERIODICIDADE:	7 dias por semana
TIRAGEM DIÁRIA:	4 mil exemplares
CADERNOS PERMANENTES:	Dois: primeiro e segundo

1.2.4. O DIÁRIO

A história do jornal *O Diário* merece ser contada a partir de um breve relato acerca de seu antecessor – o *Jornal de Roraima*. Este foi criado em 20 de novembro de 1990, pelo jornalista Nilton Oliveira e pelo empresário Alberto Barbosa, e contou com o apoio do ex-governador do então Território Federal de Roraima, Rubens Villar. O jornal circulou em Boa Vista num curto período de tempo. Esse jornal prestou relevantes serviços na campanha eleitoral do candidato a governador da situação, Ottomar Pinto.

O jornalista Francisco Esperidião Chagas (1998: 24) relata que:

“com a mudança de filosofia de governo, o Jornal de Roraima passou por um período de crise financeira, que resultou na mudança de dono e de nome. Passou a chamar-se Diário de Roraima e pertencer à empresa de José Mozart M. Silva, cunhado de Marluce Pinto, esposa do governador Ottomar Pinto”.

Chagas observa que, com esse nome, o jornal atravessou um longo período do governo Ottomar Pinto. A troca de nome ocorreu no início da primeira gestão do governo Neudo Campos, a 21 de fevereiro de 1995, quando foi batizado como *O Diário*. Atualmente pertence à empresa gráfica Uailan Ltda, formada por vários sócios, entre eles o atual prefeito de Boa Vista, Ottomar de Souza Pinto, e a senadora Marluce Pinto, como maiores acionistas.

O jornal *O Diário* deixou de circular algumas vezes. Foi paralisado no final de 1997, tornando a circular em 4 de fevereiro de 1998, mantendo-se a mesma filosofia e trazendo como *slogan*: *Um jornal a serviço de Roraima*, para informar e formar opiniões, sobremaneira, a política.

Esse periódico, ao iniciar suas atividades, em 1995, tinha o formato tablóide, por ser mais econômico, e contava com 18 páginas distribuídas em três cadernos. O primeiro caderno trazia notícias gerais, de política, de economia e opiniões. O caderno

B continha as editorias de polícia, cultura e lazer, e o caderno C continha a editoria de esportes.

Segundo o diretor administrativo, Luciano Glauber F. Brito¹⁸, “a política e polícia têm prioridade n’O Diário, pois há um número maior de leitores interessados em notícias” .

Brito, um dos responsáveis pela reativação de *O Diário*, admite que as inúmeras interrupções de atividade do jornal deveram-se à propensão política da sua linha editorial e que os políticos por ela beneficiados não cumpriram com o pagamento das quotas de patrocínio. “Hoje, com as mudanças em nossa linha editorial, o jornal já apresenta um pequeno lucro e, por conseguinte, iremos contratar mais profissionais e ampliar o nosso parque gráfico” (Soares, 1999: 59).

TABELA 3
DADOS GERAIS

ITENS	DADOS
NOME:	<i>O Diário</i>
PRAÇA:	Boa Vista
CIRCULAÇÃO:	Boa Vista
FUNDAÇÃO:	21 de fevereiro de 1995
PUBLICAÇÃO:	Empresa Gráfica Uailã Ltda.
FORMATO:	<u>Standard</u>
IMPRESSÃO:	<u>Off-set</u> , em cores
PERIODICIDADE:	5 dias – Terça a Sábado
TIRAGEM DIÁRIA:	1000 exemplares
CADERNOS PERMANENTES:	Dois: o primeiro e o caderno D.

Em relação aos profissionais locais que atuam na mídia impressa de Roraima, Pimentel (1996:10), ressalta que cerca de 73,3% dos que atuam no mercado não têm formação acadêmica e não dispõem de muita experiência no campo jornalístico. Percebe-se que a carência de mão-de-obra qualificada em Roraima é observada em todas as áreas do meio jornalístico.

Lima (apud Pimentel, 1996:10) avalia a profissão:

“Jornalista não é mais uma atividade profissional em Roraima: virou uma espécie de ‘quebra-galho’ (...) porque criou-se um esquema de contratação espúria de pessoas inabilitadas para servirem extemporaneamente de repórteres nas repartições públicas (...) a revolta é maior ainda quando o mentor desse “imbróglio” contra a profissão de jornalista não atenta para o fato de que esses pobres repórteres precisam e estão bem informados, identificados com o sentido da profissão...”.

1.3. A ORIENTAÇÃO TEÓRICA E O ROTEIRO DE ANÁLISE

Neste tópico, pretendemos abordar fenômeno de construção de uma imagem¹⁹-conceito do índio na imprensa escrita de Roraima. Nosso exercício busca detectar os fluidos ideológicos da sociedade boa-vistense com relação ao índio. O fundamental é pesquisar a imagem (ou imagens) desse índio transmitidas pelos jornais *A Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *O Diário*, durante o período de 1991 a 1996. Em outras palavras, buscamos o significado desse conceito de índio; que estereótipos, ou que tipo de preconceito ou discriminação são repassados no discurso visual e na produção jornalística. Enfim, qual a ideologia²⁰ que foi transmitida durante esses anos, período surpreendido por violência e vários conflitos étnicos ocorrido em quase todo o Estado. Índios, fazendeiros e garimpeiros lutavam reivindicando seus direitos sobre a terra. Em que medida a mídia, como fator cultural e como agente formador de opinião que atende aos interesses dos grupos oligárquicos ao qual

¹⁸ Fco. Esperidião Chagas foi, na época, o primeiro editor do jornal. Ibidem, p.58.

¹⁹ Tacca (1999:15,31) em sua tese de doutorado, ressalta que “todas as culturas, através dos tempos, sempre se permearam por usos distintos de imagens, sejam mentalmente abstratas, baseadas em relatos orais ou em outras experiências perceptivas visualmente concretas. A imagem independente de sua gênese, ela passa necessariamente por duas experiências inseparáveis: a primeira, da ordem da natureza, ligada ao funcionamento do organismo humano e a segunda, da ordem da cultura, ligada ao contexto sociocultural. A imagem mental dentro do que chamamos de imaginário social faz-se por meio de representações codificadas da realidade, prática normatizada de relações sociais. A imagem fotográfica é empregada pela sociedade democrática e capitalista na construção de ídolos para consumo de massa e nas sociedades autoritárias para construir verdadeiros deuses humanos para impor uma imagem única e referencial”.

²⁰ Tacca (op. cit.:41) lembra que toda fotografia traz embutida um programa ideológico de representação da realidade que remonta ao renascimento, ao desenvolvimento da pesquisa científica e ao modo de produção capitalista. Entretanto, a câmera não funciona sozinha. Na produção virtual da imagem – o ato fotográfico em si mesmo – os elementos da linguagem fotográfica são articulados por um sujeito enunciativo que combina o código-enquadramento, foco, ângulo de câmera, gesto do personagem, lentes, filmes, na produção do sentido.

pertencem os fazendeiros, difundiu imagens na produção de sentido que influíram na formação da consciência do povo roraimense.

A expropriação de terras e direitos indígenas parece ser o cerne da questão para se compreender aspectos ideológicos e (in)dizíveis de uma cultura que tem alimentado o processo de preconceito e discriminação. Vamos tentar descobrir seus caminhos e descaminhos, para então reunir características melhor fundamentadas e para melhor entender como foi feita a representação do índio ao longo deste período.

O método de análise do material jornalístico dar-se-á a partir dos elementos constitutivos da fotorreportagem (manchete, legenda, charge, fotografia e reportagem) dentro de três tipos de suportes distintos: a charge, a fotografia e o texto jornalístico, que acompanham a imagem do índio, numa abordagem do viés de três eixos temáticos: a demarcação das terras Raposa/Serra do Sol, o caso Haximu, em 1993 e os conflitos de terras.

Pretendemos focalizar e descrever metodologias de trabalhos com o uso de iconografias na pesquisa, além de historiografar as principais referências bibliográficas no campo da fotografia e da ilustração usada na imprensa diária e semanária. Faremos isso, mais especificamente, no contexto do discurso visual da mídia impressa de Roraima, utilizando método de análise de interpretação da realidade manifestada por meio dos mecanismos internos que regem a produção e a recepção das imagens iconográficas, veiculadas nas manchetes, legendas e reportagens dos jornais *A Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *O Diário* no período de 1991 a 1996.

Essa escolha não tem caráter antropológico. Não objetivamos localizar as imagens no contexto da documentação etnográfica e muito menos no âmbito da História do índio brasileiro. Para nós, importou investigar e compreender o modo de

construção da imagem do índio na mídia impressa de Roraima, por intermédio da estrutura narrativa do fotojornalismo²¹.

Nossa análise concretiza-se a partir de alguns recortes escolhidos como modelos metodológicos de abordagem. Um dos primeiros trabalhos sistematizados foi a análise da imagem fotográfica que fez parte de dois estudos: a pesquisa histórico-sociológica sobre o carnaval paulistano, de Von Simson (1984), e a pesquisa metodológica sobre a documentação fotográfica (potencialidades e limitações) de Leite (1992), que são referências em nosso país.

Há escassez de trabalhos referentes à análise da imagem fotográfica não produzida pelas pesquisadoras. Nesse estudo, as autoras optaram por um processo de experimentos de percepção e memória, realizado com acervo fotográfico reunido no Centro de Estudos Rurais e Urbanos, que captou as imagens do carnaval paulistano.

De acordo com o relato das autoras, a pesquisa tinha dupla finalidade, ou seja, conhecer um aspecto mais amplo da festa anual (o carnaval) na capital do estado de São Paulo e avaliar as contribuições do material visual para a compreensão de uma festa popular. A preocupação sociológica com estruturas e dinâmicas sociais foi sendo acrescentada dentro de tentativas empíricas e experimentais, ao lidar com a análise de conteúdo fotográfico.

²¹ Iniciamos a nossa discussão em torno de um conjunto de reflexões, baseadas em estudos de casos específicos, abrangendo as questões que consideramos fundamentais para o entendimento dos termos fotojornalismo e fotorreportagem. Esta preocupação partiu do pressuposto de que a fotografia de imprensa só adquire seu pleno significado no contexto de sua publicação, se estiver inserida no espaço das páginas. Freund registra o surgimento do fotojornalismo, que nasceu na Alemanha, sob o impulso da república liberal, nascendo como manifesto da imprensa ilustrada alemã. Freund ressalta que a tarefa dos primeiros repórteres da imagem fotográfica era a da feitura de fotografias isoladas, com o fim de ilustrar uma história. É apenas a partir do momento em que a imagem se torna, ela mesma, história de um acontecimento que se conta numa série de fotografias acompanhadas por um texto freqüentemente reduzido apenas a legendas, que começa o fotojornalismo propriamente dito. Freund descreve que, em 1930, Stefan Lorant, ao tornar-se redator-chefe da Munchner Illustrierte Presse, recusou a idéia utilizada pela imprensa ilustrada do emprego de fotografias encenadas, reproduzindo apenas imagens isoladas e cria uma nova idéia, a de encorajar reportagens, quer dizer, fazer contar uma história por uma sucessão de imagens. Em volta desta imagem central, agrupa-se um certo número de fotografias que descrevem, em detalhes, todos os elementos da história, com um começo e um fim. A nova idéia ganhou o nome de “fotorreportagem”, definida pelo lugar, o tempo e a ação, como no teatro. Sob a influência de Lorant, os fotógrafos começam a fazer uma série de fotografias sobre um único assunto, que preenchem várias páginas das revistas ilustradas. Foi o primeiro a compreender que o público não deseja apenas ser informado sobre os fatos e gestos das grandes personalidades, mas que o homem da rua se interessa por assuntos que têm a ver com a sua própria vida. Alguns anos mais tarde, essa idéia fez o grande

Para as pesquisadoras, a foto-análise procura apontar os princípios da representação, as características morfológicas, os valores expressivos típicos e as propriedades intrínsecas, como meio de descrever um estilo temporal.

Podemos descrever a foto-análise como sendo a tentativa de lidar com a imagem fotográfica a partir de seis direções:

- do fotógrafo ao retratado;
- do retratado ao fotógrafo;
- do observador à imagem;
- da imagem ao observador;
- do retratado ao observador;
- de uma imagem para outra.

Essa tentativa conseguiu separar, com mais clareza, a forma fotográfica (sua representação ou seu signo) da própria festa carnavalesca (o espetáculo, os atores, as estruturas e organizações subjacentes, o referente) e dos símbolos de que lança mão (o significado e as expressões culturais que permitem a leitura e a interpretação da festa). Segundo Von Simson (1984:277), “A fotografia permite a reconstituição de um espetáculo e a imagem fotográfica contém uma vantagem por ser uma comunicação inicial direta, que ultrapassa códigos dos diferentes tipos de discurso, nas várias culturas”.

A análise da documentação fotográfica pressupõe a transposição para duas dimensões de uma cena tridimensional, paralisando o movimento e silenciando o ritmo e a melodia. Na opinião da autora, esse estudo possibilitou-lhe distinguir, unicamente, algumas condições de crítica prática a serem aplicadas de maneira diversa a diferentes

sucesso da revista Life (Freund, 1995: 119). Em nosso trabalho-estudo iremos assumir o termo fotorreportagem sem hífen, como consta no Dicionário de Língua Portuguesa (Ferreira, 2000:806).

conteúdos temáticos, em momentos diferentes, além de permitir avaliar aspectos do carnaval paulistano que somente a análise do discurso não permitiria.

O estudo de Von Simson, cujo instrumental utilizado foram diferentes seqüências de fotografias levantadas e examinadas, proporcionou um material rico para experimentos e críticas de percepção visual. Abrangeu questões especiais que apenas o discurso não poderia cobrir. Permitiu consagrar a complementaridade da representação fotográfica aos depoimentos dos retratados, revelando dados ao invés de uma superposição, acrescentando respaldo para uma avaliação crítica.

Outro estudo significativo, e que serviu de base para nossa análise, foi o da pesquisadora Helouise Costa (1992), que fez a relação entre fotografia e modernidade no Brasil, no qual mostra a trajetória da revista *O Cruzeiro*, como fonte que apresenta um processo de renovação do fotojornalismo a partir de 1943. O estudo permite a análise dos diferentes usos da fotografia na imprensa, restringindo a investigação da fotografia ao âmbito das fotorreportagens²², dentro de um recorte temporal de 1943 a 1954, período em que se verificaram a consolidação e o ápice da fotorreportagem no Brasil. O objetivo principal de sua pesquisa foi identificar os intercâmbios entre dois campos da prática fotográfica: o ambiente fotoclubista e a imprensa ilustrada em seus primórdios.

A abordagem teórica e a análise da imagem fotográfica obedeceram a diferentes metodologias, adequadas às questões levantadas. Costa optou, e deu como prioridade do seu estudo, trabalhar diretamente com as imagens. Partindo-se do pressuposto de que a fotografia de imprensa só adquire seu pleno significado no contexto de sua publicação, inserida nas páginas, ela utilizou somente as imagens publicadas na revista *O Cruzeiro*.

²² Costa define o termo fotorreportagem como sendo uma narrativa que resulta da conjunção do texto e da imagem, ou seja, da conjunção de duas estruturas narrativas, totalmente distintas e independentes, dentro de uma amarração própria realizada pela edição, conferindo grande destaque à imagem fotográfica.

Segundo Costa, a idéia geral que norteou este ensaio foi a investigação do discurso visual estabelecido pelas fotorreportagens de *O Cruzeiro*, no período de 1943 a 1954. A multiplicidade de temas da revista e a abrangência do período focado apontaram, desde o início, a inviabilidade de um estudo extensivo. Tentando superar este problema foi estabelecida uma base comum para a análise. A autora escolheu como base o tema do índio, que foi recorrente ao longo dos onze anos e que permitiu não só acompanhar o amadurecimento das soluções formais específicas da fotorreportagem, como também permitiu identificar alguns aspectos da ideologia nacionalista da época.

A escolha visou investigar o modo de construção da imagem desse “outro” (o índio) através da estrutura narrativa da fotorreportagem. Nesse contexto, é muito significativo que a temática indígena tenha sido recorrente em *O Cruzeiro*. Helouise Costa (1992:89), textualiza que:

“O índio é um empecilho ao avanço do “progresso”, pois sua imagem é incompatível com o modelo de uma nação desenvolvida. A dominação do índio, como parte do processo de modernização, é não só inevitável, como necessária, e a revista irá engajar-se sistematicamente nesta tarefa”.

Dentro das grandes vertentes temáticas das fotorreportagens, a autora considera que o tema do índio apresenta-se como mediador entre dois grandes eixos: insere-se na exaltação da natureza e da aventura e, ao mesmo tempo, no contexto do exótico. Acrescenta que, para refazer a trajetória da descoberta do Brasil, nada melhor do que começar pelo índio.

Nesse estudo o índio é apresentado como mais um dos “recursos naturais” disponíveis a ser utilizado em benefício da modernização do Brasil. De “pesos mortos” os índios devem ser transformados em profissionais especializados, que possam contribuir para o progresso do país.

Outro trabalho interessante, que também serviu como guia para a nossa pesquisa, foi o de Fernando Cury de Tacca (1999), “O feitiço abstrato: do etnográfico ao

estratégico a imagética da comissão Rondon”, que investigou a coleção de imagens fotossensíveis, estáticas e em movimento, sob a chancela da Comissão Rondon. O autor procurou compreender o processo de significação das imagens nessa Comissão, em que Rondon recupera o olhar etnográfico do cineasta e fotógrafo Major Thomas Reis, nas primeiras décadas do século XX.

A compreensão e a análise da coleção imagética foi construída, segundo Tacca, na interseção desses olhares, o que não poderia ter sido feito de outra forma, no intuito de desvendar desse enigma. A imagem nessa comissão existe como auto-afirmação, marketing e mostra a ação estratégica de ocupação da nessa fronteira. A imagem do índio é construída como uma referência de integração e não de exclusão no conjunto da nação.

Os capítulos II, IV, V e, em particular, o VI de sua tese, serviram-nos como referência, aguçando o nosso olhar analítico para a leitura e a originalidade da imagem iconográfica.

Após o estudo das obras supracitadas, dedicamo-nos a conhecer mais a respeito da originalidade da imagem fotográfica. Nesta análise, buscamos também saber se essas imagens são eficazes quanto à transmissão da informação e qual sua verdadeira função do olhar (representação, ilusão ou realismo), objetivando, assim, entender e compreender o processo de construção e de significação dado pela imprensa escrita roraimense quanto à imagem do índio.

Segundo a proposta de estudo que versa sobre o olhar exógeno²³, ressaltamos a pesquisa de Luiz Eduardo Robinson Achutti (1997), na qual o pesquisador realiza estudo de antropologia visual sobre o cotidiano, o lixo e o trabalho. Achutti focaliza sua atenção nas trabalhadoras do galpão de reciclagem de lixo. Dedicar-se a caracterizar uma vila de favela na região periférica da cidade de Porto Alegre, área de depósito do lixo da cidade.

²³ Olhar externo, fora desta cultura.

O autor (op. cit.:14, 42)

“(...) minha ênfase será no uso da fotografia como uma narrativa imagética, capaz de preservar o dado e convergir para o leitor uma informação cultural a respeito do grupo estudado. (...) Interessa-me discutir algumas assertivas a respeito da construção da nossa capacidade de olhar que, por sua vez, está diretamente relacionada com os atos de simbolização na perspectiva da criação e leitura de imagens. O olhar é aprendido, é treinado de forma articulada com outros olhares. O olhar não é individual, ele é determinado social e conjunturalmente. É em função do tipo de olhar de uma dada época que são determinados os tipos de imagens e de que forma as pessoas se relacionam com elas”.

Para finalizar nossa referência teórica dentro da abordagem do olhar exógeno, temos, ainda, a dissertação de mestrado de André Gustavo Alves Nunes (1998), intitulada *Os argonautas do Mangue: uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória-Es*. O objetivo principal dessa pesquisa visa entender e descrever as relações homem-manguezal, na qual o corpo é o principal instrumento de trabalho, que pode ser melhor revelada através da imagem, focando as pessoas que vivem da cata do caranguejo. Para tanto, o autor utilizou um método de apreensão e de exposição dos dados. Para Nunes (1998) não bastaria apenas “falar e discursar” em torno do homem. Haver-se-ia de “mostrá-lo, expô-lo, torná-lo visível” para melhor conhecê-lo.

Nunes utilizou a fotografia como instrumento de pesquisa, procedendo desde o registro até a exposição dos dados, e empregando a metodologia proposta por Gregory Bateson e Margaret Mead (1942) em *Balinese Character: A Photographic Analysis* 24, que foi o marco inicial da antropologia visual.

²⁴ Esses autores procuraram descrever as expressões do ethos e analisar certos comportamentos culturalmente padronizados de organização dos instintos e das emoções dos indivíduos da sociedade balinesa. O termo “ethos” foi um conceito forjado por Bateson significando “a tonalidade geral de um povo ou de uma comunidade; ou ainda, o sistema das atitudes afetivas que governa o valor que uma comunidade outorga às diferentes satisfações ou concede às diferentes frustrações que podem oferecer as situações da vida”. Enquanto o eidos refere-se ao “sistema codificado dos modos cognitivos presentes em uma dada sociedade. A pesquisa trata dos costumes balineses e visa entender a formação da personalidade da criança dentro dessa cultura. Ela enfoca a criança e as relações entre elas e seus familiares.

O autor pontualiza (op. cit.) que o estudo de Bateson e Mead originou o método de pesquisa que associa informações visuais (fotografia e filmes) às informações verbais para descrever “o sistema culturalmente padronizado de organização dos instintos e das emoções dos indivíduos pertinentes a uma dada sociedade”.

Relata também que, partindo dessa metodologia, os estudiosos sentiram a necessidade de sistematizar um número muito grande de fotografias e de apresentá-las juntamente com outros dados (textos e ilustrações).

Enfatiza o autor (op. cit.:29):

“Não sabia muito bem como organizar essas informações textos e fotos de uma forma tal que pudessem ser apresentadas em uma monografia. Utilizei a proposta de Mead e Bateson visando organizar as fotografias e apresentá-las juntamente com as informações verbais”.

O passo subsequente foi elaborar um fichamento temático das fotos, em que foram selecionados os temas focados em suas imagens. Esse fichamento auxiliou na edição de oitocentas fotos que foram separadas em blocos temáticos. Cada cópia recebeu anotações do número do filme, fotograma e data em que foi feita.

O pesquisador fez, ainda, anotações referentes às situações fotografadas em um caderno de campo. Em seguida, as fotos foram analisadas, juntamente com as anotações a respeito de cada cena. Após essa análise, as fotos foram apresentadas em forma de sequência, contendo o mínimo de seis fotos diagramadas numa única prancha e o máximo de oito fotos na montagem da prancha.

Fundamentado no arcabouço teórico dos trabalhos acima destacados, traçaremos abaixo o roteiro de análise das imagens iconográficas. Nessa análise foi incorporada a metodologia empregada por Costa (1992) na investigação da temática indígena extraída da revista *O Cruzeiro*. Os passos usados neste estudo decorrem da

leitura e análise interpretativa de cada um dos elementos constitutivos da fotorreportagem e da estrutura narrativa que os sintetizam.

Costa (1997:83) define os elementos como sendo:

“(...) a manchete, apresentação, texto, fotografias e legendas. Esses elementos são básicos das fotorreportagens, ou seja, texto e imagem apresentam individualmente estruturas narrativas próprias que irão contribuir para a construção da narrativa global”.

Nossa análise circula em torno dos recortes dos jornais de Boa Vista, que fabricam e constróem a imagem do índio, mostrando a imagem sob o ponto de vista crítico. Essa dissertação apresenta um grande número de fotografias, charges, desenhos e mapas, não produzidos pela pesquisadora, mas que fazem parte do acervo fotográfico dos três periódicos em estudo.

Nesta pesquisa, adotamos o critério de trabalhar a iconografia no âmbito das fotorreportagens. Outro critério adotado para facilitar nossa análise foi selecionar fotos e ilustrações que estão próximas a um texto, que os sintetizem e que contenham a citação dos créditos do autor.

Outras metodologias de análise e estudos da imagem e mensagem fotográfica foram incorporadas a esta pesquisa²⁵. Destacamos a leitura das imagens iconográficas e do discurso verbal para compreensão das referidas formas de construção desta imagem. A análise interpretativa foi a partir dos elementos constitutivos da fotorreportagem e da estrutura narrativa que sintetizam o texto, e a análise de apreensão da imagem iconográfica será a partir de três movimentos²⁶: inicialmente, o olhar percorre a imagem buscando uma inteligibilidade de imediato; num

²⁵ Joly, (1996). Considera a imagem como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signos, equivalendo assim a uma linguagem, a uma ferramenta de expressão e de comunicação. Acrescenta que, seja ela expressiva ou comunicativa, é possível admitir que uma imagem sempre constitui uma mensagem para o outro, mesmo que esse outro sejamos nós mesmos. O autor lembra que, para compreender essa mensagem, uma das precauções é buscar para quem a mensagem foi produzida e para que ela serve. A função é determinante para a compreensão de seu conteúdo.

²⁶ Esses critérios ou princípios foram empregados nas pesquisas de von Simson e Leite já citadas nesta pesquisa.

segundo momento, lê-se a legenda²⁷, a fim de completar sua percepção primeira; por fim, retorna-se à imagem e conclui-se a interpretação da cena.

Entendemos que as imagens possuem dois espaços determinantes para a sua percepção: o olhar de quem produz, ou do autor, e o intermediário pela imprensa. Para compreender essa construção faz-se necessário conhecermos a problemática indígena no estado de Roraima e a representatividade do índio na sociedade local.

²⁷ A legenda complementa a notícia, sua função será de dirigir o olhar do leitor ou ainda indicar ou a ampliar a significação daquilo que acompanha. Vem, geralmente, abaixo da foto ou do desenho, colocada ao lado, acima ou mesmo dentro do seu espaço.

2. OCUPAÇÃO DO ANTIGO TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O processo de colonização do Vale do Rio Branco deu-se, com maior intensidade, a partir de meados do século XVIII. A estratégia de colonização e de ocupação dessa região foi implementada em diferentes períodos históricos, por iniciativa da Coroa Portuguesa, dos governos centrais do Brasil pós-independência e dos governos do Estado do Amazonas, ao qual esteve incorporado o ex-território de Roraima até a sua emancipação como Território Federal, em 1943.²⁸

Tal ocupação verificou-se por meio de duas frentes simultâneas: a colonização holandesa, que se estabeleceu na costa da Guiana, alcançando o Vale do Rio Branco, atingindo os povos indígenas desde a costa até o Vale Amazônico, e a colonização portuguesa, que já se fazia presente no Vale do Rio Branco, por intermédio de viagens esporádicas de traficantes de escravos índios e de funcionários da colônia, vindos do Vale do Rio Negro. Ali estabeleceram o aldeamento. Farage (1962:267) observa que “(...) a ocupação se deu pela porção nordeste do estado de Roraima, fronteira à República da Guiana (...)”.

De acordo com Santilli (1994:17), os portugueses investiram na ocupação estratégico-militar para impedir possíveis invasões dos espanhóis e holandeses e assegurar a posse do Vale Amazônico.

Os espanhóis e holandeses que se encontravam na região limítrofe, nas Guianas, avançaram em direção ao Rio Branco entre 1771 e 1773, quando uma primeira expedição vinda da província de Angostura, no Rio Orinoco, explorava o Parauá. Outras tropas seguiram e venceram as Cordilheiras, chegando ao Rio Uraricoera.

Ainda segundo Farage e Santilli (1962:267), os holandeses alcançaram a região através de uma extensa rede de troca de manufaturados por escravos índios, que envolvia povos indígenas, desde o baixo Rio Essequibo até o Vale do Rio Branco.

A ocupação²⁹ efetiva do Rio Branco tornou-se uma questão central para os portugueses, que enviaram ao local tropas de guerra para combater os espanhóis, não só com ordem de expulsá-los, mas, também, de iniciar a construção de uma fortaleza e do aldeamento de índios na região.

A história dos índios de Roraima começa a ganhar ação depois que os brancos chegam às terras roraimenses, antes denominadas “Rio Branco”. Com a chegada dos conquistadores civis, na segunda metade do século XIX, a caminhada indígena tornou-se extremamente difícil e marcada por acontecimentos violentos. Nos relatos da *Coleção Histórico-Antropológica*, publicada pela Diocese de Roraima (1990:5), o choque entre o branco e o índio não foi sangrento, existindo notícias, no entanto, de mortes, empobrecimento econômico, destruição cultural e física.

Consta ainda nos relatos, que o primeiro contato entre índios e brancos foi marcado por uma amizade ocasional. Esse contato intensificou-se com a ocupação fundiária através da chegada de colonos civis. A pecuária se estabeleceu na região desde fins do século, inaugurando assim a expropriação das terras indígenas. O envolvimento dos índios no processo de ocupação não se limitou a atrapalhar a expansão da frente pecuária. Bem cedo os fazendeiros descobriram nos índios a mão-de-obra ideal para as próprias fazendas. Os índios, que no início “eram só um atrapalho, em seguida, tornaram uma mão-de-obra barata, a serviço dos fazendeiros” (Farage, 1962:270).

²⁸ Documento nº 003, Terras indígenas do Brasil: um balanço da era Jobim – Instituto Socioambiental – ISA – São Paulo – junho, 1997.

²⁹ O processo de ocupação de terras no Vale do Rio Branco fez-se acompanhado de mecanismos de arregimentação da população indígena para as camadas mais baixas da sociedade regional que então se formava. Esse processo requeria o confinamento territorial, a circunscrição de um lugar social para a população indígena.

Segundo os historiadores, desde o começo, a ideologia empregada pelos invasores era simples: “As terras são de ninguém e, por isso, ocupáveis”.

Figueiredo (1944:190), escreve que, no primeiro momento,

“o fazendeiro quase sempre chegava muito humilde e pede ao autóctone para instalar no seu terreiro ‘um curralzinho’. O aborígene, geralmente de boa índole, cede. O branco vai atulhando de gado o terreiro do índio. A roça do índio, onde viceja o milho e mandioca, vai sendo devastada” (apud. Cedir, op. cit.: 8).

Num segundo momento,

“O fazendeiro começa a cercar as terras, ocupando, progressivamente, a terra indígena. Se os índios protestam contra esta situação, são considerados obstáculos ao progresso de Roraima e de toda a Nação. Inaugura, então, a disputa da terra e do território indígena” (idem.).

Antes de sua transformação em território, ocorrida na década de 40, o município de Rio Branco fazia parte do estado do Amazonas. Passou a território em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei nº 5.812, desmembrando-se do município de Moura, pertencente ao Estado do Amazonas. Após um projeto do deputado Valério Magalhães, que foi transformado em lei em 1962, esse território passou a ser denominado Território Federal de Roraima³⁰.

A idéia de criação do território visava, antes de tudo, a ocupação dos espaços vazios, a segurança nacional e a aproximação com os países vizinhos do continente sul-americano. Freitas (1996:121) argumenta que o governo territorial era quem mandava, empregava, promovia, transferia, comprava, prendia, pagava e demitia. Acrescentou:

“O Governo é tudo, infelizmente, o dono de tudo. como todo território, o de Roraima em particular, sofreu com a expansão urbana, com a chegada, em números crescentes de migrantes sem nenhuma estrutura social preparada para atender as necessidades materiais e não materiais dos que chegavam lá” (idem.).

³⁰ Naquela época havia muita confusão entre a capital do Acre, Rio Branco e o Território do Rio Branco, cuja capital é Boa Vista. A mudança foi feita para resolver esta situação de localidades.

Ferri (1990:14) conta que surgiram neste local os conflitos entre as populações indígenas Makuxí, Wapixana, Ingarikó e Taurepang por causa de frentes econômicas agropecuárias. Lembra também que uma alteração profunda ocorreu com o aumento da exploração das riquezas minerais. Essa situação agravou-se em 1975 com a descoberta de ouro e cassiterita em território Yanomami, trazendo para a região garimpeiros e mineradoras. Nesta primeira investida foram registrados os primeiros casos de tuberculose e doenças venérea entre índios.

Ressalta que a expansão do consumo em Roraima nesse período quebrou recordes. Em apenas dois anos, a arrecadação da Receita Federal aumentou em 2.000% em termos reais. Calcula-se que os garimpeiros extraíam da região cerca de duas toneladas de ouro por mês.

Um diagnóstico científico apresentado pela AMBTEC (Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima), no ano de 1994, analisou a situação fundiária de Roraima. Segundo este estudo, antes de Roraima tornar-se território federal, todas as suas terras pertenciam ao estado do Amazonas, com exceção de uma faixa de 66km contígua à linha das fronteiras internacionais. A alienação dessas terras ao Amazonas garantia a faixa de fronteira para a República dos Estados Unidos do Brasil.

Nesse diagnóstico transparece a falta de uma política agrária e de uma legislação fundiária específica, dando margem para a formação de grandes latifúndios nas terras de Roraima.

Após a criação do território, toda a área pertencente ao Estado do Amazonas voltou ao patrimônio da União, excluindo-se as terras alienadas a terceiros pertencentes agora ao domínio privado que, segundo recentes identificações feitas pelo INCRA (Instituto Brasileiro de Colonização Agrária), somavam 564.176ha.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, instituíram-se dispositivos legais para nortear uma política agrária em nível nacional e, por

consequente, para Roraima. Visando regulamentar o problema fundiário roraimense, foi criado o Decreto-Lei 1.110/70, que rege o INCRA.

Em 1976, foi implantado o *Projeto Fundiário Roraima*, subordinado à Coordenadoria Regional do Extremo Norte, sediada em Manaus e que detinha a jurisdição sobre todo o espaço físico de Roraima. Em virtude da distância desse foro de decisões, impedindo uma efetiva implementação, criou-se a Superintendência Estadual de Roraima, com uma política administrativa autônoma, responsável pela implementação de uma política agrária mais eficiente.

Segundo diagnóstico da AMBTEC, a posição geográfica de Roraima está limitada por fronteiras internacionais em mais da metade de seu contorno territorial, agravando, assim, a situação legal de suas terras. Segundo a Constituição Federativa Brasileira (1999:273):

“Todas as terras que estiverem localizadas na faixa de até 150km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, são designadas como faixa de fronteira, área de segurança, ou seja de defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização estão reguladas em lei”.

São propriedades da União todas as terras compreendidas numa faixa de 100km para cada lado. As rodovias federais também são patrimônio da União. Igualmente são patrimônio federal as terras que margeiam rios e igarapés; além disso, todas as áreas que tenham sido registradas em seu nome, durante os 19 anos de vigência do Decreto - Lei 1.164/71.

Dessa forma, mais de 76% das terras de Roraima pertencem, legalmente, ao patrimônio da União, estando elas sob jurisdição da FUNAI, do Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério da Defesa.

A disputa pela terra é uma problemática que se mantém até os dias de hoje, e continuará a existir enquanto confrontar-se com o direito natural do índio. Para

compreender melhor essa questão é preciso recolocá-la na história, seguir os seus passos e observar sua dinâmica e os pontos de equilíbrio. Esses permanecem, ainda hoje, em discussão, pelo fato de o índio representar o âmago da questão no tocante à formação da nacionalidade brasileira.

Como ressalta GOMES (1988:18), “essa problemática vivida pelos indígenas caminha com o desenvolvimento do país, quase sempre em relação inversa. (...) Eis o sentimento de sua tragédia”. Para Gomes, a questão indígena processa-se numa dimensão histórica mais ampla do que aquela que define a história brasileira ou mesmo a americana. “Ela é a representação concreta de um cruzamento que infelizmente se dá como embate, entre dois tipos de civilização, dois grandes complexos de possibilidades do ser humano” (Op. Cit.). Afirma ainda (Op. Cit.: 19) que o binômio índio e Brasil parece, à primeira vista, incombinável. A história de um e a história do outro estão claramente em relação inversa: à medida que o branco cresce o índio decresce.

A esse respeito, Padre Antônio Vieira (apud Gomes, 1988:24) assim se expressa:

“A questão indígena se desenrola na história brasileira com um saldo obviamente negativo para os índios. A nação brasileira se constrói sobre o patrimônio territorial dos cinco milhões de índios que havia, suga o seu sangue e o transforma em ‘ouro vermelho’”.

Não se resolveram principais e atuais problemas de sobrevivência do índio: a garantia do seu território e a proteção de sua saúde.

Gomes (op. cit.:15) conclui:

(...) “O Brasil de hoje, em relação aos índios, não é pior nem melhor do que o Brasil de 30 anos atrás, do século passado. A má vontade das autoridades, a política indigenista paternalizante, a ambição econômica das suas elites e a falta de solidariedade humana, tudo isso pesa sobre os primeiros habitantes deste país (...)”.

A crescente mobilização étnica ocorrida nos últimos anos nas regiões brasileiras, em particular na região Amazônica³¹ e, especificamente, no estado de Roraima, provocou uma luta reivindicatória de vários grupos pelo direito à posse das terras que tradicionalmente ocupam. Este é um fenômeno importante que precisa ser entendido. No estado de Roraima temos a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR), o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) e os Índios Taulipang, Waiwái, Makuxí (TWM).

O movimento indígena, entendido como ações organizadas para a resolução dos problemas causados pelo contato com a sociedade não-indígena, sempre existiu, embora sob diferentes formas. No contexto social e político do fim da década de 70, multiplicam-se as organizações não-governamentais de apoio aos índios e, a partir dos anos 80, novos processos e formas organizativas surgiram para enfrentar os problemas concretos das comunidades e povos indígenas (grifo nosso).

A organização das entidades defensoras das causas indígenas deflagra-se com um contexto de institucionalização dos movimentos sociais da sociedade civil, cujo objetivo é fazer-se representar perante o Estado, inclusive tendo como base a idéia da união das comunidades e povos para a resolução de seus problemas³².

A forma de estruturar o movimento indígena em um modelo organizacional instituído é um dado novo no processo de luta e resistência dos povos indígenas em confronto com a colonização, o que vem acontecendo desde o século XVI até os dias atuais. Essa forma resulta nas relações interétnicas dos povos indígenas com os diversos segmentos da sociedade não-indígena, no contexto do Estado Brasileiro. Essa atuação política no âmbito do Estado é definida a partir de relações específicas formadas num campo sócio-político, no qual interagem o sistema político regional e nacional da sociedade brasileira.

³¹ Cunha (1962) diz que o processo de ocupação e dominação da Amazônia se revelou bastante prejudicial para as etnias indígenas principalmente para o Estado de Roraima, em que se percebe claramente que a sociedade boavistense ver a presença do índio, representando um entrave ao desenvolvimento do Estado.

Esse modelo estrutural de cada organização indígena varia de acordo com a configuração do campo de relações interétnicas. As organizações foram criadas para atuar como interlocutoras entre as comunidades, o Estado e a sociedade civil, papel esse que antes dos anos 70 era assumido por certos profissionais (antropólogos, indigenistas, jornalistas, etc.) e entidades que apoiavam a luta indígena.

A idéia de união de todos os povos indígenas para fortalecerem-se no enfrentamento dos problemas comuns, por meio de uma organização, surgiu durante as assembléias indígenas inicialmente promovidas pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário nos anos 70 e, mais tarde, pelos próprios índios. Foi criada a União Nacional dos Índios (UNI), em 1980, no contexto da luta contra o projeto governamental de emancipação, abrangendo a totalidade dos povos indígenas em nível nacional. A nova entidade passou a atuar como representante dos direitos indígenas nas negociações com o Estado brasileiro, procurando, principalmente, assegurar a demarcação das terras indígenas.

Em meados dos anos 80, iniciou-se, na Amazônia, a criação de diversas organizações indígenas. Em 1990, esse processo histórico-político consolidou-se.

Oliveira Júnior (1998:19) certifica que, nesses anos:

“A participação direta dos setores progressistas da Igreja Católica foi determinante para o encaminhamento não só das reivindicações das camadas populares, como também para a organização e mobilização dos povos indígenas(..)”.³²

Ressalta que, com a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Igreja Católica passou a atuar de maneira efetiva na organização de inúmeros grupos indígenas, diante dos impasses determinados pela ditadura militar na implantação da política indigenista a ser desenvolvida pela FUNAI.

³² Jornal Porantim- Ano XV – Nº.153, dezembro de 1992, p.7.

Destaca, também, que o CIMI desempenhou um importante trabalho em defesa da organização dos índios, qual seja, coordenou e viabilizou o primeiro encontro de líderes indígenas, realizado em abril de 1994, no estado do Mato Grosso.

A seguir, abordaremos os principais grupos étnicos.

2.2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GRUPOS ÉTNICOS

A historiografia brasileira dos últimos anos busca estudar aspectos relevantes dos grupos sociais, antes ignorados em estudos específicos. Estudiosos da área, antropólogos, têm-se esforçado para penetrar em diversas áreas de investigação histórica. Nas duas últimas décadas, pouca atenção tem sido dada pelos historiadores aos povos indígenas.

O antropólogo John Monteiro (1995:223), aborda em seu estudo uma nova história indígena no Brasil, que brotou de uma particular conjuntura entre a antropologia e o indigenismo, a partir da observação de uma série de novos elementos. Em sua abordagem, observa que, desde a primeira metade do século XVI, a população indígena tem-se estabilizado, mostrando, inclusive, uma tendência para o aumento populacional, apesar dos recentes abalos epidemiológicos sofridos pelos Yanomami devido ao garimpo e à malária.

Tommasino (1995:1) inicia sua discussão mostrando que, entre 1980 e 1990, o Brasil foi surpreendido por várias rebeliões indígenas, em praticamente todos os pontos cardeais. A revitalização política e cultural de muitos povos, incluindo os de outros estados de contato mais antigo, vinha chamando a atenção dos cientistas sociais, porque, ao invés de desaparecerem ou dissolverem-se culturalmente, os índios ressurgiam e revitalizavam-se por meio de estratégias tão criativas quanto inusitadas.

Suas estratégias produziram o seguinte efeito: tornaram-se mais visíveis e audíveis. Tanto aparecem reivindicando direitos do próprio grupo como se unem para exigir direitos coletivos, principalmente em Brasília.

Acrescenta Monteiro (1995:223) que o estudo da população indígena no Brasil tem-se preocupado com dois aspectos entrelaçados: o tamanho original da população no momento do contato e o grau de seu declínio.

Embora não se tenha feito no Brasil, em seus quinhentos anos, um censo indígena, Monteiro (op. cit.) afirma:

“Em plena véspera do século XXI, quando o Brasil completa 500 anos de história e de seu descobrimento, a população indígena, que quase foi exterminada, dá uma virada histórica, entra em processo inédito de recuperação demográfica. E nos próximos anos, o avanço das etnias esquecidas deverá atingir cerca de 335 mil indivíduos brasileiros. apontando os grupos étnicos nos diferentes estados brasileiros”. Veja anexo 2 – Grupos Étnicos.

Quando os europeus pisaram em nossas terras, detectaram a existência de mais de dois mil povos distintos habitando a América. Estimava-se a presença de cinco a seis milhões de índios no Brasil. Dados da FUNAI³³, levantados em 1997, apontaram que em nosso país existiam 215 sociedades indígenas, perfazendo cerca de 325 mil pessoas, representando assim 0,02% da população total do país.³⁴ Atualmente, estima-se que no Brasil essa população seja de 330 mil índios de 220 etnias diferentes.

Em recente levantamento, o Instituto Socioambiental (ISA) relacionou cerca de 206 grupos, perfazendo uma população de, aproximadamente, 270 mil pessoas. Laraia (1995:260) considera que, do ponto de vista demográfico, representam pouco, em um país de 150 milhões de habitantes. Entretanto, essa amostra é bastante significativa para dimensionar essa imponente diversidade cultural do Brasil.

³³ A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a política indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988.

³⁴ Jornal Radical, Índios suplemento Especial. FUNAI – Fundação Athos Bulcão. Brasília. Df. Abril/1997, p. 04.

Os 206 grupos indígenas apontados pelo Instituto Socioambiental vivem nas diferentes regiões brasileiras e seu grau de interação com a sociedade nacional varia desde o relativo isolamento até um avançado processo de urbanização. Mas as maiores concentrações desses grupos encontram-se nas regiões Norte e Centro- Oeste.

Etnia	Estado	População
Guarani	MS, PR, SC, RS, ES, RJ e SP	41.000
Caingang	PR, SC e RS	22.000
Ticuna	AM	21.000
Terena	MS	19.000
Guajajara	MA	13.000
Xavante	MT	10.000
Ianomâmi	RR e AM	10.000
Macuxi	RR	9.500
Potiguara	PB	7.600
Xacriabá	MG	6.200
Fulni-ô	PE	5.000
Caripuna	AP	4.000
Pataxó	BA	3.900

Fonte: Funai, Ministério da Justiça

Fonte: Folha de São Paulo. Ed. Especial. Kawaiá - índios - 18/04/1999. pg. 04

Teixeira (1995:295) ratifica que a chegada dos portugueses ao Brasil implicou no início de um processo de *depopulação* dos índios, que só agora os historiadores, arqueólogos, antropólogos e lingüistas começam a compreender. E o autor evidencia: “foi um processo brutal a extinção das línguas”.

O atual estado de manutenção das línguas indígenas é mais perceptível no Norte e no Oeste do país, regiões onde os movimentos de interiorização como, por exemplo, a busca do ouro e a expansão da frente agrícola e pastoril estão acontecendo. Entre os demais estados brasileiros, o Amazonas é o que possui a maior

população indígena, calculada em torno de 60 mil pessoas, que ocupa uma área de 28.190.262ha, área que compreende um terço de todas as terras indígenas do país.³⁵

No Estado de Roraima, por exemplo, observa-se a presença de diversos grupos indígenas. Conforme dados do Conselho Indígena de Roraima (CIR),³⁶ estima-se a presença de uma população de 40 mil índios representados pelos povos Macuxí, Ingarikó, Wapixana, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wai-Wai e Yanomami e Maiongong³⁷.

A seguir, serão descritos os principais grupos étnicos existentes em nosso estado.

³⁵ Ibid, p. 20.

³⁶ CIR é uma organização indígena roraimense que desempenha o papel de interlocutora das comunidades com o estado e com a sociedade civil. A organização iniciou-se em 1987 e foi reconhecida juridicamente em 1990.

³⁷ Veja, Documento ISA, nº 003 – junho, 1997, cujo título é Terras Indígenas no Brasil: Um balanço da era Jobim.

MAPA DO ESTADO COM AS ÁREAS INDÍGENAS



Fonte: Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio-Seplan Deptº de meio ambiente- monitoramento ambiental.

De acordo com a descrição de Ferri (1990:18), o povo Macuxi pertence à família Karib. Os Macuxi vivem nas áreas do lavrado e nas serras do Noroeste da Guiana, que faz divisa com o Brasil, provavelmente desde antes da ocupação européia. Estima-se que o número de aldeias Macuxi, segundo os dados do Conselho Indígena de Roraima, seja de, aproximadamente, cem aldeias. O território Macuxi está dividido, formalmente, em quinze áreas indígenas, separadas entre si. Essas áreas encontram-se ocupadas por fazendeiros e pequenos posseiros, como, por exemplo, o caso da Raposa/Serra do Sol, área mais extensa, que abrange cerca de 1.700ha. O levantamento realizado em 1988 pelo Grupo de Trabalho Interministerial para

identificação dessa área constata que existem, hoje, cerca de duzentas fazendas apossadas e um número inestimável de garimpos (Santilli, 1994:11).

Outro grupo da família Karib são os Taurepang. Originados de uma região setentrional, ocupam no país uma pequena área no alto Rio Surumu, nos limites fronteiriços com a Venezuela. Suas três malocas localizam-se nas regiões montanhosas próximas aos limites territoriais com a fronteira: Boca da Mata, Sorocaima e Bananal. Sua população está estimada em torno de trezentos a quatrocentos indivíduos. Esse grupo resguarda a limitação da fronteira. Em virtude de sua alta mobilidade, estão em constante deslocamento, indo do território brasileiro para o venezuelano e vice-versa. Na Venezuela eles são conhecidos como Pemon.

No extremo Norte do território de Roraima, existe uma pequena área atravessada pelo Rio Cotingo e delimitada ao Norte pelas serras limítrofes com a Venezuela e a Guiana; nela estão distribuídas, ao longo dos rios e igarapés, as malocas dos Ingariko, cuja população gira em torno de quinhentas pessoas.

Ferri (1990:18) descreve em seu livro que o espaço territorial desse povo sofreu uma violenta redução em maio de 1989, quando o grupo interministerial do governo federal encaminhou uma proposta de demarcação de uma área de 90.000ha, muito aquém da região que, tradicionalmente, ocuparam, deixando de fora, inclusive, muitas malocas ali instaladas.

O grupo Wapixana, que pertence à família Aruak, vive na região Sudeste do lavrado. Índícios históricos registram que essa nação indígena foi deslocada para essa região por força do povo Makuxí, não existindo uma divisão rígida entre suas áreas de ocupação. Existem malocas Makuxí e Wapixana numa mesma região e até mesmo malocas mistas absorvendo, dessa forma, a cultura entre si. Os Wapixanas possuem, aproximadamente, uma população de 3.500 pessoas.

Ao Norte de Roraima estão os Maiongong ou Yekuana, como são chamados na Venezuela. Situam-se ali três malocas Maiongong. Eles mantêm pouco contato com outros povos do lavrado, embora se relacionem, relativamente, com os Sanumá (Yanomami).

Quanto aos Yanomami, deles tem-se a notícia de que, desde o século XVIII, pertencem às famílias Yanomami-Yanomamó, Ninam e Sanumá. Estão distribuídos em duzentas comunidades, espalhadas numa área de 94.191km². A população estimada é de 22 mil indivíduos, dos quais dez mil moram numa faixa contínua de terra no extremo Norte do Brasil e, os demais, vivem ao Sul da Venezuela.

A área Yanomami já não se configura como objeto de disputa judicial, pois foi demarcada no governo Collor (1990-92), quando se tornou reconhecida, juridicamente, como reserva Yanomami. Entretanto, continua sendo invadida por garimpeiros.

Os Yanomami costumam habitar locais afastados das margens dos rios ou lagos, preferindo construir suas aldeias em mata cerrada. A maior concentração desse grupo no Brasil está localizada na região da Serra Parima, altos dos rios Mucajaí, Uraricoera e Catrimani.³⁸

O grupo Wai-Wai é imigrante da Guiana e passou a habitar a região Sudeste de Roraima. As últimas malocas dos Waimiri-Atroari localizam-se ao Norte do Estado do Amazonas e ao Sul do Estado de Roraima, concentrando-se na região dos rios Janaperi, Alalaú e Jatapú. Sua população gira em torno de 1.600 indivíduos (FUNAI, 1992). Muitos foram os problemas vividos por esse grupo. Com a abertura da BR-174 em território Waimiri-Atroari, na fronteira de Roraima com o estado do Amazonas, que foi cortado ao meio, causou-se um relativo isolamento desses índios. Esse fato gerou graves conflitos³⁹.

³⁸ Folha de São Paulo. Kawaíp – Índios – caderno Especial, p.04.

³⁹ Consta em Carneiro que esse foi um exemplo dos primeiros registros de invasão das terras indígenas com a construção da BR-174.

2.3. AS TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL E EM RORAIMA: CONCEITO E LOCALIZAÇÃO

A questão das **terras indígenas**⁴⁰ nunca foi discutida de maneira mais específica. No entanto, manifesta-se desde 1936, quando as “terras indígenas” passaram a ser definidas pelo decreto-executivo nº 736, de 6 de abril de 1936. Desde então, a legislação vem sendo alterada visando adequar-se à realidade do entendimento da questão indígena, no que diz respeito à necessidade da terra pelo índio. A Constituição Federal de 1988 reafirmou a competência da União para demarcar e proteger as terras de ocupação tradicional dos índios.

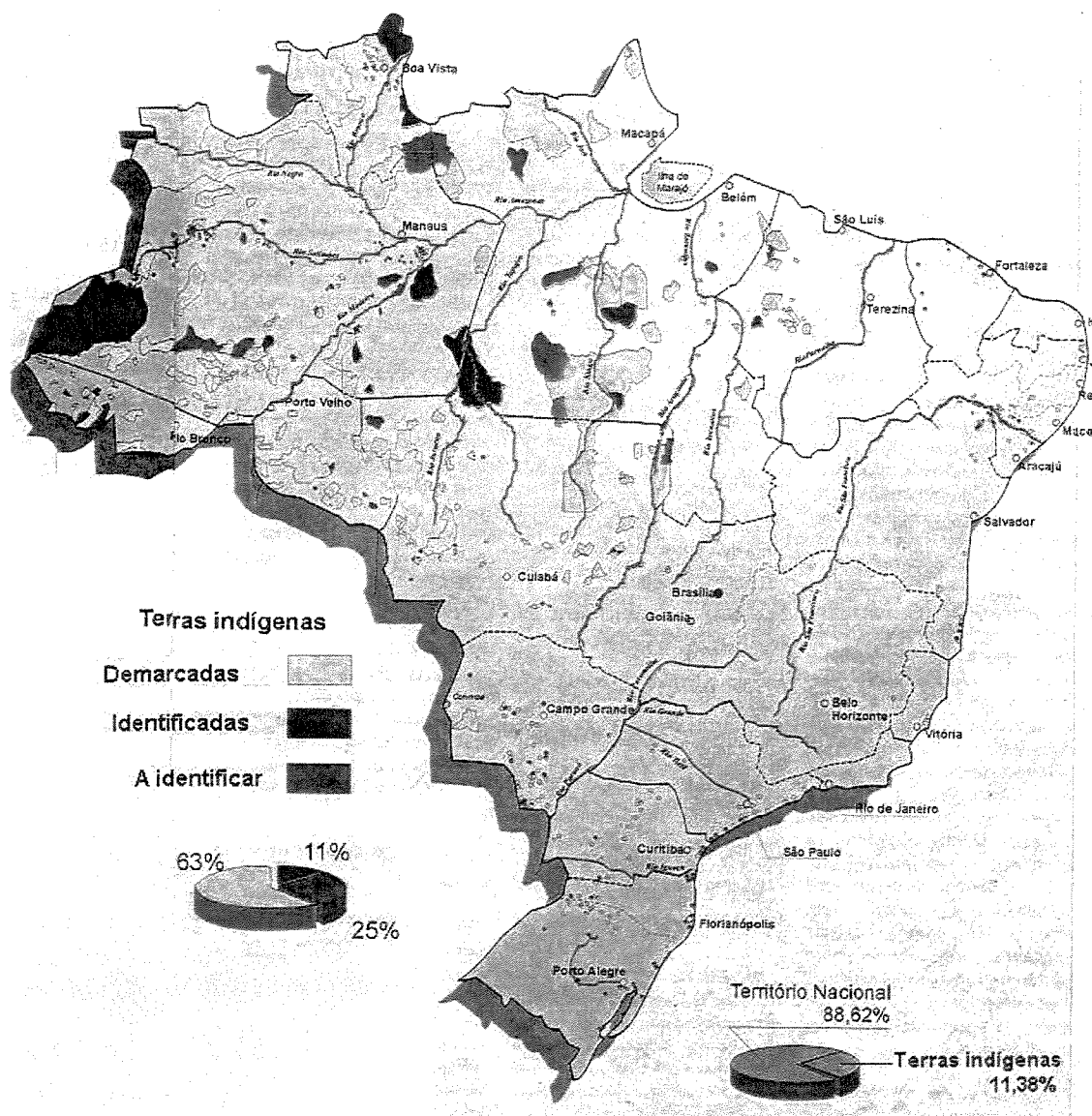
As terras indígenas do Brasil ocupam 929.209km², correspondentes a 10,87% do território nacional, o equivalente à França e a Inglaterra juntas. Das 561 áreas indígenas reconhecidas pela FUNAI, 315 já se encontram demarcadas, homologadas e registradas, perfazendo 783.344km² de extensão. Existem, ainda, 54 terras delimitadas, 25 identificadas e 169 a identificar, segundo a informação do documento do ISA do dia 30 de junho de 1997, intitulado Situação Jurídico-Administrativa das Terras Indígenas no Brasil, autoria de Fany Pantaleoni Ricardo.

Terras indígenas⁴¹:

Registradas	231
Homologadas	79
Declaradas	50
Identificadas	61
A identificar	129
Sem providências	179
Reservadas/Dominiais	10
Total	739

⁴⁰ Consideram-se terras indígenas, no Brasil, as reservadas pela União e tradicionalmente ocupadas por índios, em qualquer parte do território nacional, para posse e ocupação, e as de domínio da comunidade indígena ou do índio.

⁴¹ Fonte: CIMI – Levantamento atualizado em 30 de março de 2000. Revista Reportagem Ano I, número 10, maio de 2000.



Fonte: Mapa da FUNAI, novembro/1999 – retirado da revista Reportagem, ano I, nº10, maio/2000, p., 29.⁴²

⁴² No mapa, as terras “demarcadas”, que podem ser vistas em tarja amarela, compreendem as terras “regularizadas” ou, ainda, as que sofrem a demarcação física (com a colocação de marcos e padrões para assinalar seus limites), as que tiveram a demarcação homologada em decreto do presidente da República e as que foram registradas nos Cartórios de Registros de Imóveis (CRI) das comarcas correspondentes e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Já as terras identificadas com tarja vermelha são terras com relatório do Grupo de Trabalho (GT) de identificação publicado no Diário Oficial da União. E as a identificar – são terras com relatório do GT de identificação ainda não publicado no Diário Oficial da União, na forma do Decreto 1.775/96.

O artigo do jornal *O Legislador*, ao produzir matéria no sentido de localizar as terras indígenas no Brasil, verificou que essas se encontram em áreas de fronteiras internacionais. No norte do Brasil, por exemplo, as terras indígenas do estado de Roraima fazem fronteira com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana. O estado do Acre faz fronteira com o Peru, o de Rondônia, com a Bolívia e o Pará, com o Suriname.

De acordo com o Artigo 20, inciso XI, da Constituição Federal⁴³ (1999:3),

“As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens do domínio da União, cabendo aos indígenas a sua posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. E bens públicos de uso especial, essas terras são inalienáveis e indisponíveis, não podendo ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não seja os próprios índios”.

O procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas está definido pelo Decreto nº 1.775/96. Segundo o disposto nesse decreto, a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por índios foi fundamentada pelo estudo antropológico de identificação, complementado por outros de natureza etno-histórica, sociológica, cartográfica, fundiária e ambiental.

“A terra é parte indissociável da vida indígena. Dela extraem alimento, abrigo, utensílios, e nela reside o seu passado, seus mortos e o cenário de sua cultura. Privar o índio da terra é condená-lo à extinção. Embora a lei e o texto constitucional assegurem esse direito, a cada ano, os territórios indígenas se tornam mais e mais reduzidos”.⁴⁴

Do ponto de vista jurídico, a definição deste termo encontra-se na Constituição Federal e no Estatuto do Índio.

No parágrafo primeiro da Constituição está escrito:

⁴³ Cunha (1997), ressalta que a Constituição de 1891 foi omissa no que se refere aos grupos indígenas e seus territórios. O Decreto de 16/03/1892 reconhecia de forma aparente as disposições constitucionais, reservou terras indispensáveis à defesa das fronteiras e à construção de estradas ou fortes (Art. 113). Através desse dispositivo, abriu-se o campo para a regularização das posses existentes do rio Barnco. Este Decreto dizia que a propriedade das terras devolutas era dada a legitimação das posses já existentes.

⁴⁴ <http://www.FUNAI.gov.br/FUNAI.htm>. Terrind., p.1.

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.⁴⁵

2.3.1. AS ÁREAS INDÍGENAS DEMARCADAS EM RORAIMA

A matéria relacionada à demarcação das terras indígenas tem sido, ultimamente, mais discutida, analisada e criticada. Esse tema tem suscitado debates mais prolongados e a sua discussão estende-se ao âmbito dos mais diversos segmentos da sociedade, especialmente em Roraima⁴⁶. Esse assunto tem sido o foco de muita tensão vivida nos últimos cinco anos e a não demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol abriria um precedente muito sério em torno da questão da demarcação das demais terras indígenas no estado de Roraima.

O processo de reconhecimento oficial da área como território indígena remonta ao início do século, quando se estabeleceram as primeiras práticas governamentais de demarcação. Já em 1917, o Governo do Amazonas editava a Lei

⁴⁵ Constituição da República Federativa do Brasil, atualizada pelas emendas constitucionais números 21 e 22, de 18-3-1999. 1999, p.273.

⁴⁶ Roraima localiza-se no extremo Norte do Brasil, acima da linha do Equador. Possui uma superfície de 225.116,1km², representando 2,64% da superfície brasileira e 5,81% da superfície da Região Norte. Limita-se ao Norte com a República da Venezuela; ao Sul, com o estado do Amazonas; a leste, com a República Cooperativista da Guiana e com o estado do Pará; e a oeste com o estado Amazonas e com a República da Venezuela. Do ponto de vista político-administrativo, constitui-se de quinze municípios. Suas fronteiras internacionais estendem-se por 958km, com a Venezuela, e por 964km, com a República da Guiana. Seu fuso horário marca quatro horas de diferença em relação à hora de Greenwich. Em relação ao horário oficial brasileiro, o estado de Roraima está uma hora a menos que a capital federal. Segundo o censo de 1996, a população de Roraima girou em torno de 247.699, cujos troncos originais procedem do cruzamento de índios, portugueses, nortistas e nordestinos que, no final do século passado e início deste, aqui se instalaram. Os sulistas também estão presentes na formação da população. Muitos gaúchos, paranaenses e paulistas vieram, no final da década de 70. Sua população concentra o maior número (65%) nas cidades e apenas 35% na zona rural. É um Estado que tem mais homens (56%) do que mulheres (44%), vide o Censo demográfico de 1991. A população indígena, com predominância da etnia Macuxi é de, aproximadamente, 24.000 pessoas, representando cerca de 8% da população de 274.500 habitantes, projetada para este ano. Desde o início da colonização portuguesa na Amazônia até 1943, a história de Roraima está ligada ao processo histórico de ocupação do Amazonas e à conquista do Rio Negro e, posteriormente, do Rio Branco, no século XVII. O estado de Roraima possui um PIB de US\$ 700 milhões. Desse montante, 48,7% originam-se do setor de serviços. O principal empregador é o setor público. A atividade agropecuária representa 25,8% da economia e 25,3% decorrem do setor industrial. Sua vocação econômica decorre da agropecuária, do extrativismo (madeireiro e mineral) e do ecoturismo. O número de alfabetizados em Roraima, segundo o censo de 1999, gira em torno de 151.223 pessoas entre homens e mulheres, na faixa etária de cinco a sessenta anos ou mais. As mulheres neste período se destacam com o maior número de alfabetizadas, no total de 77 623 mulheres, enquanto as não alfabetizadas, de acordo com o mesmo censo, são de 20 716 pessoas. O maior número de não-alfabetizadas ficou com 10 821 no grupo de mulheres.

Estadual nº 941, destinando as terras compreendidas entre os rios Surumu e Cotingo aos índios Makuxí. Porém, o reconhecimento dessa demarcação efetivamente nunca se deu e sempre sofreu forte pressão contrária por parte dos interesses econômicos políticos e regionais.

Apesar de os índios da região estarem contatados desde o início da ocupação do Vale do Rio Branco, só a partir de 1977 a FUNAI⁴⁷, tomou providências com relação ao reconhecimento do seu território quando foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial para identificar a área que, entretanto, não apresentou relatório conclusivo de seus trabalhos. Em 1979, um novo Grupo de Trabalho procedeu a uma identificação parcial da área. Em 1984, outro Grupo de Trabalho deixou de realizar trabalhos conclusivos. Em 1988, no bojo do Projeto Calha Norte⁴⁸, mais um Grupo de Trabalho Interministerial procederia ao levantamento fundiário e cartorial da área, sem chegar a qualquer conclusão sobre o conjunto da área.

Na verdade, essa situação vem-se arrastando desde os governos de Collor e Itamar e manteve-se no governo de Fernando Henrique Cardoso. Podemos citar também os ministros: Maurício Correia, Nelson Jobim e Renan Calheiros, que trataram a questão. O reconhecimento oficial da área vem-se acumulando, progressivamente, resultando numa proposta de delimitação aprovada pela FUNAI e encaminhada para a decisão que compete ao Ministério da Justiça, no ano de 1993.

Diante dos fatos históricos decorridos da criação do estado de Roraima e de diagnósticos apresentados sobre a situação fundiária das terras indígenas, a *Folha de Boa Vista* trouxe em sua manchete do dia 9 de janeiro de 1999, o seguinte título: A

⁴⁷ Documento ISA 003, p. 23.

⁴⁸ O projeto Calha Norte, criado em 1985, sob a responsabilidade do Exército Brasileiro de defender a soberania nacional, tem por objetivo proteger as áreas de fronteiras entre Brasil, Venezuela e Guiana das ações do narcotráfico, guerrilhas e formação de um estado independente. Os povos indígenas não aprovam o Calha Norte no que diz respeito à delimitação de suas terras. O Exército considera essas áreas como sendo “espaços vazios” que precisam ser ocupados e explorados. Elaborado pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, cria o grupo de Trabalho Interministerial destinado a subsidiar a ação governamental na “região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”, que proporcione meios para a superação das grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento.

Demarcação da Raposa/Serra do Sol será na segunda quinzena de janeiro. E subtítulo: Quatro comissões da FUNAI estarão incumbidas de fazer os levantamentos topográficos e fundiários para homologação da área.

Segundo o administrador executivo da FUNAI, Walter Blós, as comissões deveriam ir a Roraima promover a demarcação administrativa da terra indígena Raposa/Serra do Sol. Após a demarcação, a área seria homologada pelo Presidente da República. A decisão de demarcá-la continua repercutindo e provocando reações de vários setores da sociedade organizada, em virtude de grupos políticos e posições ideológicas divergentes em torno da questão, cada um defendendo os seus interesses.

Na opinião de Xaud Júnior (1994: 40),

“(...) o maior problema a ser enfrentado hoje pelos índios roraimenses é o estágio de pobreza em que têm vivido. (...) nos campos, a caça é escassa e os métodos utilizados por eles na limpeza de suas roças – as queimadas, vêm empobrecendo o solo sistematicamente. O extrativismo mostra-se, portanto, ineficiente e como alternativa não competitiva”.

Para Xaud (idem), o modelo proposto pelos que defendem

“(...) o comunismo primitivo os “Povos da Floresta”, desconhece a realidade e os anseios dessa minoria social, que deseja a ascensão sócio- econômica e padrões de consumo que os tire da condição de pobreza em que estão relegados”.

De acordo com a matéria assinada pela jornalista Nilza Almeida (1996:14):

“De um lado temos: a FUNAI que defende o índio; o fazendeiro defendendo o branco; o governo Neudo Campos em defesa do desenvolvimento do estado, chamando a atenção das autoridades no tocante ao fechamento da BR 174, que liga o Brasil à Venezuela. Essa BR liga também Roraima e Manaus e a igreja e organizações não governamentais – ONG’s, que defendem interesses questionáveis” Conforme anexo 6.

A jornalista acrescenta (idem) que todos têm pontos de vista diferentes sobre o direito de posse da faixa de terras denominada Raposa/Serra do Sol. Indaga: “Quem está com a razão? Quem será o vencedor da disputa?” Estas perguntas e outras para

governos estadual e municipal, Igreja, entidades indígenas e ONG's divergem em torno do entendimento da questão.

Xaud Júnior (1994:40) lembra que a questão da demarcação das terras indígenas ganhou intensidade com a descoberta das jazidas mineralógicas ali existentes: "O engraçado é que o furor dessas pressões não existiu para demarcar o território de outros tantos grupos indígenas da Amazônia".

A seguir, a discussão do Decreto nº22/91, que determinava as sistemáticas de demarcação das terras indígenas, pré-Decreto 1.775:

O Decreto Nº 22/91 foi editado pelo governo Collor de Mello para demarcar inúmeras e importantes terras indígenas no Brasil. Ele apenas regulamentava o procedimento pelo qual a União reconhecia as terras indígenas, já garantidas na Constituição Federal, em seu Artigo 231 e pela disposição transitória 67, que obriga a União a demarcar as terras indígenas até 1993. Meta que ainda não foi cumprida pelo governo brasileiro (Santilli, 1997:7).

Sobre esse Decreto, o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, secretário-executivo do Instituto Socioambiental (ISA) e Carlos Frederico Marés de Souza Filho, presidente do ISA-SP, relatam em artigo que o ministro da Justiça Nelson Jobim, quando era deputado federal, assinou, em setembro de 1993, um parecer encomendado pelo então governador do Pará, Jader Barbalho, apontando uma inconstitucionalidade, pois faltava nele o "princípio do contraditório", isto é, a manifestação e explicitação de eventuais direitos ou interesses contrários pelo reconhecimento dos direitos garantidos pela Constituição. O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou descabido o ato de inconstitucionalidade sobre um Decreto regulamentar e não revogou o Decreto Nº. 22 como ato inconstitucional. Essa decisão não agradou o advogado e ex-deputado federal e, não conformado, logo que Nelson Jobim assumiu o Ministério da Justiça por "ironia do destino", Jobim ficou encarregado da questão indígena. Retomou a postura obsessiva de não demarcar uma única terra

indígena enquanto não revogasse o Decreto Nº 22, de 04/02/91 e, em seu lugar fosse colocado um novo procedimento que contemplasse o chamado princípio do contraditório”.

A notícia de inconstitucionalidade do Decreto Nº 22 espalhou-se. O artigo acusa Jobim de “(...) ter ferido a opinião do ministro do STF e convenceu o Presidente da República de que tinha uma fórmula para sanear todas as áreas indígenas sob suspeita de terem sido demarcadas por procedimento inconstitucional”.

O novo Decreto 1.775⁵¹ caça a possibilidade dos índios reivindicarem a revisão de demarcações insuficientes. Aumenta prazos para contestações das novas demarcações, gerando medo nas comunidades indígenas.

Ricardo e Marés (1997:9), observam:

“(...) o novo procedimento retroage as terras já consolidadas, colocando uma armadilha a todas as terras indígenas demarcadas pelo revogado Decreto Nº. 22, abrindo assim, uma temporada de caça às terras indígenas, mesmo as já demarcadas e homologadas por atos jurídicos perfeitos. Considerando-se o passado do advogado de interesses antiindígenas do ministro articulador do Decreto”.

Concluem afirmando que

“só quem perde são os próprios índios, não apenas porque passarão 180 dias de agonia e medo, mas porque sabem que, historicamente, no mexe-remexe, os governos adulam os poderosos e desprezam os direitos, protelando as demarcações e condenando os índios à invasão e morte. (...) mais uma vez os índios são ‘bucha de canhão’. Serão obrigados a compreender que o seu direito só é reconhecido pelo Estado no ácido jogo de força, apesar das doces palavras da Constituição” (op. cit.: 9).

⁵¹ Foi Publicado no dia 08 de janeiro de 1996 e assinado por influência do ministro da justiça, Nelson Jobim. O presidente da República assinou esse Decreto visando modificar o procedimento de demarcação das terras indígenas no Brasil em substituição ao Decreto nº 22/91. As alterações, segundo o ministro, visam sanear juridicamente este procedimento, introduzindo o princípio do contraditório. O novo decreto determina a aplicação retroativa do contraditório a todas as terras com demarcações em curso (ou até já homologadas) que ainda não estejam registradas nos cartório imobiliários.

A sistemática de demarcação das terras indígenas, pós-Decreto 1.775, é mostrada na íntegra conforme o relato:

“primeiramente, a FUNAI nomeia um antropólogo com qualificação reconhecida para elaborar estudo antropológico de identificação das terras indígenas em prazo determinado, que fundamentará o trabalho do grupo técnico especializado, resultando em estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, acompanhado de levantamento fundiário, com vistas à delimitação da terra indígena. O grupo será coordenado por um antropólogo e composto, preferencialmente, por técnicos do quadro funcional do órgão indigenista. Ao final, o grupo apresentará relatório circunstanciado à FUNAI, no qual deverão constar elementos e dados específicos listados pela portaria nº 14, de 09/01/96, bem como a caracterização da terra indígena a ser demarcada. Esse relatório terá que ser aprovado pelo presidente da FUNAI, num prazo de 15 dias, e fará com que seja publicado o seu resumo no Diário Oficial da União-DOU e no Diário Oficial da unidade federal correspondente. A publicação deve ainda ser afixada na sede da Prefeitura local.

A contar do início do procedimento até 90 dias após a publicação do relatório no DOU, todo interessado, inclusive estados e municípios, poderão manifestar-se apresentando ao órgão indigenista suas razões, acompanhadas de todas as provas pertinentes, com o objetivo de pleitear indenização ou demonstrar vícios existentes no relatório.

A FUNAI teria, então, 60 dias, após os 90 mencionados, para elaborar pareceres sobre as razões de todos os interessados em encaminhar os procedimentos ao Ministro da Justiça. O Ministro da Justiça, por sua vez, teria 30 dias para:

- a) Expedir portaria, declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física; ou
- b) Prescrever diligências a serem cumpridas em mais de 90 dias; ou ainda,
- c) Desaprovar a identificação, publicando decisão fundamentada no parágrafo 1º do artigo 231 da Constituição.

Declarados os limites da área, a FUNAI promoveria a sua demarcação física enquanto o Incra, em caráter prioritário, promoveria o reassentamento de eventuais ocupantes não-índios; o procedimento de demarcação deveria, por fim, ser submetido ao Presidente da República para homologação por decreto, a terra demarcada e homologada seria registrada em até 30 dias após a homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente no SPU”. (Santilli, 1997: 9).

Um estudo comparado de Araújo e Leitão (1997:11), sobre a política de demarcação das terras indígenas no governo Fernando Henrique Cardoso, aponta as novas regras procedimentais do decreto 1.775 e traça um paralelo entre os procedimentos anteriores do Decreto nº. 22. E comenta as novas regras (p. 19 ISA):

“(…) a separação entre o trabalho do antropólogo, que realiza, previamente, um estudo antropológico de identificação, e aquele realizado pelo Grupo Técnico, o qual, com base no referido estudo e outros de natureza complementar,

apresentará relatório caracterizando a terra indígena a ser delimitada (nas sistemáticas anteriores esta distinção não se fazia presente); publicação de resumo do relatório, contendo a proposta de delimitação da terra indígena, no Diário Oficial da União (DOU), no Diário Oficial do estado onde se localiza a terra indígena, além de sua fixação na sede da Prefeitura do Município em que está situada a terra em questão (na sistemática do decreto 22/91, que introduziu tal obrigação, a exigência era apenas no sentido da publicação no DOU); possibilidade dos interessados (todos, inclusive garimpeiros, madeireiros e quaisquer outros) manifestarem-se a cerca da proposta de delimitação, exercendo o chamado direito do contraditório, seja para indicar vícios no relatório de identificação ou para reivindicar indenização. Com o contraditório, a nova sistemática permite aos interessados inviabilizar, parcial ou integralmente, a demarcação da terra, caso sejam acolhidos os vícios alegados”.

O quadro que se segue demonstra, em tela, o reconhecimento das terras indígenas realizado em cada governo, a saber: Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e destaca o período de delimitação e homologação.

Presidente	Período	Delimitadas	Extensão(ha)	Homologadas	Extensão(ha)
Fernando Collor	Jan.1990/set. 92	58	25.794.263	112	26.405.219
Itamar Franco	Out.1992/dez. 94	39	7.241.711	16	5.432.437
F.H.Cardoso	Jan .1995/ jun. 97	30	12.451.856	46	6.952.943
				Total	38.790.599

Fonte: Documento do ISA nº. 03 de junho de 1997, p.11.

Como se pode observar, no período compreendido entre 1992 e 1997, foram homologados 38.790.599ha de terras, merecendo maior destaque o governo de Fernando Collor, que representou 68,07% desse total. Pelo exposto no quadro acima, também podemos verificar que foram delimitados 38.253.360ha, com uma defasagem de 537.230ha em relação ao que foi, efetivamente, homologado.

Quando o Brasil estava prestes a sediar a conferência denominada ECO-92, patrocinada pela ONU, o ex-presidente Fernando Collor de Mello homologou, através do Decreto 22/91, 71 reservas indígenas no país. Destas, quatro estão localizadas no estado de Roraima. São as reservas de São Marcos, Bom Jesus, Serra da Moça e

Pium que, juntas, perfazem um total de 671 mil hectares de área demarcada. A divulgação de homologação das reservas em Roraima surgiu como “uma bomba” no meio político e empresarial roraimense, que era contrário a essa decisão ainda em 1992. Iniciam-se aí os conflitos entre índios, brancos, fazendeiros, posseiros e garimpeiros.

A Colônia Agrícola Indígena de São Marcos pode ser considerada a primeira reserva indígena do Estado, criada pelo Marechal Rondon que, seguindo as determinações do governo central da época, destinou terras indígenas para produzir meios de subsistências para essas comunidades⁵².

A área indígena de São Marcos surgiu em 1914, foi demarcada em 1974 e homologada em 1991 pelo decreto homologatório de 312/91. A reserva de São Marcos é a mais antiga e extensa, destinada aos índios Makuxí e Taulipang, e compreende 654 mil hectares de terras no norte do estado.

De 1982 a 1987, o processo de criação de reservas indígenas no Brasil acelerou-se e foram criadas várias outras, dentre elas a área de São Marcos e a dos Yanomami.

A reserva indígena de São Marcos causou uma grande discussão na época e continua ainda hoje a questão, por incluir a Vila Pacaraima, o mais importante elo de ligação com a Venezuela e os países do Caribe, onde será instalada a Área de Livre Comércio⁵³.

A área dispõe de excelentes terras para a agricultura; nela estão muitas fazendas de criação de gado. Segundo a FUNAI, antes de ser instalada a Área de Livre Comércio, a área de São Marcos já estava oficialmente reconhecida como reserva.

⁵² Folha Boa Vista – editoria Município. 28/06/1999, p.7.

A área Yanomami, considerada a maior de todas, foi demarcada em 1985. A demarcação da reserva Yanomami provocou também muitas discussões e os questionamentos foram além das fronteiras de Roraima e do Brasil, ganhando repercussão internacional, provocando intensas e fortes pressões manifestadas pelas ONG's e pelos governos dos sete países mais ricos do mundo, liderados pelos Estados Unidos. Na ocasião, definiu-se a demarcação de 9,4 milhões de hectares em favor dos Yanomami com o apoio de pressões contundentes, inclusive ameaças de boicote à Conferência Mundial do Meio Ambiente ECO-92 , realizada em janeiro de 1992.

A matéria publicada no jornal *Folha de Boa Vista*, de 20 de maio de 1993, na editoria internacional traz, na íntegra, a carta do Senado dos Estados Unidos, endereçada ao governo brasileiro, estampando as pressões internacionais que interferiram na decisão em demarcar uma reserva de 9,4ha para os índios Yanomami.

As autoridades locais questionam o fato de que a área atinge um importante limite de segurança nacional, e diminui o território do estado de Roraima em 24% de sua área. Nessa reserva estão as terras mais ricas em ouro e diamante. Notícias que circulam na imprensa escrita local divulgam que a reserva Yanomami é considerada a maior reserva indígena do mundo.⁵⁴ A demarcação das reservas de São Marcos e Yanomami foi questionada na época pelos políticos e antiindígenas.

2.3.2. A DEMARCAÇÃO DA RESERVA RAPOSA/SERRA DO SOL

Desde 1997, começou em Roraima a discussão sobre a demarcação da área Raposa/Serra do Sol. Em 1992, a FUNAI editou a portaria nº 1.553, de 8 de outubro, pela qual foi criado o grupo interministerial para realizar o levantamento fundiário da área. O grupo concluiu, na época, pela área de 1.678.800ha e perímetro de 1.000km,

⁵³ Área de livre comércio aprovada pelo Congresso Nacional. Lei nº. 8.256, de 25 de novembro de 1991, nos municípios de Bonfim e Boa Vista, conhecidos como Pólos ou Zonas, alternativas para gerar as atividades econômicas para o desenvolvimento do estado (Jucá, 1995: 26).

⁵⁴ Jornal *Folha de Boa Vista*, edição do Editoria Cidade. Título da Notícia "Demarcação da reserva Yanomami começará em fevereiro".

cujo trabalho foi aprovado pelo parecer 036/DID/DAF, de 12 de abril de 1993, publicado no Diário Oficial da União em 21 de maio do mesmo ano⁵⁵.

A área Raposa/Serra do Sol vem sendo disputada pela FUNAI, o governo do estado, produtores rurais, rizicultores, pecuaristas, deputados estaduais, federais, senadores e garimpeiros, que lutam pelo retardamento da homologação. E continua repercutindo e provocando reações de vários setores da sociedade organizada em Roraima.

O Despacho nº.80, do Ministro da Justiça, Nelson Azevedo Jobim, que trata da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, foi assinado em 20 de dezembro de 1996 e publicado às vésperas do Natal. Comenta Santilli (1997:9) que o documento “contém uma sucessão de erros e distorções que implicam em violações dos direitos territoriais indígenas inscritos na Constituição do Brasil” .⁵⁶

O artigo intitulado *Esclarecendo a questão indígena*⁵⁷, assinado pelo Ministro da Justiça, Nelson Jobim, analisa o processo histórico de demarcação das terras indígenas no país. Na opinião do ministro (1997:3) “é fácil identificar o elemento que mais pesou contra a conclusão da tarefa”.

Nesse artigo, Jobim (idem) declara :

“O aspecto mais eficaz contra as demarcações sempre foi a inconformidade daqueles que se sentem lesados com a imperatividade do procedimento. Lembremos que desde a Constituição de 1967/69 ficou explícito a nulidade de quaisquer atos que tivessem por objeto terras indígenas. Segundo alguns tratadistas, como Pontes de Miranda, esta situação já se podia deduzir da Constituição desde 1934. Assim, qualquer pessoa física ou jurídica, que eventualmente tivesse títulos de propriedades incidentes sobre uma gleba que se demarcasse como terras indígenas, corria o risco de ver seus títulos considerados ineficazes.”

⁵⁵ Folha Boa Vista, editoria Municípios –28 de junho de 1999, p.7.

⁵⁶ Segundo documento 003, ISA – São Paulo, junho de 1997.

⁵⁷ Jornal O Diário de 16 de fevereiro de 1996, Editoria Opinião, p. 3.

Acrescenta que até a Constituição de 1988, quem tivesse títulos de propriedade assim desconstituídos só poderia pleitear indenização. Por força da proibição expressa no 2º. Art. 198 da Constituição de 1967/69, essas ações eram demoradíssimas e não podiam ser propostas nem contra a União, nem contra a FUNAI.

Ressalta Jobim que (ibidem):

“(...) a única defesa eficaz contra eventuais prejuízos era opor-se à demarcação, negando que a terra fosse de fato indígena, na falta de oportunidade procedimental para esta oposição, ela se fazia nos bastidores, ambientes nebulosos e sem regras”.

Jobim ainda pergunta, ironizando: “Quem, sabe, por isso mesmo, tal resistência às demarcações das terras indígenas foi eficaz?”.

A Constituição de 1988 solucionou parcialmente o problema e foi reconhecido o cabimento de indenizações pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. Nos casos em que os possíveis prejudicados fossem detentores de algum título sobre área incluída na demarcação, o caminho foi, e ainda é, somente, o de pleitear indenizações.

Jobim (ibidem) ainda observa que, à medida que o Estado imprimiu novo ritmo à demarcação das terras indígenas, buscando o perfil fundiário do país, avolumaram-se as resistências. Por um lado, há o inegável dever e compromisso com a história do Brasil e com a sua população indígena; por outro lado, há o inevitável reconhecimento de situações que, embora talvez viciadas na origem, geram direitos que extrapolam a mera indenização pelas benfeitorias.

Justifica que, com o objetivo de sanar a deficiência do procedimento que determinou as resistências históricas à demarcação e de adiantar-se a uma decisão judicial de conseqüências funestas para muitas comunidades indígenas, decidiu o governo propor um novo regulamento. Editou-se o Decreto nº.1.775, que aperfeiçoa o procedimento em dois aspectos: no primeiro deles, reconheceu-se aos terceiros

interessados e, também, às comunidades indígenas, o direito de pronunciarem-se perante a Administração Pública cumprindo preceito constitucional; o segundo aspecto objetiva explicitar prazos para todas as etapas do procedimento demarcatório, de modo que a atuação administrativa torne exigível a cada passo. A providência proporciona maior segurança às comunidades indígenas.

Conclui dizendo que as modificações introduzidas nesse Decreto (1775/96) viabilizam o cumprimento estrito do mandamento constitucional, de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, extraindo, em prol do próprio procedimento demarcatório, a solidez que ele requer.

No dia 11 de dezembro de 1998, o Ministro da Justiça, Renan Calheiros, assinou portaria de 8 20/98 demarcando a área Raposa/ Serra do Sol, no Estado de Roraima. Após a demarcação administrativa, a terra já pode ser homologada pelo Presidente da República, segundo informou o administrador da FUNAI, Walter Blós.

Em matéria publicada, no dia 08 de janeiro de 1999, assinada pela jornalista Eudiene Martins, o administrador da FUNAI, Walter Blós, atesta que em Roraima já foram demarcadas e homologadas 22 reservas indígenas (com a Raposa/Serra do Sol totalizam 23), correspondendo a 43% do território roraimense que tem extensão de 228 mil quilômetros quadrados.⁵⁸

Essa notícia causou impacto, grandes conflitos e atos de protestos na Praça do Centro Cívico, onde se reuniram cerca de dez mil pessoas em favor da manifestação realizada pelos arrozeiros, pecuaristas, marchantes e produtores de leite, protestando contra a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua.

Cinco toneladas de carne e quase três toneladas de arroz foram distribuídas e jogadas na Praça do Centro Cívico. Segundo o jornal *Folha de Boa Vista*, discursos inflamados de representantes dos diversos setores marcaram o ato promovido com o

⁵⁸Jornal *Brasil Norte*, 8 de janeiro de 1999, editoria Geral, p.05.

objetivo de alertar a sociedade e autoridades para os prejuízos que a demarcação traria para a economia do estado. Os protestos foram captados pela imprensa nacional.

De acordo com os produtores de arroz, caso seja respeitado o decreto de homologação da reserva Raposa/Serra do Sol, eles terão que deixar os 7.500ha de terra onde cultivam o arroz ao longo de vinte anos. Esses produtores são responsáveis pelo abastecimento de mais de 90% dos supermercados e mercearias da cidade. Alegam que vendem o produto pela metade do preço. Outra justificativa dos rizicultores é a de que o cultivo de arroz gera mais de três mil empregos diretos e indiretos e movimenta uma cifra em torno de R\$ 25 milhões por ano, no estado.

A Comissão de Terras da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI sobre as terras demarcadas em Roraima. Esse levantamento tenta comprovar a “voracidade” com que a FUNAI criou e demarcou terras indígenas no estado. Segundo a comissão, as demarcações são legais e estão amparadas pela Constituição Federal. De acordo com os últimos levantamentos, o estado tem, hoje, 33 reservas indígenas. Essas áreas possuem as melhores partes das chamadas florestas nacionais, de predominância mineral (ouro, diamante e cassiterita).

No próximo capítulo, trataremos do uso social da fotografia para compreender a leitura destes recortes.

3. USOS SOCIAIS DA FOTOGRAFIA

3.1. A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO SOCIAL

A fotografia, como tantos outros inventos, revolucionou a história da sociedade humana, pelas funções que, até hoje, ela tem exercido no desenvolvimento da sociedade humana como meio muito importante, didático e de comunicação em todas as áreas antes referidas.

Desde sua invenção, a fotografia foi sempre utilizada no registro dos cenários e personagens da realidade, nos mais distintos e distantes pontos da Terra. Seu surgimento tornou-se indispensável para a ciência e para a indústria. Na vida contemporânea, desempenha um papel capital. Quase não existe atividade humana que não a empregue, de uma forma ou de outra.

Kossoy (1989:14) opina que a nova invenção veio para ficar e para desempenhar um papel fundamental como possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e, também, como forma de expressão artística. Após o seu advento, o mundo tornou-se “familiar”; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica.

O autor acrescenta que o desenvolvimento da indústria gráfica possibilitou a multiplicação da imagem fotográfica em quantidades cada vez maiores pela via impressa, iniciando, assim, um novo processo de conhecimento do mundo, levando-se em consideração o detalhe.

“O homem agora podia ver um mundo em detalhe, fragmentário em termos visuais e, portanto, contextuais. Nascia, então, um novo método de aprendizado do real, em virtude da acessibilidade do homem, dos diferentes estratos sociais, à informação visual e direta dos hábitos e fatos dos povos distantes. Microaspectos do mundo passaram a ser cada vez mais conhecidos, através de

sua cópia ou representação. Aos poucos, o mundo viu-se substituído por sua imagem fotográfica, tornando-se portátil e ilustrado” (p. 15).

Por ser um meio de expressão individual, a fotografia sempre se prestou a incursões puramente estéticas, à imaginação e à criação artística; um testemunho segundo um filtro cultural. No caso específico do jornal, esse filtro se torna mais complexo. Ao olhar do fotógrafo, é preciso acrescentar o olhar do editor de fotografia.

Achutti (1997:30) ressalta que o surgimento da fotografia veio determinar uma afortunada possibilidade de trânsito e troca de imagens entre os homens, todos a receberam como uma portadora natural da realidade: “O lápis da natureza para Talbot ou o espelho com memória segundo Daguerre”, e acrescenta que a fotografia veio substituir o trabalho de documentação da paisagem e dos tipos humanos, que antes era realizado pelos artistas que acompanham os físicos, botânicos, biólogos, antropólogos e religiosos. Sua função foi a de servir para levar os assuntos dos estudos antropológicos direto para o trabalho de gabinete. Serviu também de instrumento aos viajantes empenhados em fazer o inventário das diferenças do outro em relação ao europeu.

Achutti comenta (op. cit.: 47):

“uma fotografia que busca a documentação social, tem como seu universo de investigação os homens, suas especificidades culturais, suas condições de moradia e de trabalho, suas práticas religiosas e suas formas de lazer. As fotografias de cunho social, seu interesse fotográfico está voltado para o outro que é ‘distante’ de nós, esteja ele longe ou perto. O olhar fotográfico é uma das formas do olhar etnográfico”.

3.2. A FOTOGRAFIA DE IMPRENSA

A invenção da fotografia foi, aos poucos, mudando a relação do homem com a imagem, na medida em que o retrato individual, privilégio das elites, cedeu espaço ao

retrato coletivo, apresentando, ao mesmo tempo, todos e cada um dos fotografados, de qualquer classe social⁵⁹.

A introdução da fotografia na imprensa pode ser entendida por Gisèle Freund (1976: 96):

“(...) como um fenômeno de importância capital. Muda a visão das massas. Até então, o homem comum só visualizava fenômenos que se passavam perto dele, na rua, na sua aldeia. Com a fotografia, se abre uma janela para o mundo e mostram-se os rostos das personagens políticas, os acontecimentos que têm lugar no próprio país ou fora de fronteiras, tornando-os fatos familiares. Com o alargamento do olhar, o mundo encolhe-se e a imagem passa ser o reflexo concreto do mundo no qual cada um vive. Nesse espetáculo mágico, a fotografia inaugura os *mass-media* visuais quando o retrato individual é substituído pelo retrato coletivo”.

Com essa nova invenção, o homem do século XIX apontou sua câmera, com a mesma curiosidade, para a imensidão do Universo e para as estruturas microscópicas. Elevou a câmera às alturas para obter vistas aéreas, recorreu à intermediação de artefatos ópticos em busca de deformações inusitadas, realizou a decomposição analítica do movimento, intentou registrar patologias físicas e psicológicas, utilizou lúdicas montagens fotográficas.

As primeiras mudanças radicais na prática da fotografia de imprensa foram implantadas pelo fotógrafo burguês Erich Salomon. Este criou um novo estilo de trabalho, valendo-se do fato de poder fotografar sem ser notado. Suas fotos eram flagrantes de personalidades públicas, principalmente políticos em atitude reveladora, em uma espontaneidade nunca vista anteriormente.

Freund (op. cit.:106) lembra que a fotografia apareceu publicada pela primeira vez na imprensa no dia 4 de março de 1880, no *Daily Graphic*, em Nova York, sob o título *Shantytown* (bairro de lata). A possibilidade dessa utilização provocou uma revolução nos meios de comunicação existentes. Tratava-se da reprodução de imagem

⁵⁹ No Brasil, especificamente nos anos 60, a fotografia começa a conquistar espaço cada vez maior; sua evolução não se faz apenas quantitativamente, mas, também, qualitativamente. Ao lado dos retratos dos grandes, começam a

fotográfica em escala industrial. Essa nova tecnologia transformou a imprensa e a fotografia, que começou a ganhar cada vez mais espaço nas páginas dos jornais.

Ressalte-se que, apenas em 1904, na Inglaterra, as páginas do *Daily Mirror* são ilustradas, unicamente, por fotografias. Esse exemplo foi seguido só em 1919 pelo *Illustrated Daily News*, de Nova Iorque. Contrariamente, os semanários e as revistas mensais já vinham publicando fotografias a partir de 1885, pois esses veículos têm mais tempo para preparar as edições.

A massificação da fotografia intensificou-se a partir de 1880, com a invenção do processo meio-tom. A dimensão industrial, já alcançada em meados do século XIX, ganhou novas proporções com a possibilidade de utilização da imagem fotográfica na imprensa. Nesse período a fotografia causou um grande impacto para a sociedade oitocentista. As suas características vieram responder à crescente demanda por imagens que oferecessem exatidão, rapidez de execução, baixo custo e maior reprodutibilidade. Essa perfeita adequação às necessidades da época talvez nos ajude a entender a rapidez com que foram percebidas as inúmeras possibilidades de uso do novo meio. A utilização tardia da fotografia na imprensa é devido ao fato de que as imagens eram ainda feitas fora do jornal.

Costa (1992:114) comenta que, inicialmente, a fotografia foi utilizada somente para ilustrar os textos escritos, dos quais era mera auxiliar. Até então, as reproduções na imprensa eram raras e inteiramente artesanais; sua base técnica era a gravura em madeira; até mesmo as fotografias foram produzidas desse modo.

Guran (1991:53) ressalta que a fotografia aparece na imprensa em três situações: como ilustração, como a informação principal em relação ao texto, ou como complemento deste. Paralelamente, desempenha variadas funções que vão desde a recuperação de outras informações e aspectos colaterais da notícia (quando a foto de arquivo é a grande matéria prima) até constituir-se na própria notícia.

se insinuar os rostos dos simples mortais, através da notícia de cunho social (manifestações, greves, catástrofes),

Barthes (1980:11) opina que a fotografia jornalística pode ser entendida e definida como uma mensagem, constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. A fonte emissora vem a ser a redação do jornal. O meio receptor é o público que lê o jornal. E o canal de transmissão é o próprio jornal,⁶⁰ ou, mais exatamente, um complexo de mensagens concorrentes cujo centro é a fotografia.

O autor acrescenta que os complementos que circundam a foto são o texto, o título, a legenda, a diagramação e, de maneira mais abstrata mas não menos “informante”, o próprio nome do jornal, que pode exercer grande influência sobre a leitura da mensagem propriamente dita; as três partes tradicionais da mensagem comportam métodos de interpretação diferentes.

Bahia (1990:131) afirma que as melhores fotos em um jornal ou revista não dependem das melhores tecnologias. Em geral, resultam de bons ângulos, bons assuntos, bom enquadramento e bons fotógrafos. A imprensa passou a usar a fotografia como algo que escreve ou desenha com luz e comenta que a fotografia busca no assunto relações de forma e conteúdo. A câmera deve estar situada no tempo e no espaço em relação ao seu objetivo, para tornar possível a composição; linhas e valores adquirem ritmo próprio, o olho faz o recorte do assunto e a máquina imprime na película o que o olho decide.

Bahia (idem) conclui que:

“A narrativa visual encontra no jornalismo o lugar talvez mais favorável para se exprimir. Daí a extensão e o significado que assume nos meios de comunicação

policial (trombadinhas, assaltantes), esportivo ou artístico.

⁶⁰ Bril (apud Melo, 1992:111), ressalta que existem três possibilidades de uso jornalístico da fotografia: “fotografia-notícia (quando apreende a faceta privilegiada de um fato), complemento da notícia (quando a notícia é compreendida como uma estrutura articulada entre texto e imagem) ou até uma reportagem (quando as imagens são suficientes para narrar os acontecimentos)”.

o fotojornalismo⁶¹. Ele se dissocia da história da arte de uma atmosfera estética e de produção artística, cultural ou documental para criar a sua própria história”.

Quando a fotografia passou a ser publicada pela imprensa, os fotógrafos eram dotados de equipamentos pesados, de pouca mobilidade e de difícil manejo; viam-se incapazes de adequar sua atenção à velocidade dos acontecimentos. Para trabalhar em recintos fechados, eram obrigados a usar *flashes* de magnésio que cegavam, momentaneamente, as pessoas retratadas, assim, em posições ridículas e depreciativas.

Para esses primeiros fotógrafos de imprensa, o mais importante era documentar os fatos da maneira mais objetiva possível. Geralmente provenientes das camadas populares da sociedade, eram incultos, gozavam de total desprestígio social e recebiam péssima remuneração. Essa situação começou a ser modificada somente a partir do final da década de 20.

Em 1925, foi lançada no mercado de aparelhos fotográficos uma câmera que viria revolucionar a fotografia: a Leica. As inovações que essa câmera trouxe foram inúmeras, a começar pelo seu pequeno formato. Ela determinou o redimensionamento da fotografia de imprensa. Possuía excepcional velocidade, objetivas intercambiáveis e permitia o uso de filmes de 36 poses, além de possibilitar fotos noturnas sem a necessidade do uso de *flash*.

Salomon foi quem levantou a imagem do fotógrafo de imprensa. Definiu a profissão, tornando o fotógrafo um profissional liberal de carreira ascendente. Ele desempenhou um papel importante na fundamentação do fotojornalismo, não só como fotógrafo mas como articulador das bases para a profissionalização.

⁶¹ A função de fotografar no fotojornalismo é adquirir uma natureza predominantemente informativa. Ele desenvolve, através do tempo, a reflexão do fotógrafo diante do mundo que o cerca. Ele passa de retratista a repórter e substitui a encomenda pela espontaneidade, comenta Bahia (1990:129).

3.3. A FOTORREPORTAGEM

Cem anos após a invenção da fotografia, surgiu na Alemanha o fotojornalismo, que tomou um grande impulso por intermédio das revistas ilustradas. Com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, o jornalismo alemão sofreu uma violenta queda com o fechamento de inúmeros órgãos de imprensa e o exílio de vários profissionais para os Estados Unidos. Foi então, nos EUA, que se criou uma das mais importantes revistas ilustradas, a *Life*, que impôs um estilo e formou uma equipe de renomados fotojornalistas. Dentre os principais nomes da *Life* destacam-se: Eugene Smith e Alfred Eisenstaedt.

Nessa fase, a fotografia passou a representar o grande canal através do qual o mundo dava-se a conhecer, nos seus aspectos físicos e na diversidade da vida cotidiana, desempenhando vários papéis na tarefa de informar. Esta fase começou com a revista francesa *Vu*, e teve seu apogeu nas revistas ilustradas, como a *Look*, *Paris Match*, entre outras. No Brasil, a fotorreportagem foi instaurada a partir de 1943, na flexibilização do regime Vargas, devido a pressões diversas, com o menor controle da imprensa pelo DIP. O período de maior expressão da fotorreportagem no Brasil se deu num dos maiores lapsos democráticos da História do país: 1945-1960. A vanguardista deste movimento foi a revista *O Cruzeiro*⁶², seguida pela revista *Manchete*, e, mais tarde, pela revista *Realidade*.

Quanto aos jornais diários, o *Última Hora*, de Samuel Wainer, foi o primeiro jornal brasileiro a reconhecer e valorizar o trabalho do repórter-fotográfico, dando salário compatível e crédito nas fotos. Podemos destacar também o *Jornal do Brasil*, depois da sua grande reforma na década de 50 e, o *Jornal da Tarde*, do grupo *O Estado de São Paulo*, que ainda hoje vem se destacando pela valorização da fotografia.

⁶² A revista *O Cruzeiro*, lançada em novembro de 1928, era uma publicação semanal ilustrada. Desde seu surgimento, tentou se colocar como um periódico moderno, considerada e denominada pelos críticos de arte como “a revista dos arranha-céus”, apresentando-se no mercado como a primeira revista brasileira de abrangência realmente nacional, inserindo-se no contexto de primeira geração de revistas ilustradas brasileiras.

O desenvolvimento do fotojornalismo não se deu de modo linear. Foi determinado por vários fatores e não apenas pela necessidade objetiva de documentação dos fatos. Esse desenvolvimento ocorreu na República de Weimar, quando se instalou na Alemanha um espírito liberal, com florescimento das artes e das letras, durante um curto período de tempo.

Para Bahia (Op. Cit.:129), a fotorreportagem está inserida no fotojornalismo, que se classifica como sendo uma especialidade da fotografia, uma atividade que se exprime no contexto da notícia.

Para Costa (1992:60), a fotorreportagem constitui-se numa forma jornalística historicamente determinada, que teve suas origens na imprensa alemã no final da década de 20 e início dos anos 30. Sua instauração como modelo se deu a partir de 1943. Podemos identificar na revista *O Cruzeiro* uma tematização constante da própria fotografia, seja em matérias espaçosas, em anúncios comerciais, em colunas de publicação regular e, até mesmo, no espaço das reportagens, com o objetivo de mostrar o poder da fotografia. Tratava-se de uma narrativa baseada em um novo tipo de relacionamento entre texto e imagem, que encontrou nas revistas ilustradas o veículo ideal para sua expressão.

Sua aplicação como modelo teve desdobramentos em diversos países da Europa, mas a exploração sistemática de todo o seu potencial narrativo ocorreu nos Estados Unidos, mais especificamente na revista *Life*. Após o surgimento desta revista, apareceram inúmeras publicações semanais do mesmo gênero.

As categorias gerais de temas da fotorreportagem materializam-se em diversos assuntos nos diversos países nos quais se desenvolveram as revistas ilustradas. No Brasil, particularmente na revista *O Cruzeiro*, no período de 1943 a 1960, percebe-se que os temas encontram-se dentro do universo já estabelecido pelas revistas, com especificidade na aplicação de seus padrões.

A fotorreportagem ocupa várias páginas, nas quais predominam a imagem fotográfica. Dentre seus principais elementos, destacamos as manchetes, a apresentação, o texto, a fotografia e a legenda.

Na percepção de Henri Cartier-Bresson (apud Bahia, 1990:127), uma fotografia é o reconhecimento simultâneo, numa fração de segundo, da significação de um fato e de uma organização rigorosa das formas percebidas visualmente que o exprimem. Esse conceito ajusta-se perfeitamente à função jornalística da fotografia e à natureza da reportagem fotográfica. Por ele, entende-se que apanhar em uma só imagem o essencial da cena é a finalidade principal. É como transmitir o acontecimento e fazer a história por meio de fotos.

Definimos a fotorreportagem como uma reportagem que tem nas fotografias o seu principal elemento informativo. Ela resulta numa matéria jornalística em que as fotos são acompanhadas somente de legendas ou de breve texto explicativo.

A relação da fotografia com o texto é explicitada a partir da legenda, ou do texto-legenda. Neste ponto, é também essencial um entendimento da linguagem fotográfica, na medida em que a legenda deve suprir o leitor de informações não contidas ou não evidentes na imagem, para facilitar e ampliar a apreensão da mensagem. A função da legenda é ativar no leitor todos os conhecimentos e sentimentos correlatos àquela cena mostrada.

Achutti (1997:29) diz que essa atividade, para ser exercida, encontra duas limitações que impedem o profissional de uma vivência mais efetiva e de um mergulho mais profundo para além da realidade aparente. Refere-se às limitações de tempo e de ordem ideológica. Acrescenta que os fotojornalistas trabalham com tempo escasso; suas fotos são de consumo diário e a maioria das fotografias não resiste na memória das pessoas por mais de vinte e quatro horas – são registros, normalmente, descartáveis.

3.4. A FOTORREPORTAGEM EM RORAIMA

Em Boa Vista, a fotorreportagem chegou, pela primeira vez, nas páginas dos impressos no Jornal *Boa Vista*, datado de 1948, pertencente ao governo do ex-território do Rio Branco. Era um periódico de circulação semanária; seu formato era tablóide, trazendo seis páginas. Impresso em tipografia, não possuía uma diagramação e sua composição era simples, sem muitos parâmetros com o jornalismo moderno. Este veículo trazia imagens fotográficas isoladas e dentro da notícia.

Observando alguns recortes dos jornais em estudo, os impressos locais não têm um compromisso com a fotografia em si; seu compromisso maior é com o fato e o texto jornalístico. Por exemplo: a foto de um determinado evento pode ser usada para mais de um fato jornalístico, não importando a periodicidade da foto, e sim da notícia. Indagando sobre esse caso a alguns repórteres-fotográficos, acerca do uso da mesma fotografia, em eventos diferentes, em mais de uma notícia, com data, mês e ano e temática também diferentes, eles informaram que o fator econômico é o primeiro a ser levado em consideração, pois o material fotográfico custa muito caro e sua maioria é importada. Isso dificulta a compra, uma vez que os jornais de Boa Vista não dispõem de grandes anúncios para bancar parte do material empregado. No mercado não existe indústria e nem fábricas, e os classificados são publicados gratuitamente como *marketing* par atrair o leitor.

Nossos fotógrafos, muitas vezes, não possuem sequer o ensino fundamental completo. Dois ou três são graduados em Comunicação, com habilitação em Fotografia; os demais são amadores. A ausência de um editor de fotografia nas redações dos jornais de Boa Vista é sentida em todos os veículos, inviabilizando um trabalho responsável e deixando a eficiência da fotografia condenada ao acaso de uma coincidência, da intuição de alguém nem sempre familiarizado com o processo fotográfico.

A falta de respeito no ato da escolha e da seleção de foto, o seu corte feito arbitrariamente e até mesmo contra o bom senso, entre outros fatores, vem reforçar o tipo de trabalho que vem sendo feito com o uso de fotografias. Nos jornais pesquisados em Boa Vista não existem arquivos organizados nem especializados para guarda as fotos. Os grandes fotógrafos profissionais não estão trabalhando nas redações de jornais, eles ocupam cargos nas assessorias de estado, de município ou de assembléia legislativa.

No próximo capítulo, veremos como a fotorreportagem vem sendo usada na imprensa diária e semanária, como prestadora de serviço das causas indígenas. Por meio dos elementos constitutivos da fotorreportagem, iremos compreender como se constrói a representação do índio na mídia impressa de Roraima, a partir de uma visão exógena.

4. O ÍNDIO NA MIRA DO OLHAR EXÓGENO: A FOTORREPORTAGEM EM RORAIMA

4.1. A IMAGEM DO ÍNDIO: DE COLOMBO ATÉ OS DIAS ATUAIS

A idéia central deste capítulo é tentar compreender, a partir do discurso visual estabelecido pela fotorreportagem e pela charge associados aos textos que ilustram, como a imagem do índio é construída na mídia impressa de Roraima. Para tanto, utilizamos os jornais: *A Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *O Diário*, de 1991 e 1996.

A percepção que temos sobre nós mesmos, nossa sociedade e sobre os outros povos é construída, geralmente, através dos processos de socialização e educação que se dão na infância e na adolescência. A imagem que temos do mundo é formada também a partir do que aprendemos, ouvimos e vemos, em filmes ou em outros meios como a televisão, o teatro, a propaganda etc. A composição dessas imagens torna-se fonte de nossas fantasias quando imaginamos percorrer o mundo em loucas aventuras. É também nessa fase que se formam os preconceitos e as idéias reais ou distorcidas em relação a outras culturas, devido ao maior ou menor grau de informação e à nossa capacidade de memorização.

Nesta reflexão, iremos buscar entender o significado do termo “índio” para a população de Roraima, local da nossa pesquisa. Índio foi, inicialmente, a denominação genérica atribuída por Cristóvão Colombo aos habitantes deste continente, supondo encontrar-se nas Índias. O termo “índio” representa, historicamente, uma redução da realidade americana para melhor convertê-la aos interesses europeus.

O significado desse termo está presente no estudo de D’Angelis (1996), *Índio na literatura dita infanto-juvenil*. O autor estudou o contexto dos séculos XV e XVI, enfatizando o aspecto da primazia do direito de conquista. Alargar as possessões territoriais dos reinos e ganhar almas para Cristo eram objetivos que se sobrepunham a

quaisquer valores e, por isso, os colonizadores não reconheciam no “outro” qualquer valor e qualquer direito, sequer o direito de não querer converter-se ao cristianismo.

Dentro do ambiente de dominação colonial, é construída a categoria “*índio*”. As funções do índio foram, desde a primeira “visita” de Colombo, um contraponto excelente para a construção de uma nova imagem do homem ibérico por si e para si mesmo. D’Angelis (op. cit.:3) conclui afirmando: “O índio foi, de fato, pelo menos historicamente, um fator importante da construção e afirmação da nacionalidade ‘brasileira’”. Para Tommasino (1995:80), os indígenas formam a categoria criada pelos colonizadores que passaram a engendrar uma imagem dos indígenas como seres inferiores e passíveis de serem amansados, escravizados ou exterminados.

Na opinião de Raminelli (1996:163), a imagem dos povos indígenas, construída pelo europeu nos primeiros séculos da colonização, constitui um tema fascinante e quase inexplorado. Os europeus não seriam iguais aos ameríndios: era essa suposta superioridade dos primeiros que respaldava como vimos a conquista, a colonização e a catequese dos segundos.

Os nativos desconheciam o cristianismo, menosprezavam o ouro e a idéia de trabalho tal como concebida pelos colonizadores. Eram considerados seres degenerados, decaídos e necessitados da intervenção européia para tomar os rumos de uma vida melhor, pautada nos mesmos princípios e valores da cultura ocidental. Portanto, a imagem do índio foi construída a partir da realidade social e cultural européia.

Raminelli (idem) lembra que, a partir do século XVI, os “novos habitantes” ocuparam um espaço singular no imaginário europeu, sendo classificados ora como cristãos e colonos-tutelados, aliados dos conquistadores, ora como selvagens, bárbaros e demoníacos, incapazes de integrar-se na ordem constituída. Nesse século, a imagem do índio foi construída segundo os interesses dos colonizadores, ao sabor da disputa

pelo controle da nova terra. Assim, a imagem do índio ultrapassou os limites da colônia e difundiu-se na Europa.

As coleções de relatos de viagens, as cartas jesuíticas, as gravuras e pinturas procuraram ilustrar o cotidiano do Novo Mundo e apresentá-lo aos europeus. As representações do índio, provenientes dos textos e das imagens pictóricas, foram concebidas por intermédio de estereótipos criados, muitas vezes, por ilustradores que nunca estiveram na América. Esses instrumentos garantiram a fixação do índio no imaginário ocidental, funcionando como decodificadores capazes de traduzir a realidade americana e viabilizar a comunicação entre mundos tão díspares.

A primeira imagem introduzida na Europa, pela carta de Colombo, sobre os caraíbas antilhanos foi datada de 1492. De acordo com o relato descritivo, aquela já era arquetípica, pois a imagem de homem primitivo é tão velha quanto a humanidade, diz Gambini (1988:121).

Os relatos de Colombo e dos viajantes do século XVI revelavam que os índios já eram “conhecidos” muito antes de serem encontrados, porque a imagem pela qual seriam percebidos sempre existiu na psique do homem civilizado, aguardando apenas o momento certo para ser projetada, o que ocorreu com a velocidade de uma flecha.

Gambini (op. cit.:122) acredita que a visão estreita e distorcida da civilização, em gradual evolução, projetou sobre os primeiros habitantes uma horrenda imagem de pecado original.

Segundo o autor (idem), sob um viés psicológico, pode-se dizer que se cultivou uma *imagem negra*, um arquétipo que continua a existir, intocado, numa esfera da psique humana não atingida pela luz, iluminada por lampejos de consciência, que se manifesta em cada ser humano sob a forma do mito ou de instinto.

Na contra-reforma, os jesuítas visavam, acima de tudo, exaltar o elevado padrão ético da civilização ibérica, não fazendo em nenhum momento uma autocrítica da visão eclesiástica sobre a condição humana. Gambini (ibidem) diz que, em uma perspectiva histórica, é natural que uma imagem negativa de homem primitivo devesse existir, pois o contraste assegura ao civilizador a confirmação de sua duvidosa superioridade.

Para Gambini (ibidem), o jesuíta era o espelho ideal para o índio mirar-se. É como se estivesse dizendo: “Ensina-me, deixa-me ser como tu, faz de mim um ser humano decente”.

O retrato dos índios traçado pelos jesuítas tem características mistas. Às vezes conseguiam perceber seres humanos reais, com traços negativos e “trabalháveis”. Em outros relatos, encararam os índios como seres inconstantes, gente de fraca memória para as coisas de Deus. É exatamente na composição dessa visão que se percebe o outro lado do espelho, isto é, a auto-imagem inconsciente e, portanto, projetada dos missionários.

Telles (1987:74-89), em seu estudo sobre *A imagem do índio no livro didático: e equivocada, enganosa*, examinou alguns manuais didáticos que há mais de dez anos servem às nossas escolas. Constatou que, em geral, são obras cheias de preconceitos e estereótipos; procuram, de forma excessiva, adaptar o real a desígnios convencionais, até conservadores.

A primeira constatação examinada pela autora refere-se ao tratamento dado pelos manuais à diversidade cultural. “(...) Caberia então aos manuais considerarem várias culturas em suas relações recíprocas de domínio e conflito, ao invés de excluírem parte da humanidade da história” (idem).

A autora critica os textos de nossa história e afirma que eles desempenham um papel complementar de formadores de um quadro simbólico explicativo da realidade

social, da cultura na qual o aluno está inserido, e sua função visa, portanto, servir de referencial para o comportamento dos grupos que vivenciam essa realidade.

Conclui seu estudo mostrando que o “índio” passou a ser um conceito vago nos livros didáticos. Sua imagem é empalidecida e fantasmagórica. O discurso aponta o índio como um ser inferior, com várias deficiências: não sabe trabalhar, não sabe construir bem sua moradia, não tem moral, é supersticioso. Não obstante, ressalta sua contribuição à sociedade, que não passa de uma lista de vocábulos que passaram de sua língua para a nossa e afirma que: “A imagem passada pelos manuais sobre os índios, até o dias atuais, é, no mínimo, enganadora e equivocada”.

Tacca (1999:41-59), em seu trabalho já citado, localizando a produção imagética da Comissão Rondon, diz que a imagem do índio foi construída a partir de um olhar indagativo, tanto exógeno quanto endógeno, da cultura, isto é, parte de olhares diferenciados para compor a imagética sobre o índio brasileiro.

O autor (idem), ao comentar sobre a oficialidade e a ampla divulgação das imagens, da coleção de fotografia e filmes realizados durante a primeira metade do século, fala da imagem como auto-afirmação, como *marketing* que propõe mostrar a ação estratégica de ocupação de nossas fronteiras. Nesse roteiro, a imagem do índio tribal é construída como uma referência de integração e não de exclusão ao conjunto da nação, mas o que persistiu até os dias de hoje e que ficou estabelecido foi uma imagem renitente no imaginário social de um índio selvagem, pacificado ou integrado/civilizado.

Cunha (1962:14) observa que, a partir do início dos anos 80 do século XVIII, “(...) de empecilhos, o índio passou a ser risco à segurança nacional; sua presença nas fronteiras era agora um potencial perigo”. No caso específico dos índios de Roraima, Farage (1991:17), comenta que estes haviam sido usados como “muralhas dos

sertões”, em pleno século XVIII, garantindo as fronteiras brasileiras. “(...) mas agora o índio é visto, no imaginário Macuxi⁶³, como ameaça a essas fronteiras”, ironiza a autora.

Após retratar a trajetória da imagem do índio construída desde Colombo, iremos conhecer a forma de representação feita sobre o índio na imprensa escrita em Roraima, a partir das notícias veiculadas nos três jornais: *A Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *O Diário*, partindo de dados levantados no intervalo compreendido entre 1991 e 1996, para compreender essa construção no imaginário roraimense.

4.2. NOTÍCIAS DO ÍNDIO EM RORAIMA

Neste tópico, abordamos os acontecimentos mais polêmicos divulgados, diariamente, na imprensa, sobre a problemática indígena. Nossa análise detém-se nas edições dos jornais: *A Gazeta de Roraima*, *Folha de Boa Vista* e *O Diário*. Analisamos como se deu a cobertura jornalística dos fatos em torno dos movimentos dos índios. O período em estudo (1991 a 1996) caracteriza-se por conflitos fundiários constantes, envolvendo as terras pleiteadas pela FUNAI como reserva única para abrigar índios das etnias Macuxi, Inagarikó, Wapixána, Taulipang e Patamona, na região de Raposa/Serra do Sol, no município de Normandia, a 185km de Boa Vista.

Tais atritos, envolvendo índios e brancos e índios e índios, foram motivados em razão da demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, uma área de 1.678 milhões de hectares, onde vivem índios e não índios, e da retirada de garimpeiros da área yanomami, resultando no fechamento de garimpos em 92 e no caso da chacina de Haximu, ocorrido em 1993, extensivamente divulgado pela imprensa de Roraima.

Julgamos que esse recorte temporal (1991 a 1996) é suficiente para compreender a forma como a imprensa escrita em Roraima constrói a imagem do índio,

⁶³ O termo macuxi – indivíduo dos Macuxi, tribo indígena caraíba de Roraima, pertencente ou relativo a essa tribo – designa também o indivíduo nascido no estado de Roraima, sendo o gentílico popular que substitui, nas conversas cotidianas, o termo roraimense (Ferreira, 2000:438).

por ter sido esse o período em que mais se produziram notícias, charges e reportagens focalizando os indígenas e seus movimentos no estado.

Dos jornais pesquisados, dois são de circulação diária⁶⁴ – *Folha de Boa Vista* e *O Diário*, e um de circulação semanária⁶⁵, *A Gazeta de Roraima*. Assim, procuramos descrever a imagem construída de um povo que, diante de fatores externos, tem lutado pelo direito à terra e por sua integridade social e étnica.

Quanto à distribuição espacial das matérias nas páginas, observaram-se inúmeras inserções de notícias sobre o índio em suas páginas durante o período estudado. As etnias Macuxi, Wapixana Taurepang e Yanomami foram as mais divulgadas. No que se refere à procedência da notícia, foram selecionadas diversos tipos: locais, estaduais, nacionais e internacionais; na categoria temática, o enfoque deveu-se segundo as editoriais: de cidade, política, nacional, geral, polícia, esporte e opinião destes jornais. Observamos que o jornal *A Gazeta de Roraima* foi o único veículo de comunicação local que dedicou espaço de uma página (com a seção “Índios”), e que tratava, semanalmente, de assuntos relacionados às questões indígenas.

No corpo das páginas, as matérias selecionadas deram-se a partir das manchetes, reportagens, opinião e charge. Quanto às matérias selecionadas dentro da classificação dos gêneros jornalísticos foi dada maior ênfase aos gêneros informativo e

⁶⁴ A imprensa diária tem um compromisso com a notícia (matéria-prima), o que acarreta um tempo limitado de elaboração das matérias e um espaço limitado para a sua apresentação. Costa (1997) comenta que essas limitações, antes de serem uma desvantagem, são a própria essência da imprensa diária, são condições materiais objetivas que definem a sua especificidade. O jornal cotidiano é um objeto de consumo imediato que, após a leitura, torna-se irremediavelmente desatualizado. Além destas diferenciações, outro ponto que pode ser assinalado diz respeito ao espaço da página. Nas publicações diárias, uma notícia, na maioria das vezes, tem que dividir a página com outras de temas semelhantes. Conseqüentemente, o número de fotos é bastante reduzido e a presença da imagem vai depender da importância do assunto tratado. Nos periódicos semanais, várias páginas são dedicadas a uma mesma reportagem, incluindo a presença de fotos quase que obrigatória, e sua disposição obedece a critérios de composição mais elaborados em virtude do texto e da foto. Geralmente as páginas de reportagem apresentam uma forte unidade.

⁶⁵ As publicações semanais lidam de modo diferente com a temporalidade. Circulam toda semana, a cada quinze dias, um mês ou dois; guardam uma distância temporal dos fatos jornalísticos que lhes permitem abordagens mais amplas e profundas.

opinativo⁶⁶, dentro da categoria jornalística, inseridos na reportagem. As fontes das matérias foram agrupadas em públicas, privadas e de entidades de classe.

A partir do contato com a totalidade de matérias publicadas no período estudado, agrupamos o conjunto delas em três eixos temáticos que regerão esta análise.

O primeiro eixo temático é considerado, hoje, um dos pontos mais polêmicos vividos pelos indígenas e pela sociedade roraimense: a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, que tem sido foco de muita tensão vivenciada nos últimos cinco anos. A não demarcação dessa reserva prolonga o estado de tensão em Roraima, impedindo o fechamento das discussões sobre o direito às terras pelos indígenas.

A faixa de terra indígena conhecida como Raposa/Serra do Sol situa-se a nordeste do estado de Roraima, no interflúvio formado pelos rios Surumu, Maú e Tacutu, alcançando, ao norte, as fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana (leste). A oeste, do outro lado do rio Surumu, encontra-se a reserva indígena de São Marcos, a primeira reserva demarcada e homologada em Roraima.⁶⁷

A região da Raposa/Serra do Sol é ocupada pelos seus habitantes ancestrais: Macuxi, Ingarikó, Wapixana, Taurepang e Patamona. Há registro de outros grupos étnicos que chegaram a habitá-la no passado, mas que migraram para o norte ou foram absorvidos pelos Macuxi. A população atual nessa terra indígena é estimada em 12 mil índios, organizados em cem aldeias. Existe a presença de colonos e garimpeiros vivendo ilegalmente no seu interior, com população flutuante estimada em 12 mil pessoas.

⁶⁶ Buitoni classifica o jornalismo como: informativo, interpretativo e opinativo. Segundo sua classificação o jornalismo informativo concentra-se nas informações (notícias), geralmente curtas e sem apreciações, enquanto o jornalismo interpretativo é uma expansão do fato original: contém entrevistas, antecedentes, conseqüências, opinião de especialistas etc. e o opinativo demonstra uma posição do jornal (no editorial) ou do jornalista (colunas, críticas, comentários, crônicas etc.).

⁶⁷ Documentos do ISA, nº 003 – Terras indígenas no Brasil: um balanço da era Jobim. Ricardo, Fany Pantealeoni & Santilli, Márcio (org.) – Junho, 1997.

Parte desse território estende-se pelo chamado “lavrado”, planície inundável constituída de gramíneas que serve como pastagem natural, onde instalam-se as “fazendas”, que, na realidade, são sítios precários de proprietários não-índios, com habitações de madeira, onde se pratica a criação extensiva de gado bovino. Outra parte é formada pelas serras que integram o maciço das Guianas cujo solo é rico em ouro, diamantes, platina, cassiterita, zircão e monazita. Sua recente ocupação está baseada na atividade do garimpo.

De acordo com o Instituto Sócio-Ambiental, em relatório de nº 3, intitulado: “Terras Indígenas no Brasil: um Balanço da era Jobim”, organizado por Ricardo e Santilli (1997):

“As estratégias de colonização e de ocupação desta região foram implementadas em diferentes períodos históricos por iniciativa da Coroa Portuguesa, dos governos centrais do Brasil pós-independência, dos governos do território federal de Roraima até a sua emancipação, em 1988. No entanto o maior fluxo de invasores não-índios ocorreu após a primeira grande retirada de garimpeiros do interior do Território Yanomami, em 1990”.

O processo de reconhecimento oficial da área como território indígena remonta ao início do século, desde que se estabeleceram as práticas governamentais de demarcação. Já em 1917, o Governo do Amazonas editava a Lei Estadual nº 941, destinando as terras compreendidas entre os rios Surumu e Cotingo aos índios Macuxi e Jaricuna. Porém, a demarcação efetiva nunca se deu e sempre sofreu oposição por parte dos interesses econômicos e políticos regionais.

O garimpo nessa área é ilegal e os garimpeiros são considerados invasores, pois essa área foi delimitada com base em portaria de nº 820, de 11 de dezembro de 1998, do então Ministro da Justiça, Renan Calheiros, que atendeu a um parecer da FUNAI e às reivindicações dos índios. Essa demarcação não é aceita pelo atual governador de Roraima, Neudo Campos, e nem pela classe política e empresarial do estado⁶⁸.

Uma notícia publicada no dia 8 de fevereiro de 1996, no jornal *Folha de Boa Vista*, relata, no entanto, que a demarcação em área contínua é questionada pelos próprios índios. O Conselho Indígena de Roraima, ligado à Igreja Católica, defende a demarcação contínua, enquanto o governo do estado, a assembléia legislativa e classe empresarial de Roraima indígenas defendem a demarcação em áreas isoladas (ilhas).

O segundo eixo de análise revela a origem do “massacre yanomami”, como este foi o denominado na mídia, mostrando uma situação crônica de conflito interétnico criada na área yanomami pela presença predatória das atividades garimpeiras que iniciaram-se com a grande corrida do ouro em Roraima, em agosto de 1987, quando ocorreram vários assassinatos de índios.

Em pleno limiar do século XXI, a notícia de uma “possível” chacina na aldeia Xidéa provocou um impacto enorme na mídia nacional e internacional. Ela ocorreu em agosto de 1993, numa das 150 aldeias yanomami, na região de Haximu, no lado brasileiro, por garimpeiros. Esse caso ainda é motivo de muita polêmica.

Tal fato, foi divulgado, primeiramente, a partir de uma carta que fora enviada ao coordenador do Distrito Sanitário Yanomami da Fundação Nacional de Saúde pela missionária irmã Aléssia,⁶⁸ que atuava naquela localidade como auxiliar de enfermagem em missão que a Igreja Católica de Roraima mantém na aldeia Xidéa.

Na carta, a missionária relatava:

“Os índios da região do massacre, incluindo o Tuxáua Antonio, tinham chegado a Xidéa dizendo que não queriam retornar à sua aldeia porque os garimpeiros foram até uma maloca próxima a deles, levando um dia de caminhada e mataram sete crianças, cinco mulheres, dois homens yanomami e destruíram a maloca, e poucos homens conseguiram fugir. O nome dessa maloca é Haximu, ou Hawaximeutheri como dizem os yanomami, para se referirem aos ‘moradores do rio do nhambu-galinha’, em Roraima, na linha da fronteira do Brasil com a Venezuela”.

⁶⁸ Folha de São Paulo. Edição Especial – Kawaip – Índios, 18 de abril de 1999, p.1

Começava, assim, a ser desvendado um caso de violência de proporções inéditas, ainda não totalmente esclarecido. Em sete anos, várias versões foram contadas, vejamos: o jornal local, *Folha de Boa Vista*, divulgou, em sua edição de nº 1181, do dia 19 de agosto de 1993, a informação de um possível massacre de dezenove índios yanomami, mortos por garimpeiros, dentre eles dez crianças.

A *Folha de São Paulo*, por exemplo, publicou, no dia 19 agosto de 1993, um caderno “*ianomâmis*”, o qual divulgou que o total de mortos foi de trinta. O impacto da notícia provocou, sobretudo, uma onda mundial de protestos contra o governo brasileiro, fazendo o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, irem até Roraima, ao local da chacina. Confirmaram ali o massacre. A violência foi comprovada e classificaram o episódio como genocídio. Davi Kopenáwa, o yanomami mundialmente conhecido pela luta em defesa do seu povo, pintou o seu corpo de preto para a guerra e acompanhou as autoridades após ditar uma carta de protesto da sua aldeia, Demini.

De acordo com a cronologia dos fatos, no dia 20 de agosto de 1993, a imprensa, baseada em fontes oficiais, já falava de quarenta yanomami mortos. A *Gazeta Mercantil*, nos dias 21 e 23, anunciava que o líder dos empresários do garimpo, José Altino Machado, disse antes à imprensa que tudo não passava de uma briga entre índios, opinião idêntica à do comandante militar de Boa Vista. Após a divulgação da notícia publicada no dia 20/8/1993, a posição de Altino Machado era outra bem diferente.⁷⁰

Diante das evidências de que dispunha até então, Altino Machado, numa atitude extrema, renunciou publicamente ao comando da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia (USAGAL), como se reconhecesse o crime.

⁶⁹ Seu nome verdadeiro é Luiza Pereira Leite, 56 anos, da ordem francesa Congregação da Providência de GAP e funcionária do Distrito Sanitário Yanomami, da Fundação Nacional de Saúde.

⁷⁰ Informações retiradas da publicação Tempo e Presença do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informações – Ano 15, nº 270.

O artigo do CEDI, intitulado: “Povos indígenas yanomami: o massacre de Hwaximeutheri: questões-limites na fronteira”, de Carlos A. Ricardo (1997), afirmou que o governador de Roraima, na época, Ottomar Pinto, declarou que o massacre era uma invenção. Houve até quem dissesse que o massacre foi fabricado por interesses internacionais com o objetivo de atingir a soberania nacional brasileira.

Ainda neste artigo, os depoimentos dos sobreviventes, filtrados pela FUNAI, fizeram o número de mortos subir para 73. No dia 24 de agosto de 1993, o Presidente da República convocou o Conselho de Defesa Nacional para discutir o caso e anunciou a criação do Ministério Extraordinário para Articulação de Ações na Amazônia Legal e a instalação de uma delegacia especial da Polícia Federal em Surucucus, em pleno território yanomami. À frente do ministério foi nomeado um diplomata de carreira com perfil bem talhado para a função de ombudsman, com uma verba inicial de um bilhão e duzentos milhões de dólares para custear o projeto militar de vigilância e controle da fronteira.

No mesmo dia, circulavam várias teorias sobre a ausência de corpos no possível massacre; o que se tinha de concreto até aquela data era apenas uma ossada. Os políticos de Roraima, por sua vez, animaram-se, reafirmando a “invenção” de massacre e até incentivaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal, em Brasília.

No dia 25, novos indícios começaram a aparecer, ampliando o raio físico da violência na direção do território yanomami na Venezuela, apesar das dificuldades de perícia. Segundo o autor do artigo, tudo o que se sabia até a data de fechamento do mesmo, 26 de agosto de 1993, às 18 horas, sobre o “massacre de yanomami”, leva a crer que os yanomami foram caçados sem condições sequer de tratar os seus mortos como de costume.

No dia seguinte, 27/8/1993, a CCPY⁷¹ distribuiu uma nota informando a chegada de 69 sobreviventes do massacre nos posto Tootobi, onde se encontrava o antropólogo Bruce Albert. Quatro deles estavam feridos com marcas de chumbo.

Em seus depoimentos, os sobreviventes informaram que o primeiro ataque em direção aos índios ocorreu em julho de 93, quando os garimpeiros mataram cinco homens, deixando fugir um outro ferido. Em retaliação, os yanomami mataram dois garimpeiros. Por volta dos dias 22 e 23 de julho, os garimpeiros atacaram um acampamento onde os Yanomami coletavam pupunhas⁷² na parte baixa do rio Hwaximu, e mataram os treze índios que lá se encontravam: um homem, seis mulheres e seis crianças. Os adultos foram mortos a tiros e mutilados; as crianças chacinadas a golpes de facão e degoladas. Uma mulher idosa foi morta a pontapés. Dos dezoitos mortos, dezessete foram cremados por eles. O grupo apontou ainda os nomes de vinte e dois garimpeiros que praticaram o massacre.

Em Brasília, a data de 27 de agosto marcou a aprovação, no Congresso Nacional, da criação de uma Comissão Especial Mista, entre deputados, suplentes e senadores, para investigar o caso, principalmente na questão do número de mortos, que variou entre 19, 40 e 73 índios, número que foi diminuindo com o passar do tempo.

Em um artigo da estudante de comunicação da UFRR, Débora Arraes, de maio de 2000, denominado “Massacre de Haximu”, ela ressalta a atitude do 6º Batalhão de Fronteira do Exército que, na época, não acreditou na ocorrência da chacina, e enviou, em seguida, um pelotão para vasculhar a região, o qual não encontrou nada. Do ponto de vista dos militares, as informações estavam desencontradas e poderia até haver engano, em virtude de dois meses antes haver ocorrido um incidente entre militares venezuelanos e índios que vivem na fronteira. Existiu a hipótese de uma possível guerra entre tribos. Os militares não descartaram a possibilidade de que o

⁷¹ Comissão Pela Criação do Parque Yanomami (CCPY). Tempo e Presença. Publicação do Centro Ecumênico de documentação e Informações. Ano 15, nº 270.

⁷² Polpas fibrosas e de sabor agradável, de grande importância na alimentação das populações autóctones e que são comidas depois de cozidas em água; pupunha verde-amarela. Palmeira largamente distribuída na floresta amazônica. Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2000:568).

conflito tivesse sido inventado, simulado por entidades ligadas às causas indígenas. Esse foi o discurso utilizado por vários setores da sociedade roraimense.

Após três anos de investigação⁷³, na conclusão do inquérito, o massacre foi acatado pela Justiça Federal e publicado no Diário da Justiça no dia 30 de outubro de 2000, caracterizando-o como crime de genocídio. Ele resultou na morte de doze yanomami, dentre os quais cinco crianças (entre um e oito anos), quatro moças, duas mulheres, sendo uma delas idosa e cega, e um homem, além de três índios feridos, sendo duas crianças. No mesmo ano, foram indiciados 23 garimpeiros pelo delito, dos quais dezoito são acusados de participação direta.

A Justiça Federal acusou sete pessoas envolvidas na chacina: Pedro Emílio Garcia, Eliésio Monteiro Neves, Valdinéia Silva Ramos, Juvenal Silva, Wilson Alves dos Santos, João Pereira de Moraes e Francisco Alves Rodrigues. O acusado Pedro Emílio Garcia foi condenado a vinte anos e seis meses de prisão e a mais seis meses de detenção, não podendo recorrer a nenhuma apelação. O condenado encontra-se recolhido à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista-RR, cumprindo pena desde o dia 23 de março de 1998, quando foi expedida a guia de recolhimento.

O outro acusado, João Pereira de Moraes, recebeu sentença que o condenou a dezenove anos e seis meses de prisão e a seis meses de detenção. João Pereira entrou com um pedido de apelação criminal ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, solicitando um recurso especial. O referido pedido mudou o julgamento do acusado que será feito pelo Superior Tribunal de Justiça, que confirmou a sentença inicial.

Quanto aos acusados Eliésio Monteiro Neves e Josué Nascimento Silva, esses também foram condenados a dezenove anos e seis meses de prisão e a seis meses de detenção. Eles encontram-se foragidos e não se têm notícias de onde possam estar. Na mesma sentença em que foram condenados os dois acima citados, absolveram-se os indiciados, Valdinéia Silva Ramos e Wilson Alves dos Santos. O

⁷³ O inquérito foi concluído no dia 30 de setembro de 1996.

último acusado foi Francisco Alves Rodrigues, que morreu antes do fim da instrução do processo.

O último eixo da pesquisa detém-se nos conflitos causados no início da década de 80, quando começou o movimento pelas reivindicações de demarcação de terras indígenas. Nessa época, os índios passaram a invadir fazendas, que reclamavam como sendo sua terra. Ocorreram, então, vários assassinatos de índios por parte de fazendeiros.

Segundo reportagem do jornal *Folha de Boa Vista*, publicada no dia 8 de fevereiro de 1996, pelo jornalista Feutman Gondim,

“(...) A situação piorou no início de 1995, quando o governo estadual iniciou estudos para a construção de uma usina hidrelétrica na Cachoeira do Tamanduá, no Rio Cotingo, a mais de 300 Km de Boa Vista. (...) cerca de 100 índios invadiram a área onde o governo construiria a Usina e criaram o retiro Tamanduá, que passou a ser uma nova maloca”.

Na reportagem consta que, em seguida, o governador Neudo Campos mandou a Polícia Militar para o local e expulsou os índios daquela área. Isto lhe rendeu um processo que tramita na Justiça Federal. Em sinal de protesto, os índios passaram a invadir fazendas, destruir cercas, roubar gado e, no auge da crise, incendiar pontes localizadas nas rodovias estaduais e derrubar três torres de comunicação, deixando a região totalmente isolada do resto do país.

O fato de essa ponte ter sido queimada pelos índios gerou, de imediato, as primeiras vítimas fatais do conflito, com a morte de um vaqueiro que vinha dirigindo à noite em uma caminhonete, indo em direção à Boa Vista. O vaqueiro não viu o que se passava na estrada, tentou passar na ponte, caiu entre as chamas e morreu no local. Além dessa vítima, outras pessoas que vinham no veículo sofreram queimaduras de terceiro grau e uma criança morreu meses depois, em consequência dos ferimentos.

O clima só veio a acalmar-se após o Exército Brasileiro ter ocupado a região, a pedido do governo do estado, por decisão do judiciário. As forças federais foram retiradas da área em junho de 1995 mas, de lá para cá, são constantes os incidentes envolvendo índios e fazendeiros.

Nessa região, por exemplo, o conflito acontece desde de 1917, quando surgiu o primeiro processo de reconhecimento oficial da área como território indígena. Mas essa demarcação não ocorreu em virtude de fortes pressões contrárias por parte dos interesses econômicos e políticos regionais.

Tommasino (1995:197) diz que o processo de transformação histórica da forma de ocupação da terra no Brasil tem gerado os mais variados conflitos de interesses entre diferentes categorias sociais. A regulamentação da propriedade privada, com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, tem gerado, até os dias atuais, os conflitos em relação à forma de ocupação anterior, a posse.

4.3. ANÁLISE DAS MATÉRIAS QUE CONTÉM ICONOGRAFIAS

A análise iconográfica tem o intuito de decupar, inventariar e classificar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos formativos; o aspecto literal e descritivo prevalece, o assunto registrado é perfeitamente situado no espaço e no tempo, além de corretamente identificado.

De acordo com Kossoy (1989), esse método situa-se ao nível da descrição, e não da interpretação, como ensinou Panowsky, referindo-se à iconologia como um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise e que seria o plano superior, o da interpretação iconológica do significado intrínseco.

O autor comenta que a análise iconográfica, no caso da representação fotográfica, situa-se a meio caminho da busca do significado do conteúdo; ver, descrever e constatar não é suficiente. Nessa análise uma verdadeira “arqueologia” do documento é empreendida, e são sugeridas duas linhas de análise multidisciplinares

para a decodificação de informações explícitas/implícitas no documento fotográfico e no suporte que o contém.

Essa a análise tem por meta a recuperação do inventário de informações codificadas na imagem fotográfica: trata-se de obter uma minuciosa identificação dos detalhes icônicos que compõem seu conteúdo. Busca-se, também, decodificar a realidade exterior do assunto, registrado na representação fotográfica, na charge e no texto, sua face visível, sua segunda realidade.

Introduzimos nossa análise interpretativa procurando nos concentrar em conhecer com maior profundidade a representação do índio a partir de uma óptica exógena em relação à sua cultura, cujo campo exploratório constitui-se dos jornais roraimenses.

Optamos por observar, neste estudo, três jornais editados em Boa Vista, que nos forneceram material de importância cultural, econômica, demográfica e social. Esses jornais foram escolhidos para a pesquisa por fornecerem uma extensa cobertura jornalística sobre a questão indígena e representarem a totalidade da imprensa da época⁷⁴.

Para descobrir e buscar essa imagem, precisamos compreender os modos pelos quais os processos midiáticos influenciaram a “leitura” da população local, tanto em relação ao cotidiano quanto aos movimentos sociais. Segundo Fausto (1999: 8):

“Parece haver uma nova questão resultante das práticas midiáticas, que tem provocado os pesquisadores em comunicação: como compreender as intenções e os efeitos das mensagens midiáticas para além da própria existência do campo das mídias, enquanto um fenômeno técnico-cultural?”

⁷⁴ Circularam também em Boa Vista alguns pequenos jornais de cunho político, privado e alternativo do tipo *House Organ*. Esses jornais tiveram pouca duração como: *O povo* (1991); *O Jornal* (1992); *O Caburá* (1993); *Correio Roraimense* (1993); *O editorial* (1993); *Correio Agrícola* (1994) e *Vira-volta* (1996).

Fausto (apud Lustosa, 1992:8), inclusive, afirma que “o poder das mídias está na capacidade de construir, via discursos, conceitos e referências que, em última análise, vão se tornando o nosso próprio cotidiano”.

A mídia entra como um importante fator de produção e troca de significados no circuito cultural de uma sociedade, construindo representações de aspectos da vida social e associando significados a essas representações, ou seja, criando valores.

Nosso estudo encontra-se inserido dentro de dois modelos de periodicidades – a imprensa escrita diária (o jornal⁷⁵) e a imprensa escrita semanal (a revista). A *Gazeta de Roraima*, incluído na nossa pesquisa, é um dos exemplos de jornal que assume características de revista ao resumir os assuntos importantes na sua edição semanal.

Numa análise cuidadosa dos recortes dos três jornais em estudo, no período de 1991 a 1996, sobre a imagem do índio se encontram três versões apresentadas ao público-leitor pelos jornais, as quais vêm cerceadas de preconceitos ou distorções de palavras que formam um conceito de imagem.

Essa imagem do índio no jornal é apresentada, segundo Vasconcelos, a partir de quatro perspectivas: a ameaça ao desenvolvimento econômico, como agentes da “internacionalização da Amazônia” (atentado à Soberania Nacional), subversivos perante a ordem imposta pelo Estado de Direito e massa de manobra da Igreja Católica.

No caso de nossa investigação na imprensa diária e semanal de Roraima, encontramos nas matérias jornalísticas as versões de três grupos, formando uma imagem-conceito do índio. A primeira imagem desvaloriza os indígenas, ao mostrá-los

⁷⁵ A revista *Briefing* tenta definir esse termo, sem buscar a fundo a etimologia das palavras. Nessa definição existem dois estilos, que encontram a raiz das suas diferenças até nos nomes. A palavra jornal vem de “jour” (dia, em francês) e daí sua ligação com o fato cotidiano, o acontecimento diário, publicando relatos dos fatos, sem muitas explicações e qualificações. Enquanto a revista lembra re/ver, ver-de-novo, com outro olhar, ela não repete o fato simplesmente; ela inclui uma interpretação dos fatos contextualizados.

como objeto/imagem de piedade, incapaz de pensar e produzir, necessitando de entidades ou órgãos governamentais para que sejam seus tutores (alguém terá que falar, decidir e agir em nome dos índios) ou, ainda, precisando do branco para sobreviver. O segundo grupo alimenta um processo de preconceito e discriminação, estigmatizando-os como sendo preguiçosos, desumanos, criminosos ou, ainda, marginais. E o terceiro e último grupo mostra uma imagem homogênea.

No contexto dos recortes das notícias detectarei palavras, frases que foram veiculadas na mídia local, referentes aos índios, e conhecer como elas são apresentadas no contexto jornalístico. A partir deste ponto iremos saber o que está sendo dito e como esse dizer está sendo produzido, que focalização é dada, que matéria mais denigre o índio, em quais ele aparece de maneira positiva ou negativa.

Em seguida, exemplificaremos o primeiro grupo de frases formadoras de um conceito de imagem. A *Folha de Boa Vista*, do dia 21 de novembro de 1991, por exemplo, publicou uma charge acompanhada por um editorial intitulado *Recomeço*. No texto encontramos frases como: “(...) o nde u m povo q ue d iz que “*adora*” o s nossos ‘sivícolas (sic) (...) tutelados”.

Na semana de 29 de fevereiro a 06 de março de 1992, *A Gazeta de Roraima* publicou um artigo acompanhado de charge contendo a palavra “indefesos”. E no dia 16 de julho de 1992, a *Folha de Boa Vista* divulga a charge acompanhada de artigo, cujo título é *O preço da Incompetência*, com a frase “Pobre povo, Pobre Povo”.

Em 1993, no dia 07 de julho, a *Folha de Boa Vista* traz a expressão “Diente⁷⁶ boa”. Ainda nesse jornal, foi publicada, no dia 29 do mesmo mês e ano, *Mineradores já dividem a reserva*, constando a seguinte frase “(...) Diante de tantas divergências, estão os índios, muitos deles, desinformados”.

⁷⁶ Esse termo, na gíria local, significa gente boa.

E, finalizando o primeiro grupo de frases, temos a charge publicada na *Folha de Boa Vista* do dia 12 de janeiro de 1995, com o título *Otoridade*, em que encontramos a expressão “(...) com um tutelado da união”. Ainda no mesmo ano e mês (dia 30), foi publicada outra charge com o título *A revolta dos marionetes* e nela encontramos palavra como “Os marionetes”.

Já no segundo grupo, encontramos palavras e expressões que foram publicadas na semana de 29 de fevereiro a 6 de março de 1992, n’A *Gazeta de Roraima*, em uma charge acompanhada de artigo, tais como “os arautos da mentira”, “minorias”, “sem escrúpulos quanto um marginal da pior espécie”, “confronto de quadrilha”.

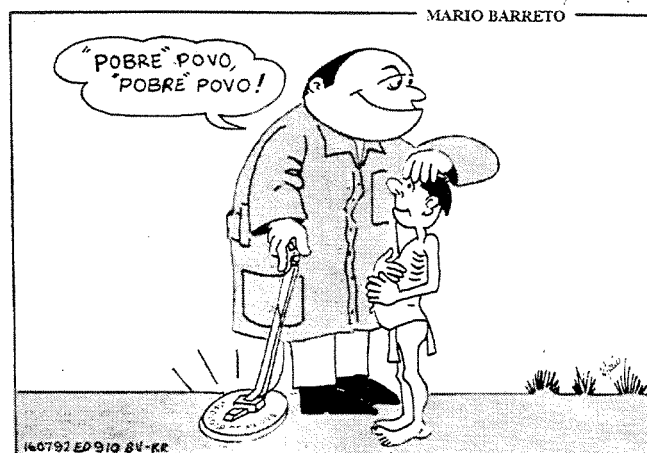
No ano de 1994, a *Folha de Boa Vista* publicou várias charges. No dia 13 de abril, a matéria intitulada *Índios furam o pneu de carro do governo*, traz, em seu texto, “os manifestantes”. No dia 11 de agosto de 1995, o jornal *O Diário*, em sua matéria com título *Índios buscam a demarcação de reservas*, publicou a frase “o índio é visto como negativista”. E no dia 23 de agosto do mesmo ano, foi publicada ainda a matéria *Federal manda agentes para a região da Raposa (...) de roubadores de gado*.

Já em 1996, a *Folha de Boa Vista* publica matéria, datada do dia 8 de fevereiro, com o título *Guerra por causa de gado termina na morte de índio*. No texto encontramos a expressão “os invasores”. E, ainda no mesmo ano, publicou-se a charge com o título *Desproporcional*, contendo os dizeres “Calma, mocinho”, usada por missionário, referindo-se ao indígena na obra do chargista Marco.

4.3.1. MATÉRIAS COM CHARGE

O tópico que se segue mostrará algumas reproduções dos chargistas que retrataram, de forma diferente, em seus desenhos, a questão da demarcação das terras indígenas nos jornais de Boa Vista. Como resultado do primeiro grupo de palavras, temos expressões depreciativas, usadas no contexto jornalístico, que ajudam a

construir uma imagem de desvalorização do índio, objeto de piedade, mostrando que o índio é um coitadinho, que não passa de um necessitado, dependendo do homem branco para sobreviver. Também há produções chargísticas que apresentam uma censura ao comportamento indígena, apresentando o índio como marginal e criminoso. Estes adjetivos, empregados no contexto jornalístico, constroem um índio violento, representando, assim, o resultado do segundo grupo de frases encontradas no texto da notícia.



O Preço da incompetência

As instituições federais em Boa Vista, ligadas diretamente à causa indígena, foram céleres e competentes em justificar a presença de grupos estrangeiros atuando diretamente com os índios ianomâmi na reserva intransponível para trabalhadores brasileiros. Afirmam que o trabalho que os estrangeiros executam junto aos silvícolas é de alta relevância no que pese a característica filantrópica de suas ações. É plenamente compreensível este raciocínio, mas não sempre levar como verdade cristalina apenas uma versão do fato.

O outro lado da moeda bate de frente com as convicções naturais dos brasileiros, suas verdades do dia-a-dia. É difícil conceber-se um sem número de médicos e paramédicos desempregados nos grandes centros, prontos para ocupar seu espaço, enquanto que esse lugar está sendo preenchido por estrangeiros, que, na maioria das vezes, sequer conhecem nossa realidade. Se as instituições internacionais pretendem, de fato, ajudar o Brasil, um país de terceiro mundo, entendemos que outros meios existem, sem que seja necessariamente trilhando o caminho da segregação de brasileiros em seu próprio território.

Uma pergunta nos vem à mente: por que essas instituições não entram nas favelas do Rio e São Paulo, onde um número de pessoas bem superior aos minguados ianomâmi estão vivendo em condições sub-humanas, carentes de toda sorte de ajuda que vai desde a necessidade de infra-estrutura, água tratada, remédios, moradias, sem falar que nem panelas possuem, quanto mais alimentos? Por que a FNS não negocia essa ajuda do exterior em forma de recursos para empregar mais técnicos brasileiros para realizarem o trabalho junto aos índios?

Sim, porque agindo dessa forma, dois problemas estariam sendo resolvidos de uma só vez: diminuirá o número de desempregados nos grandes centros e os silvícolas teriam sua assistência aos níveis de qualquer organização estrangeira, até porque gente capacitada para o exercício dessa empreitada é o que não falta no mercado de trabalho brasileiro. O que falta, isso sim, é oportunidade para que essa capacidade seja demonstrada em toda sua plenitude.

É bem verdade que no subsolo das grandes favelas brasileiras não pode ser encontrada a imensurável quantidade de minérios que abundam nas terras ianomâmi. É perfeitamente entendível que as missões estrangeiras prefiram trabalhar junto aos minguados índios primitivos do que prestar assistência

às milhões de crianças carentes que perambulam pelas ruas das grandes cidades brasileiras, até porque índio dá mais ibope no exterior, além de perpetuar nossa condição de "quintal" do Primeiro Mundo. Este é o preço da nossa incompetência.

1 - C1 16792 FBV

Olhando atentamente para os personagens dessa ilustração, vemos a figura de um índio desnutrido e raquítico em relação ao porte físico gigantesco de um médico estrangeiro que vem prestando assistência ao mesmo. Olhando, novamente, para os elementos que compõem a cena, vemos o médico com uma expressão denotando sinal de esperteza e malícia em seu olhar.

Dirigindo o olhar para a mão esquerda do médico, vemo-lo afagando a cabeça do “índio” como se estivesse acalentado o pobre indefeso. E no outro lado, a sua mão direita maneja um aparelho detector de metais, com o fim de detectar as potencialidades do solo. Essa atitude denuncia a ação do médico tentando tirar do inocente as suas terras com o fim de explorá-las.

O título inserido na charge “o preço da incompetência” retrata a falta de espaço para os médicos brasileiros atuarem. As instituições federais abrem espaço para profissionais estrangeiros atuarem em nossa terra, sem conhecer nossa realidade. Vemos na charge um profissional, que na verdade está condicionado a uma grande farsa, pois segura um medidor de metais o que não corresponde ao seu instrumento de trabalho. A iconografia produzida pelo chargista Mario Barreto quer deixar transparecer, ao público leitor, a imagem de um índio subnutrido, cheio de verminose e desprovido de qualquer tipo de assistência.

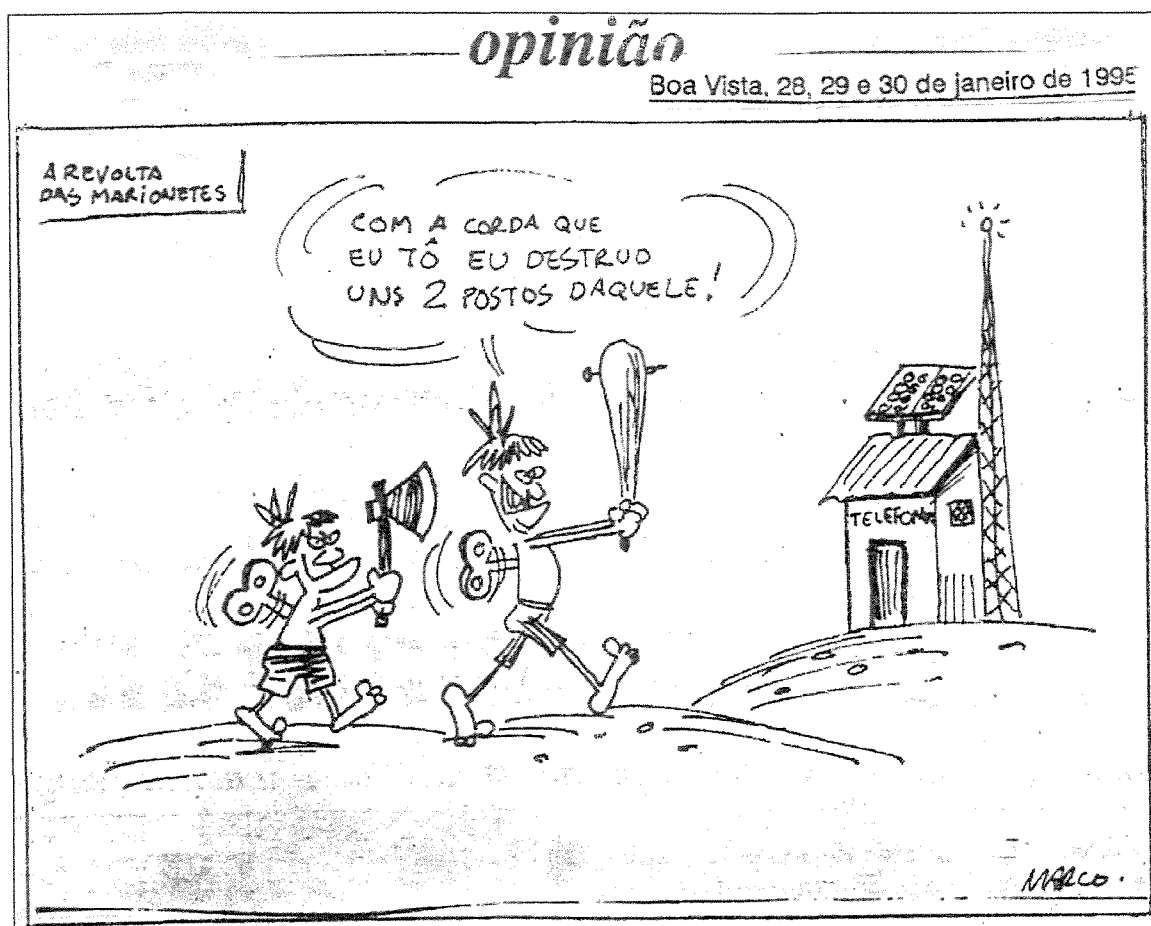
O texto no balão, “‘Pobre’ povo, ‘pobre’ povo”, retrata uma sátira, em repúdio às más condições de saúde vividas pelos yanomami, e denuncia o perigo de exploração ilegal de lavras de garimpos, que vêm contaminando lagos e rios, pondo em risco a vida do índio. O discurso imagético, somado à imagem iconográfica e ao título, aponta o descaso das autoridades com relação à assistência ao índio. E os três apontam uma imagem negativa do índio roraimense, vítima passiva de exploração e subjugado à competência (ou falta dela) dos profissionais brancos.

O contexto do artigo fala a respeito das instituições federais, ligadas às causas indígenas, estarem justificando a presença de grupos estrangeiros, estes atuando diretamente com os índios yanomami na reserva intransponível para trabalhadores. O artigo questiona por que essas instituições não entram nas favelas do Rio e de São Paulo, onde um número de pessoas bem superior aos yanomami está vivendo em condições sub-humanas. Por outro lado, o artigo afirma que nas favelas brasileiras não pode ser encontrada a imensurável quantidade de minérios que abundam na terra yanomami, e que as missões preferem trabalhar junto aos minguados índios primitivos, até porque índio dá mais ibope no exterior, além de perpetuar nossa condição de "quintal" do primeiro mundo. Este é o preço da nossa incompetência.

A charge, por si só, não é compreensível para o leitor; numa primeira leitura, pensamos que se trata dos cuidados da saúde do índio. No entanto, o texto retrata, mais uma vez, as riquezas minerais contidas neste solo. O título mostra uma imagem dúbia, pois temos dois tipos de incompetência: a de médicos estrangeiros, por estarem utilizando instrumentos de trabalho não adequados à profissão, e a nossa incompetência de não saber administrar estes espaços para os nossos profissionais atuarem. O texto fala de uma situação e a imagem mostra outra. Título e texto se complementam, formam uma única imagem.

Conclusão: A mídia impressa de Roraima divulga a imagem de um índio como um ser indefeso, ingênuo e incapaz, necessitando da ajuda do homem branco para poder sobreviver, o qual muitas vezes poderia estar mais interessado nas riquezas minerais dos territórios indígenas do que na saúde de seus habitantes.

A ilustração que vem a seguir revela uma cena de dois índios caminhando e dirigindo-se à torre de comunicação que se encontra instalada na cachoeira do Tamanduá, no Rio Cotingo. O proceder orientado do índio deixa subentendido que eles cumprem ordens de outrem para destruir a torre e a cabine telefônica, em sinal de repúdio ou como forma de protesto pela construção da hidrelétrica na área indígena.



2- C230/01/95.

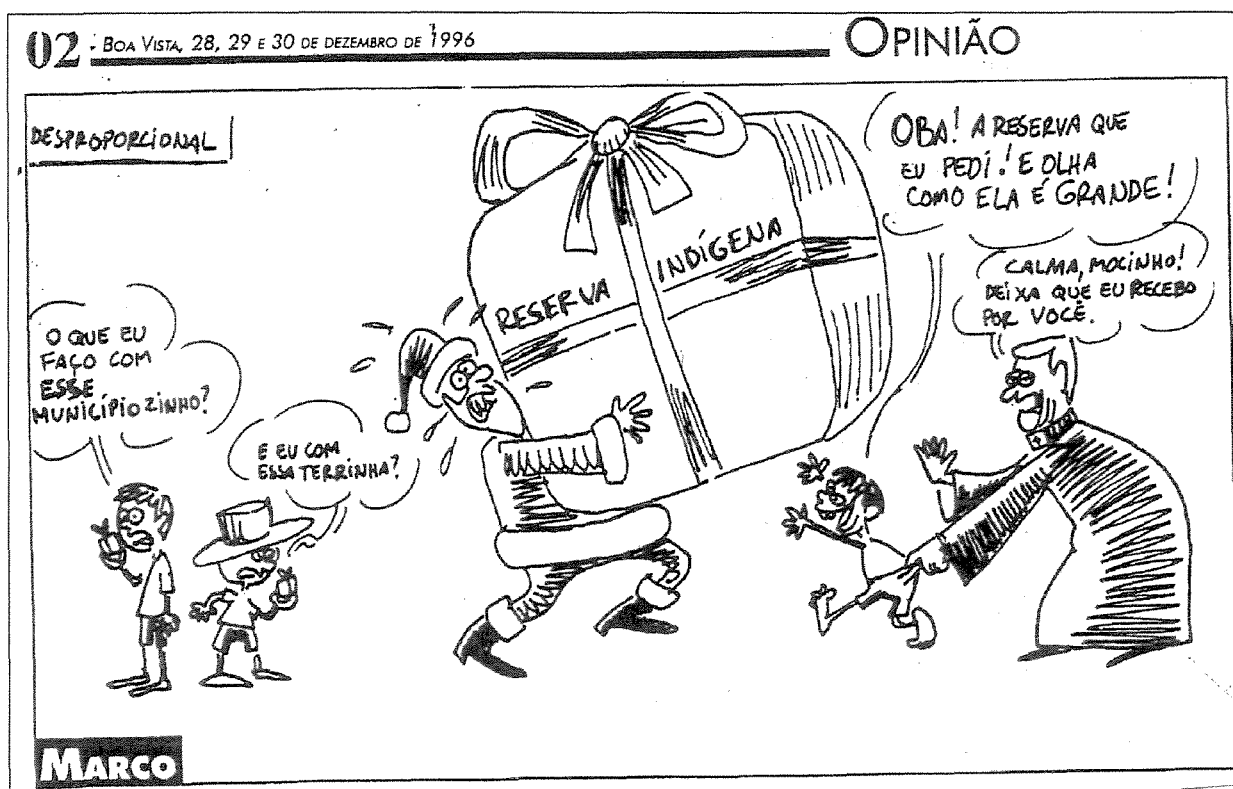
Essa visão vem confirmar o pensamento corrente entre os políticos e a sociedade local, que afirma que os índios cumprem ordens de organizações, entidades estrangeiras e ou da Igreja Católica para provocar protestos e derrubar torres de comunicação, causando, com isso, o isolamento de Roraima em relação ao restante do país, e sérios prejuízos ao estado.

O título *A revolta das marionetes* denota a manipulação, fazendo com que o sujeito seja alienado, realizando ações impensadas a mandado de outrem. A expressão do balão “com a corda que eu tô eu destruo uns 2 postos daquele!”, é uma prova de que a prática dessa ação foi orientada por alguém interessado em permanecer anônimo, comandando o índio para executá-la. Por trás deste discurso, podemos imaginar que a posição do jornal denota a visão de que há orquestração das ações dos

índios por pessoas e instituições externas ao meio indígena. E a imagem mostrada aqui, nesta charge, é de um índio manipulado e alienado.

Concluimos que o título, somado à frase escrita no balão e à imagem formam um único conceito de imagem. Essa construção mostra uma imagem negativa do índio roraimense. A charge a seguir constrói uma imagem de um índio ingênuo, incapaz de cuidar de sua própria subsistência e manutenção de posse de suas terras. Vejamos:

3- Folha de Boa Vista – 30/12/96



3- C3 30/12/96

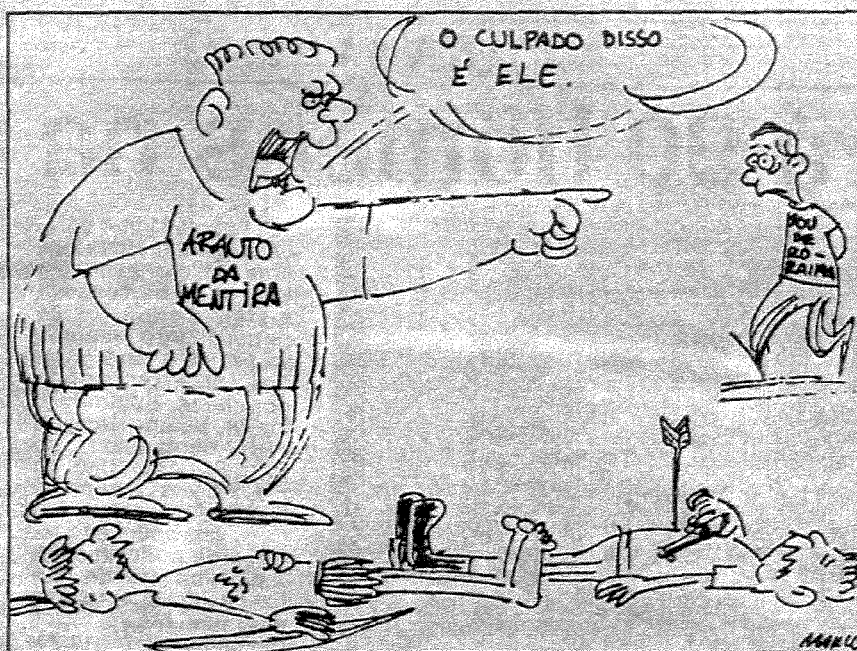
No centro da cena, temos Papai Noel entregando um presente ao índio. A figura de Papai Noel simboliza o Ministro da Justiça entregando ao índio uma enorme caixa, que representa o pedido de homologação da reserva Raposa/Serra do Sol, tão esperado pelos indígenas. Vemos ainda, na cena, o índio tentando recebê-lo, mas o missionário (representante da Igreja) tenta impedi-lo, alegando que o índio é um mocinho sem maturidade para cuidar da reserva, cuja posse estaria recebendo.

Voltando o olhar para o lado esquerdo da cena, vemos a figura do fazendeiro questionando o tamanho da caixinha recebida de Papai Noel. A caixinha representa a quantidade de terras recebidas pelos fazendeiros por tempo de locação nas áreas indígenas. Ainda, no mesmo ângulo, pode ser vista a figura de um morador da região de Uiramutã questionando a diminuição do município e o tamanho das terras que restaram após a homologação dessa reserva indígena.

O título que encabeça a charge repete o jargão empregado pelos políticos e autoridades locais, indicando que a quantidade de terras é desproporcional à quantidade de índios existentes no estado, não incorporando a noção de que os indígenas necessitam de maior quantidade de terras para sobreviver.

O termo “desproporcional”, no contexto da charge, significa desigual. Veja as frases contidas no balão da ilustração: “O que eu faço com esse municípiozinho?”; “E eu com essa terrinha”; “Oba! A reserva que eu pedi! E olha como ela é grande!”. As frases, somadas ao discurso imagético, dão a idéia de um desequilíbrio, de uma divisão desigual.

Concluimos que o jornal mostra a sua posição contra o repasse da reserva indígena Raposa/Serra do Sol para os índios que habitam aquela localidade. A imagem repassada é que essa homologação da reserva foi um presente que caiu do céu para os índios que estão protegidos pela ação solícita dos missionários, e que os brancos não ficaram contentes com essa decisão. Esclarecendo o leitor que essa questão deve ser levada a sério, a imagem divulgada na mídia mostra-se negativa em relação ao índio, pois ela nos dá a noção de que o índio, apesar de ter levado vantagem em relação ao branco, saindo assim, aparentemente vitorioso, não irá administrar autonomamente as terras recebidas, tendo a Igreja como co-administradora do legado recebido.



Os arautos da mentira

Toda vez que há um incidente entre brancos e índios surgem em cena os falsos defensores das minorias para nominá-lo de conflito, esgoelando aos quatro cantos toda uma catilinária de reprovção ao que chamam "holocausto" ou "genocídio". Essa insidiosa campanha tem levado o restante do Brasil a classificar a população de Roraima como a mais anti-indígena do País, ou seja, aquela que menos gosta de índio.

Na verdade, a invasão garimpeira, massificada em 1987, levou aos roraimenses a pecha de assassinos genocidas, como se a realidade apontasse para um quadro aterrador: gente de todas as camadas, armada até os dentes, caçando índios nas matas e malocas, voltando para casa no final do dia satisfeita com o resultado da empreitada, exibindo escalpos como nos velhos filmes de faroeste norte-americano.

A infâmia contida nas informações tresloucadas, transmitidas desde as duas centrais de mentiras instaladas em Roraima, atinge diretamente as pessoas que, nascidas em Roraima, descendentes de heróicos pioneiros que desbravaram as últimas fronteiras do Extremo-Norte do Brasil, ainda não se deram conta do mal que lhes está sendo feito.

É preciso que Roraima reaja e dê um basta a tudo isso. Agora mesmo, quando várias pessoas morreram no Paapiú, os arautos de plantão saíram às ruas denunciando mais um massacre contra os indefesos yanomamis. Até mesmo órgãos oficiais envolvidos na questão não preservaram sua seriedade, assumindo posição idêntica e avalizando as mentiras espalhadas por Boa Vista. Quem conhece bem a problemática indígena, sabe, de antemão, que o índio laduce era um bandido. É verdade que um bandido pro-

duzido pela sociedade branca, que o desviou para o lado ruim ao permitir que ele convivesse com o subestrato dessa mesma sociedade.

Partindo então do princípio que o garimpeiro é um guerrilheiro, capaz de ir às últimas consequências por uma grama de ouro, e o índio, quando conduzido por elementos sem princípios, acabam se tornando tão sem escrúpulos quanto um marginal da pior espécie, os fatos ocorridos no Paapiú não podem e não devem ser classificados como conflitos entre um povo que luta para defender seu patrimônio e homens desesperados que invadiram a região em busca da sobrevivência. Tudo, na verdade, não passou de uma briga que, nas ruas de Boa Vista, seria chamada de confronto de quadrilhas. Debitar essas mortes à população de Roraima indiscriminadamente já é ir longe demais. Isso não dá para aceitar.

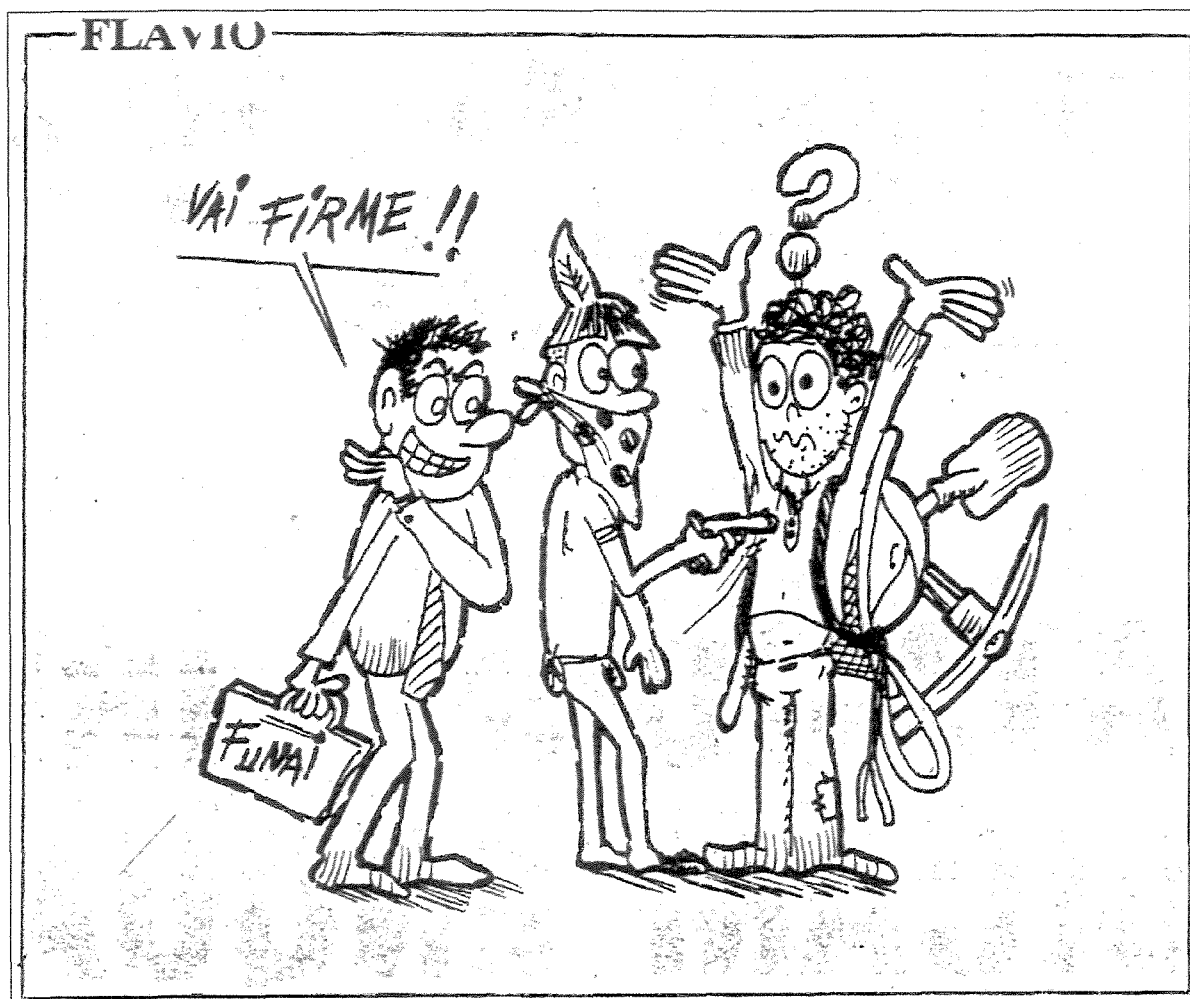
A charge/texto que vemos revela um incidente ocorrido entre índios e fazendeiros. Nela vemos uma figura com porte físico avantajado, simbolizando o defensor da causa. Outros personagens podem ser vistos, como o roraimense, o índio e o branco. Nesse desfecho, o roraimense é apontado pelos arautos da mentira como o culpado pelo incidente entre índios e fazendeiros. Voltando o olhar para a charge, vemos duas figuras caídas: um índio, atingido por uma bala vinda da arma do fazendeiro, e, ao lado direito, vemos o fazendeiro, morto por uma flechada, em que a seta encravou no peito do fazendeiro pelo ataque do índio.

Se olharmos para os elementos que estão no chão, vemos que ambos, sustentando a arma em punho, simboliza que houve um incidente entre eles e que ambos morreram.

O texto que amarra a charge descreve que, toda vez que há um incidente entre índios e brancos, surgem em cena os falsos defensores, e o culpado destes incidentes é sempre o roraimense. A leitura da imagem se completa pelo texto que o acompanha, o qual denuncia as entidades que apóiam os indígenas (CIR e a Diocese de Roraima) como centrais de mentira, imputando à população roraimense a culpa em relação aos conflitos que surgem entre garimpeiros e indígenas.

O texto culpa tanto garimpeiros quanto indígenas semi-aculturados, taxando-os, respectivamente, de “guerrilheiros” e de “marginal da pior espécie”, e isenta a população roraimense em relação a conflitos denominados pelos “falsos defensores das minorias” de holocausto ou genocídio.

Concluindo, o texto se sobressaiu em relação à imagem, que apresentou, de início, certa dificuldade de leitura. O texto exerceu papel complementar para o entendimento da charge. Outros exemplos se seguem. Temos ainda uma charge de Flávio, publicada no jornal *Folha de Boa Vista*.



5- C5 15/04/93

Olhando do centro para esquerda, vemos uma cena na qual temos a figura de um índio recebendo ordem de um representante da Funai para expulsar os garimpeiros de suas terras. A idéia dessa charge denota uma ação violenta empreendida pelos índios contra os garimpeiros que, entrando em suas terras, roubam as jazidas minerais retiradas do solo indígena.

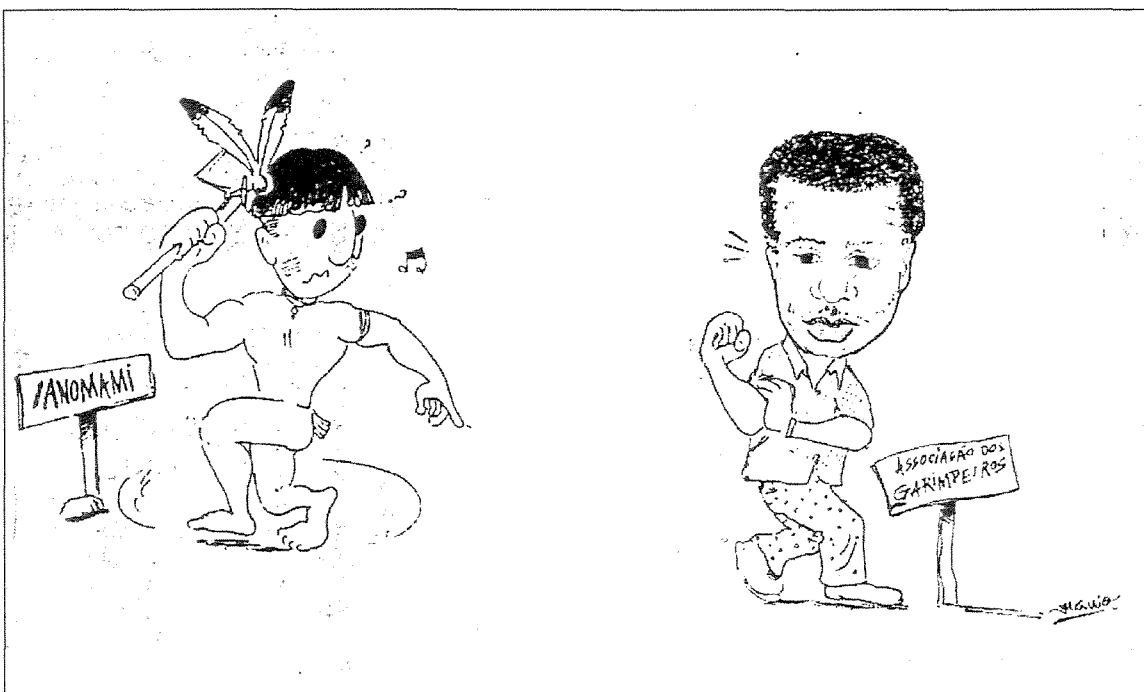
No lado esquerdo da cena, encontramos um personagem (representando a FUNAI) falando ao ouvido do índio para que vá firme. A idéia visa denunciar a irresponsabilidades da FUNAI e o seu incentivo aos índios para agirem por conta própria. Como órgão governamental de proteção ao índio, a FUNAI deveria agir

legalmente contra a invasão dos garimpeiros nas terras indígenas. A expressão no balão, no imperativo, “Vai firme”, denota que, por trás do índio, existem políticos, entidades e instituições apoiando atos ilegais por ele praticados.

Concluindo, a imagem que se quer mostrar é a de um índio manipulado e alienado, levado a praticar atos criminosos pelas próprias instituições governamentais. A mídia aponta, assim, mais uma imagem negativa do índio e das instituições voltadas à sua proteção.

A charge seguinte de Flávio foi publicada n’*O Diário*.

6- O Diário 10/11/95



6- C6 10/11/95

Ela mostra uma cena em que o yanomami e o representante dos garimpeiros estão lutando pela posse da terra. A cena retrata a preparação de atos violentos para serem praticados tanto por índios como por garimpeiros. A idéia do chargista é mostrar que o índio deixou de ser vítima e passou, agora, a tomar atitude autônoma e enfrentar a invasão de garimpeiros sem o apoio da FUNAI. A charge mostra duas forças se

digladiando: o índio querendo fazer valer o seu direito já garantido na Constituição Federal (o direito sobre a posse da terra) e o capitalismo extrativista invadindo as terras indígenas para a exploração mineral por meio do seu órgão pronto já organizado – a Associação dos Garimpeiros.

Neste exemplo, ficou claro que a imagem tem força comunicativa, pois sem título e sem balões a imagem veicula uma noção de índio violento que luta pelo seus direitos, sem a interferência do órgão defensor, e, por outro lado, a organização dos garimpeiros em Associação para responder a essa nova atitude indígena. Através desta charge, concluímos que a mídia veicula imagens nas quais as minorias aparecem brigando entre si, disputando o poder de posse da terra, agora sem intermediações.

Líderes fazem debate

Em continuação aos trabalhos do primeiro dia de Seminário Sobre Demarcação de Terras Indígenas e Desenvolvimento do Estado, na parte da tarde várias lideranças indígenas usaram os microfones do auditório do Palácio da Cultura para exporem suas opiniões. Um deles, o índio Sebastião Machinery, representante da Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, falou o que muita gente não queria ouvir.

Machinery lembrou, por exemplo, que quando se fala "muita terra para pouco índio" é, no mínimo, um sofisma de muita má fé. "Quando os portugueses aportaram no Brasil, há quase 500 anos, os índios eram os únicos habitantes". Ele quis enfatizar que as reivindicações de fazendeiros, que alegam ocupação de mais de 200 anos, é um "argumento muito frágil" diante da temporaneidade citada.

"Reivindicar a terra invocando o direito por tempo de permanência nela é verdadeiramente invocar argumentos fal-

sos, ideia equivocada, para não dizer coisas piores", explicou Machinery. Outra coisa questionada por ele, foram os argumentos de que os índios agem sempre levados por determinação de padres e pela Funai. "É uma infantilidade pensar que não somos capazes de gerir nosso próprio destino".

O líder do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Nelino Galê, voltou a enfatizar que a demarcação em área continua da pretendida reserva Raposa/Serra do Sol não significa de forma alguma estabelecer qualquer forma de segregação. "Os índios não querem ficar confinados em áreas inacessíveis", destacou, abrindo, antecipadamente as áreas para exploração ordenada, com retorno para investimentos dentro da própria área.

A antropóloga da Funai (Brasília), Ana Maria Costa, respondeu a vários questionamentos levantados durante o debate, mas pouco acrescentou ao que já é de pleno conhecimento das comunidades indígenas roraimenses.



Por ocasião do Seminário sobre Demarcação de Terras Indígenas e Desenvolvimento do Estado, foi publicada junto ao texto de divulgação do evento, a charge, no jornal *O Diário*, que mostra uma cena em que aparecem as personagens responsáveis pelos constantes conflitos ocorridos em Roraima envolvendo fazendeiros, garimpeiros, agricultores, índios e a Igreja, em favor da posse de terras do estado. Nela vemos o governador Neudo Campos negociando com as lideranças a demarcação das terras no estado. Numa atitude autoritária, percebida pelo brilho no olhar, Neudo pretende fatiar o estado negociando cada pedaço da terra; por isso o mapa e a faca em suas mãos. No canto esquerdo da cena, vemos as lideranças locais de pires na mão esperando o seu pedaço de terra fatiada.

O fazendeiro revela uma atitude mais violenta, portando arma na cintura como sinal de poder e intimidando os outros líderes, buscando receber sua parte. Vemos o garimpeiro se julgando no direito de reivindicar um pedaço de terra ao portar os instrumentos do exercício de seu fazer extrativista. Por último, temos a Igreja na condição de defensora do índio, que o incentiva a reivindicar sua parte, embora pareça desejar mais uma fatia de terra ao portar um pires, o que pode denotar interesses comuns.

A imagem chargística mostra que o governo tenta administrar esta questão à sua maneira, desrespeitando a Constituição Brasileira e negando o direito de ir e vir dos grupos étnicos existentes no estado. Sua decisão demonstra que o governo está preocupado em promover o desenvolvimento econômico de Roraima pela resolução dos conflitos a qualquer preço.

O texto que acompanha a imagem aborda a realização do seminário entre índios e brancos para discutir a demarcação de terras indígenas e o desenvolvimento do estado, apontando a opinião de cada liderança indígena sobre essa problemática. Enquanto a imagem mostra o governador Neudo Campos fatiando o estado e resolvendo a questão ao seu modo, o leitor toma ciência de duas posições quanto à questão da demarcação de terras. No contexto está explícito que o índio sabe o que

quer, não aceita nenhuma interferência de entidades em favor de sua causa e, na charge, luta pelos seus direitos com consciência e clareza de objetivos, o que não está denotado na imagem. Os reivindicadores se organizam em dois grupos: de um lado fazendeiros e garimpeiros e de outro índios e Igreja.

Concluimos que o texto informa sobre o seminário, mas não deixa clara a posição do governador em lotear Roraima, sendo esta uma liberdade do chargista. Enquanto a imagem deixa clara a posição do governo em demarcar as terras, ao todo texto e imagem não estão em uníssono, pois enquanto a imagem mostra o índio ainda apoiado na Igreja, o texto revela lideranças autônomas e conscientes no âmbito indígenas.

4.3.2. MATÉRIAS COM FOTOGRAFIAS

Passaremos agora a analisar fotos e textos dentro da narrativa da fotorreportagem. Esta análise dar-se-á com o auxílio de uma decupagem detalhada, na qual todos os aspectos serão lidos e interpretados.

Kossoy (1999:19) ressalta que, desde o surgimento da fotografia e ao longo de sua trajetória até os nossos dias, ela tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, “testemunho da verdade” do fato ou dos fatos. Graças à sua natureza físico-química – e, hoje, eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como de fato ocorreu, a fotografia ganhou elevado *status* de credibilidade.

Acrescente-se que, se por um lado ela tem valor incontestável por proporcionar a todos fragmentos visuais que informam das múltiplas atividades do homem e de sua ação sobre os outros homens e sobre a natureza, por outro lado ela sempre se prestou e sempre se prestará aos mais diferentes e tendenciais usos dirigidos.

A partir de agora, apresentaremos o uso da foto na imprensa diária e semanária de Roraima relacionada à questão indígena. Inicialmente, precisamos entender o processo de criação do fotógrafo, que engloba a aventura estética, cultural e técnica, que resultará na representação fotográfica e se formará como um documento. Para compreendê-la, é necessário, primeiro, desmontá-la em seus elementos constitutivos: o assunto escolhido, o papel do fotógrafo como autor e o uso da tecnologia.

De acordo com os dois grupos de palavras utilizados na classificação dos recortes dos jornais em estudo, estes visualizam o índio ou como fraco, impotente, ingênuo ou como violento, rebelde, bárbaro, selvagem, ameaçador e protestativo. Seguindo a análise que fizemos das charges, observamos que, nas criações baseadas na inspiração artística, a figura de um índio impotente ainda está presente em cada traço dos chargistas. É importante salientar que, no que se refere ao material fotográfico, apresentamos abaixo um único exemplo que se enquadra no primeiro grupo de formadores de uma imagem-conceito do índio.

A *Gazeta de Roraima* publicou, no dia 08 de abril de 1991, matéria que trata da saída dos fazendeiros das áreas demarcadas desde 1974. A foto mostra uma família yanomami saindo da maloca. Nela, vemos uma imagem que permite dupla interpretação. A legenda, que deveria dirigir o olhar do leitor, não corresponde à mensagem da notícia e nem àquela da imagem fotográfica. A cena revela três mulheres indígenas paradas numa aldeia.

Presidente da FUNAI adverte:

'Fazendeiros vão sair de todas as áreas demarcadas'

Na sua visita a Boa Vista, o presidente da Funai, Cantídio Guimarães, foi incisivo: os fazendeiros que ocupam terras na centenária fazenda São Marcos, vão ter que sair. Ele alegou que a área de mais de 653 mil hectares, embora tenha denominação de fazenda, já está demarcada como reserva indígena desde 1974. Cantídio adiantou, contudo, que a retirada dos fazendeiros não será feita de forma traumática, como ocorreu,

por exemplo, com aqueles que tiveram de sair da reserva Canaúni. A Funai está procedendo a estudos fundiários para que todos saiam num clima de entendimento. Para isso, a fundação está estabelecendo critérios a fim de evitar que a retirada venha provocar trauma e revolta. Já fizemos contatos com as lideranças dos fazendeiros e eles já reconheceram a demarcação das terras', explicou Cantídio.



Cantídio é enfático: "em terra de Yanomami branco não entra".

1- F1 06/04/91

O título apresenta-se bem sugestivo e adverte os fazendeiros da necessidade de se retirar do local. O texto fala de um fato e a foto mostra uma imagem diferente. O texto e a imagem não se completam. A imagem revela três gerações de índias yanomami com expressão de espanto, parecendo se assustar com o fotógrafo, e caminhado em direção à câmera. São índias já aculturadas, vestindo roupas ocidentais, indicando que a ocupação pelos fazendeiros das terras indígenas levou à quase obrigatoriedade, pelo contato, da adoção de certos costumes brancos, embora mantenham traços da cultura indígena, como o "jamanim" apoiado à cabeça.

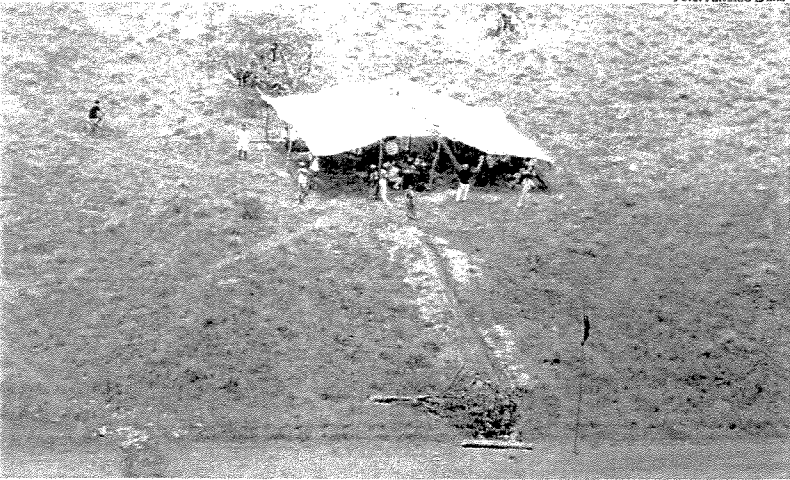
Conclusão: a mídia divulgou uma imagem de um índio indefeso, ingênuo, sem condição de cuidar de seus próprios direitos, necessitando de um órgão de defesa para cuidar de seus interesses. A idéia denotada foi a imagem de um índio tutelado (FUNAI) e talvez disso resulte a escolha de três gerações de mulheres para ilustrar o fato.

Outra imagem do índio que encontramos pode ser vista nas matérias jornalísticas, como exemplo do segundo grupo. A seguir apresentamos algumas imagens fotográficas que enfocam o índio com sua capacidade de resistência e luta. Vejamos a manchete publicada na *Folha de Boa Vista*.

2- Folha de Boa Vista-16/03/94

Índios desafiam a Polícia e mantêm as estradas fechadas

Foto: Antônio Diniz



Os índios Macuxi Wapixana continuam com o bloqueio nas principais estradas de acesso a área pretendida Raposa/Serra do Sol, ao norte do Estado. A informação é do coordenador do Conselho Indígena de Roraima (Cir), Euclides Pereira Macuxi, ao garantir que a interdição continuará até as autoridades locais e o ministro da Justiça, Márcio Corrêa, tomarem providências com relação assinatura da portaria que garante a homologação de uma área única para os índios. (Pág. 05)

Acampamento montado pelos índios. Hoje o bloqueio deve aumentar com a adesão dos Ingarikó e Taurepang.

2- F2 160394

O título da manchete denota um protesto dos índios contra o descaso das autoridades em não responder, até aquele momento, o seu pedido de homologação de uma área única para os índios. Essa atitude foi a arma encontrada pelos indígenas como forma de repúdio à não assinatura da homologação.

O texto da manchete direciona a leitura da notícia e busca esclarecer para o leitor o fato que está ocorrendo naquela localidade. O *lead*⁷⁷ aponta uma linguagem

⁷⁷ Segundo o Manual de Redação e Estilo do Jornal o Estado de São Paulo, o *lead* é abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato. MARTINS, 1997, p. 154.

clara e objetiva. Ele mostra os índios Macuxi e Wapixana como os responsáveis pelos protestos. A imagem fotográfica revela e reforça aquilo que o texto vem dizendo: índios acampados nas principais estradas. A foto exerce neste caso a força de um testemunho do real, apresentando o fato visualmente.

O contexto da manchete retrata aquilo que o repórter investigou, dando noção de que ele esteve lá e recortou um pedaço do real para o leitor fazer a avaliação desta ação. Tanto a manchete quanto a notícia fazem a mesma relação e usam a mesma linguagem dentro do gênero informativo. O papel da foto, neste caso, é o de ilustrar, descrever com luz e complementar o fato que está sendo narrado e que constitui a continuação do tema. Embora a imagem fotográfica possa representar o acampamento e pela legenda, explicita-se a especificidade deste por bloquear a passagem para o território a ser demarcado.⁷⁸

⁷⁸Nesta chamada encontramos um erro em que chama o leitor para a leitura da página 05. Na verdade, a continuação dessa matéria publicada na mesma edição, dia e ano, aparece na página de 04.

Índios manterão estradas fechadas

Foto: Antonio Diniz



O secretário de Segurança, coronel Santos Rosa, conversa com tuxaua no local do tumulto: sem resultados.

Os índios Macuxi e Wapixana continuam com o bloqueio nas principais estradas de acesso à área pretendida Raposa/Serra do Sol, ao norte do estado. A informação é do coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Euclides Pereira Macuxi, ao garantir que a interdição continua até as autoridades locais e o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, tomarem providências com relação à assinatura da portaria que garante homologação de uma área única para os índios.

O bloqueio começou segunda-feira, com barreiras feitas com pedra e troncos de árvores, impedindo o tráfego de veículos nas estradas de acesso à maloca do Machado, a 200 quilômetros de Surumu, e no Igarapé Grande, no baixo Cotingo. O comandante da Polícia Militar, coronel Santos Rosa, acompanhado de um grupo de policiais, esteve ontem no local. Segundo Euclides Pereira, o movimento foi interrompido enquanto os policiais estavam na área. "Hoje (ontem à tarde) as barreiras continuam", garantiu ele, acrescentando que já soma 300 o número de índios acampados na beira das estradas, reforçando o movimento de protesto.

O número de índios deve aumentar hoje, segundo o coordenador do CIR. "Estão chegando mais pessoas das malocas localizadas ao extremo norte, como os Taurepang e Ingarikó". O bloqueio é pacífico, conforme Euclides Pereira, em virtude de estar sendo proibida a entrada apenas de veículos que dão sustentação aos garimpeiros que atuam dentro da região "está proibida apenas a passagem

de óleo diesel, maquinarias e outros materiais de garimpos", disse ele, "os carros que prestam assistência nas áreas de saúde e educação podem transitar sem problema algum". Euclides Pereira foi enfático que o movimento paredista tenta um único objetivo de chamar a atenção das autoridades para a questão da demarcação em área única da região Raposa/Serra do Sol. No manifesto assinado pelos Tuxauas, eles aproveitaram para denunciar, segundo o documento, a violência praticada contra os índios, liderada principalmente por policiais militares. "Os índios estão sofrendo perseguição, são ameaçados de morte e têm suas propriedades destruídas", justifica o coordenador do CIR.

3- F3 180195

A manchete da reportagem foi publicada no dia 16 de março de 1994. Na cena, temos a foto do comandante da Polícia Militar, Coronel Santos Rosa, dialogando com um líder indígena, tentando impedir a manutenção do movimento de protesto nas principais estradas de acesso da região da Maloca do Machado. O assunto, tal como se acha representado na imagem fotográfica, resulta de uma seleção, produto da escolha do fotógrafo e do editor para uma determinada aplicação. O fotógrafo, Antonio Diniz, mostra, através de um ângulo lateral, o diálogo entre o tuxaua e o comandante da Polícia Militar. No fundo da imagem vemos índios atentos, acompanhando o diálogo entre as autoridades indígenas e o militar.

Olhando em direção ao primeiro ângulo da imagem fotografia, observamos o comandante da Polícia Militar em diálogo, denotando a uma atitude de autoridade pela farda e pelo gesto que está aconselhando o tuxaua a retirar-se com seu grupo. No segundo plano, temos o líder indígena na condição de oprimido, humilhado, com as mãos às costas, atento às ordens do policial. No fundo, a certa distância, membros da tribo observam atentamente a conversa entre o militar e o líder indígena.

O título da notícia denota o protesto dos indígenas ao manter as estradas interditadas, como forma de comover as autoridades para a assinatura da portaria, homologando uma única área para os índios. Esse desafio causou preocupação às autoridades.

Na verdade, os índios estão lutando pelos seus direitos de posse da terra e agem por conta própria ao levantar barreiras nas estradas. Essa ação mostra que os órgãos governamentais não vêm cumprindo a sua função de proteger e defender os direitos dos indígenas, obrigando-os a agir de maneira mais violenta.

A legenda sob a foto dirige o olhar do leitor, esclarecendo o diálogo de dois líderes, com o intuito de por fim o protesto dos silvícolas. Apesar de uma aparente impessoalidade, em nenhum momento, via imagem ou via texto, o órgão de imprensa se coloca a favor do movimento indígena. Ele reforça na linguagem visual ou textual a

autoridade da polícia militar e a autorização recebida por ela para se valer da mesma na desmontagem do protesto indígena.

A narrativa do discurso verbal complementa a ação mostrada na foto, dando a idéia do protesto como uma ação ilegal a ser desmontada pelas autoridades da polícia militar. O tuxaua é mostrado como um ser calmo, mas consciente, reivindicando os direitos sobre a terra. A imagem mostra o comandante usando de autoridade para com o índio.

Concluimos que a imagem fotográfica auxilia o texto dando uma noção do fato. O título revela a decisão do índio em manter as estradas fechadas. A soma dos três dá a visão de que o índio não é bobo, nem tão pouco fraco e ingênuo. Vemos a partir desta matéria surgir uma nova imagem do índio.

Índios denunciam violência policial

Na segunda ocupação da área onde o governo pretende construir a Usina Hidrelétrica de Cotingo, os índios afirmam que novamente foram espancados. Na sede do Conselho Indígena apresenta-

ram utensílios que teriam sido furados à bala, por policiais militares. O governo nega que tenha exercido qualquer ação violenta contra os manifestantes.

(Pág. 07)

Foto: Alfredo Maia



Os índios dizem que não sairão da área até que o governo federal decida

A foto mostra um fragmento selecionado do real pelo fotógrafo Alfredo Maia, que tenta unir a imagem captada do fato ao discurso verbal do editor. Geralmente as fotos não foram escolhidas pelo fotógrafo, mas sim pelo seu editor. Sabemos que, na imprensa, o fotógrafo não decide o que irá sair na manchete; ele deixa cinco provas como indicativos da temática em questão. No título da manchete encontramos o termo “índios” e no corpo da legenda a expressão “os manifestantes”. Esses termos são, atualmente, empregados diariamente na imprensa roraimense como sinônimos.

Voltando o olhar para a cena, temos, no primeiro plano, o líder indígena acompanhado dos demais índios, tentando explicar a violência sofrida por eles, por parte da polícia militar. Na foto, os índios não olham diretamente para a câmera fotográfica; seus olhares estão direcionados para o ângulo da direita. Temos ainda, em primeiro plano, um índio em traje de guerra, significando que eles irão reagir ao ato.

O título revela a atitude do índio em denúncia à violência da polícia. O *lead* da manchete coloca o leitor a par do assunto. A legenda funciona como recado do índio para a população: eles não sairão do local. Somando as três linguagens, há um reforço de denúncia do índio em relação às autoridades policiais.

Como continuação desta manchete temos abaixo a matéria publicada pela Folha de Boa Vista no mesmo dia 18 de janeiro de 1995, intitulada “Índios voltam a acusar PM de violência”, tendo por subtítulo: “Na segunda ocupação da área pretendida para construção da hidrelétrica, os índios garantem que foram agredidos por policiais”. O texto da reportagem mostra com mais detalhes o desenrolar dos fatos. A manchete contém um índice do assunto que foi desenvolvido na reportagem. Na foto, os índios mostram documentos que provam a violência praticada pelos policiais na área. A produção não foi feita ao natural; os índios posaram para o fotógrafo como forma de mostrar os utensílios que teriam sido furados à bala por PM’s. O contexto desta reportagem aponta um gênero informativo, explicando cada detalhe ao leitor para que ele venha construir sua imagem mental do fato e formar uma opinião a respeito.

Título, imagem fotográfica e texto se complementam a serviço da informação. Tanto a manchete como a reportagem dão continuidade ao fato jornalístico. A imagem que se quer passar ao leitor é que os índios sofreram mais uma vez violência por parte da polícia e das autoridades locais, mas resistem, permanecendo na área. Concluímos que a imagem veiculada é a de que o índio, todos os dias, está sendo violentado por questionar os seus direitos de posse da terra, mas apesar disso persiste resistindo.

5- Folha de Boa Vista-18/01/95

Índios voltam a acusar PM de violência

Na segunda ocupação da área pretendida para construção da hidrelétrica os índios garantem que foram agredidos por policiais

O Conselho Indígena do Roraima (CIR) volta a denunciar a Polícia Militar, por espancamento. A agressão segundo o vice-presidente José Adalberto, teria acontecido sábado passado, 14, quando 300 índios retornaram ao Retiro do Tamandua, para protestar contra a construção da Hidrelétrica do Cotigão. De acordo com a Funai, os índios insistem em permanecer na área, até que o problema seja solucionado. O comandante da Polícia Militar, coronel Benito Gonzalez disse que a área continuará sob a guarda da PM.

Visando trazer à público a situação da área, algumas lideranças indígenas estiveram reunidas ontem na sede do Conselho Indígena, em Boa Vista. A comissão elaborou ofício, contando o incidente, enviando cópias às autoridades de Roraima e Brasília. O líder do Conselho, disse que já tem audiência confirmada com o Ministro da Justiça, para a próxima quinta-feira. Na reunião, Adalberto diz que vai reivindicar, principalmente, a retirada das policiais militares, que segundo ele, estão causando terror à comunidade, por causa da presença constante de helicópteros, aviões bandeirantes, além dos próprios soldados, destacados para permanecerem na área.

Outra reivindicação dos indígenas, no Ministério da Justiça, será a delimitação, em caráter de urgência, da Portaria que define a demarcação da área Raposa/Serra do Sol. Eles acreditam que só esta Portaria poderia trazer, definitivamente, a resolução dos conflitos de posse e utilização dos recursos da área. A área já foi delimitada pela Funai, através do Despacho nº 9, publicado no Diário Oficial em 18 de maio de 1993.

Segundo Adalberto, o ministro já deveria ter deliberado



Foto: Alfredo Maia

No CIR os índios mostram utensílio que teria sido furado à bala por PM's

nada tem a ver com o caso, que só é resolvido nível federal".

Além da audiência com o ministro, o vice-presidente do CIR vai visitar, também em Brasília, a Eletrobrás e a DNAEE, para levar ao conhecimento destas entidades o andamento da construção da Usina Hidrelétrica do Cotigão e o

relatório elaborado, a partir do depoimento dos membros da comissão que esteve ontem em Boa Vista.

De acordo com os índios, integrantes da comissão, os indígenas que estavam reunidos em assembleia geral, cerca de 300, resolveram deslocar-se até

o Retiro do Tamandua para protestar a invasão da área pelas policiais e a construção da hidrelétrica. Segundo eles, houve tiroteio e pancadas com coronhas de revólveres, espingardas e metralhadoras. Um policial a péssima agrediu uma das moças que acompanhava o protesto.

"Os policiais cortaram os punhos das redes armadas no local, furaram, à bala um barril de caxiri, e se não fosse por intervenção do Abel Raposo, eles teriam queimado os alimentos", contou um dos tuchaus. Os índios foram transportados até o local, por dois caminhões da Diocese de Roraima, segundo Adalberto, o CIR contratou e pagou os serviços.

Funai.

A Funai solicitou a presença de policiais federais na área. Em resposta, o superintendente Daniel Norberto destacou ontem quatro policiais para ficarem na área, juntamente com funcionários da Funai, até que a situação esteja amenizada. O administrador da Funai, Manoel Reginaldo Tavares disse que solicitou a presença da PF, para dar proteção à vida dos índios, que estão próximo ao local, na maloca da Pedra Branca.

Questionado sobre os motivos que levaram os índios a retornarem à área, ele disse que a comunidade não aceita a construção da Usina do Cotigão. "Como todos sabem", diz Manoel, "a construção da hidrelétrica recebeu pareceres desfavoráveis do DNAEE e da Eletrobrás". Além disso, o Congresso ainda não aprovou a construção, tampouco, as co-

munidades atingidas".

Baseado nestes fatos, ele disse que os índios insistem em permanecer na área. Apesar das recomendações da Funai, o administrador disse, que as lideranças estiveram reunidas e resolveram alojar-se, a todo custo, na área, até que a questão seja resolvida. "Eles não abrem mão de seus direitos constitucionais", enfatizou.

Bispo nega que padre Jorge tenha incentivado invasão

O Bispo Dom Aldo Morgano contestou as afirmações de que a Igreja estaria exercendo influência nas decisões dos índios. Ele disse que as pessoas afirmam sem ter provas. Segundo ele, os

"Eles" tem capacidade de fazer aquilo que querem. São autônomos. Nós apenas evangelizamos e mostramos os direitos humanos de cada um, como cidadão", diz o Bispo. "A Constituição diz que a área é indígena, por-

humides", relata.

Ele disse que o padre Jorge não estava na área, como afirmou a Folha. "Se o jornal não demonstrar, vou processá-lo", ameaça. Segundo ele, a Igreja não incitou a

5- F5 180195

4.4. A IMAGEM DO ÍNDIO EM RORAIMA

Se a tentarmos para as imagens do índio construídas ao longo do período selecionado (1991 a 1996) e voltarmos ao tempo, adentrando nos primeiros séculos da colonização, perceberemos que a visão dos povos indígenas no imaginário europeu era a de seres inferiores, decaídos e incapazes de tomar os rumos de sua própria vida, visão esta que ainda permanece. Essa imagem estereotipada vem sendo repassada ao longo dos anos e pode ser identificada ainda no século passado, no imaginário da sociedade roraimense. Imagens de índios indefesos, tutelados e dependentes foram encontrados tanto nas charges como nas fotorreportagens.

Uma nova imagem, entretanto, vem sendo formada no imaginário roraimense. Trata-se de uma imagem-conceito de um índio lutador, um índio manifestante que vive reivindicando seus direitos e que não mais aceita a intermediação dos órgãos governamentais em sua defesa, para cuidar dos seus interesses e da manutenção da posse de suas terras. Eles agem, agora, por conta própria, às vezes violentamente.

Se observarmos a abertura das fotorreportagens, veremos que a primeira fotografia funciona como uma imagem-manchete, ou seja, como chamariz do discurso visual predominante. É sempre uma imagem forte, que desempenha um papel de síntese da matéria. Na redefinição de funções, a manchete passa a atuar quase como legenda⁷⁹ da imagem, reproduzindo, em grande escala, a relação foto/imagem. Nesses casos vemos que foto e manchete se completam para atrair a atenção dos leitores.

A partir da fotorreportagem, as funções de repórter e de repórter fotográfico igualam-se na profissão de repórter, diferenciando-se quanto ao emprego de linguagens distintas. Admitindo-se que tanto a fotografia quanto o texto escrito possuem

⁷⁹ De acordo com o Dicionário de Comunicação (Rabaça, 1978:512), a legenda pode ser entendida como texto breve que acompanha uma ilustração. Vem, geralmente, abaixo da foto ou desenho, colocada ao seu lado, acima ou mesmo dentro do seu espaço. No jornalismo, ela é definida como uma frase curta, enxuta, destinada a indicar ou a ampliar a significação daquilo que acompanha. Brioschi, Fukui e Sampaio (1984), essas autoras mostram a relação entre texto e imagem em três jornais paulistas na construção da noção de menor na década de 70.

a mesma autoridade para formar a opinião do leitor, vemos que o discurso visual ganha importância na imprensa moderna.

E a legenda vem servindo como complemento efetivo da notícia e da fotografia; ela não é mais uma simples duplicação dos fatos descritos na informação imagética nem tampouco uma etiqueta de identificação. Sua inserção vem direcionar o leitor na compreensão e apreciação da foto, esclarecendo, tirando suas dúvidas e chamando a sua atenção para pequenos detalhes interessantes que podem ter lhe escapado, despertando o seu interesse para que o leitor volte a olhar a fotografia com maior atenção.

Já o texto, que antes detinha a exclusividade na construção do discurso jornalístico, passou a atuar, no contexto da fotorreportagem, em uma nova relação com a imagem, modificando-se não só no que diz respeito ao conteúdo, por passar a dialogar com a imagem, como competindo com a imagem na ocupação dos espaços físicos da página.

A mídia impressa de Roraima construiu, ao longo destes anos, uma imagem-conceito de um índio, segundo os interesses do desenvolvimento do estado de Roraima, ao sabor da disputa pelo controle da área Raposa/Serra do Sol. Encontramos durante a pesquisa dois grupos formadores dessa imagem: o primeiro aponta um índio digno de piedade, necessitando ainda tutelação do branco para sobreviver e o segundo aponta a imagem de um índio lutador, tentando sua autonomia para resolver suas próprias causas. Neste contexto, é alimentado um processo de preconceito e discriminação, estigmatizando-o como sendo preguiçoso, violento, um perigo para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa pesquisa, em que buscamos a mídia como fator de cultura e formadora de opinião, difunde imagens que influíram na formação da consciência do povo roraimense sobre o índio, elemento importante na constituição da população do estado. Utilizamos-nos de material textual e visual colhido em jornais locais.

Nosso projeto refletiu, também, sobre o uso de imagens iconográficas na fotorreportagem, como forma de narrar a representatividade do índio, influenciando no imaginário roraimense. Para entender a representatividade dos silvícolas, retrocedemos no tempo e refletimos que, desde que as naus de Pedro Álvares Cabral aportaram em solo brasileiro, iniciou-se a conquista da terra. Ao longo desses quinhentos anos, a luta dos índios por seus direitos de posse da terra confunde-se com a por sua recuperação étnica, cultural e moral. A luta pela terra tornou-se, então, o centro do movimento de defesa dos índios e de sua organização independente.

Quando a FUNAI foi criada, em 1967, o governo dos militares iniciou uma política de transformar os índios em “brasileiros”, visando, no fundo, eliminar todos os seus direitos. Nessa época, a FUNAI fazia parte do Ministério do Interior, que, por sua vez, realizava a chamada “política de integração nacional”. Na prática, era uma política de entrega das terras indígenas a grandes grupos econômicos.

As intenções imperialistas dos invasores visavam, em última instância, a posse da terra. Percebiam-se os interesses em jogo, a manipulação dos bens indígenas a favor de grupos e autoridades locais. Com a entrada do sistema capitalista na Região Norte do Brasil, as terras foram sendo transformadas em bens usufruídos pelo grupo hegemônico, como se fossem mercadorias a serem comercializadas no mercado imobiliário local.

Daí originam-se os constantes conflitos pela terra, no solo roraimense, entre índios, fazendeiros e garimpeiros, quando lutam para obter essas terras para fins de

exploração econômica, tanto de glebas agriculturáveis como de jazidas minerais. Essas tentativas de expropriação das terras indígenas vêm ocorrendo ao longo do litoral do Brasil e nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do país, há séculos, tendo chegado a Roraima no século XX.

Durante essa pesquisa, percebemos que as autoridades federais e estaduais revelaram-se incapazes de resolver questões, que estavam sob sua ingerência quando se trata da demarcação de terras indígenas. Esses movimentos e a falta de decisão deixam os ânimos acirrados e os índios partem para a violência. Eles mesmos procuram resolver as questões pendentes.

A falta de uma política indigenista e o adiamento do ato final de demarcação das terras levam as autoridades a viverem em conflito permanente com os índios e a negar-lhes o direito de primeiros habitantes do solo brasileiro.

A expropriação de suas terras impossibilita o desenvolvimento de práticas sócio-econômicas tradicionais entre os indígenas que se mostram, nessa jornada, na função de trabalhadores braçais, mão-de-obra barata. Além disso e por isso mesmo, cria-se uma dependência econômica em relação à sociedade envolvente e um constante rebaixamento de suas condições de subsistência.

A crescente expropriação das terras indígenas em Roraima, a não demarcação das áreas e reservas, a invasão por posseiros, fazendeiros, garimpeiros, mineradores e madeireiras, o arrendamento de parte das terras para brancos, todos esses fatos acumulam tensões dentro de um ambiente favorável a tais manifestações. Conseqüentemente, a problemática indígena no estado é marcada pelos mais diversos conflitos.

Observamos, ao longo destes anos, nos recortes dos três jornais, duas imagens-conceito sobre o índio roraimense. A primeira imagem mostrada nas charges revela uma visão estereotipada de um índio indefeso, tutelado, dependente e

necessitando do branco para sobreviver. Uma nova imagem, entretanto, vem sendo formada durante esse período (1991 e 1996), e revelou um índio lutador, manifestante, que sabe o que quer e reivindica seus direitos a qualquer preço. A imagem de um índio autônomo começa a ser mostrada nas fotos e textos das fotorreportagens quando ele aceita, como parceiros, instituições religiosas, órgãos governamentais de defesa do índio e autoridades ligada à causa indígena, porém não permitindo interferências indevidas. Eles mesmos, se mostram capazes de cuidar dos seus interesses e da manutenção da posse de suas terras. Essa imagem está fundamentada nas fotorreportagens em que serão mostrados fatos da realidade cotidiana.

Consideramos que a imagem do índio, construída pela mídia impressa de Roraima, é fabricada segundo os interesses de pessoas e empresas nas riquezas minerais, ao sabor da disputa pelo controle das terras da reserva Raposa/Serra do Sol. Percebemos que, nas charges que são encomendadas pela editoria dos jornais, a imagem do índio revelada corresponde ao imaginário tradicional que permeia a maioria da população roraimense: o índio indefeso, tutelado e dependente, que os chargistas recriam respondendo à visão já existente na população e a expectativa dos editores dos jornais ligados como vimos aos grandes grupos econômicos locais.

Na fotorreportagem, entretanto, a realidade contemporânea exerce uma pressão inegável, pois os fatos, mostrando índios conscientes de seus direitos, atuantes e reivindicadores, exigem uma nova postura dos jornalistas, o que vem contribuir para a criação e divulgação de uma outra imagem de silvícola, agora mais real e participante, à revelia dos grupos hegemônicos. Nesta pesquisa, apresentamos uma única imagem mais conservadora, que foi encontrada ilustrando as fotorreportagens, mas ela não retratava um fato ocorrido, sendo apenas uma ilustração para divulgação de um ato da FUNAI retirando os fazendeiros da área indígena. Isso vem revelar que, apesar de obrigados pelos fatos a admitirem uma nova postura indígena, os jornalistas evitaram, entretanto, revelar, via imagem, uma derrota dos grupos hegemônicos (a retirada dos fazendeiros da terra indígena pela FUNAI). Escolheram, para amenizar essa notícia favorável aos indígenas, a imagem de três gerações de mulheres índias, revelando

desamparo, espanto e até um certo medo, como forma de diminuir o impacto de uma notícia favorável à minoria que hoje colhe suas primeiras conquistas sociais.

Podemos concluir, portanto, que a imprensa de Roraima vai a reboque dos movimentos sociais e só notícia fatos favoráveis às minorias quando estas, pela sua luta política, conquistam inegáveis vitórias.

A opção ainda continua sendo a reafirmação das visões do grupo hegemônico local, embora se vislumbre, como mostra a pesquisa, alguma luz no fim do túnel.

ANEXOS

Anexos 1 – MODELO FICHA

UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ARTES - MESTRADO EM MULTIMEIOS

TÍTULO O ÍNDIO NA MÍDIA IMPRESSA EM RORAIMA

Orientadora: Profa. Dra. Olga Rodrigues Moraes Von Simson
Orientanda: Maria Goretti Leite de Lima

Número de Ficha: 283

Título da Notícia:

Fonte de Dados:

Ano:

Edição:

Data Completa:

Tipo de Registro:

Editoria:

Seção:

Página:

Crédito da Notícia:

Crédito da Imagem:

Tamanho da Notícia:

Altura:

Espaço da Imagem: Altura da Imagem:

Largura:

Largura da Imagem:

Nº de Imagens da Notícia:

Palavras Chave:

RESUMO

Anexos 2 – Grupos étnicos

Estado	Sociedades Indígenas	População
Acre	Arára, Asheninca, Huniquim, Katukina do Acre, Manitenéri, Maxineri, Poyanáwa, Yaminawá, Yawanáwa, Makuráp, Apurinã, Katukina, Kulina, (Venezuela/Colômbia) Amawáka (Peru), Kaxinawá (Peru)	6.610
Alagoas	Jerinpancó, Karapotó, Kariri-Xocó, Tingui-Botó, Wassú, Xucurú-Kariri	4.917
Amapá	Galibí Marworno, Karipúna, Palikur, Waiãpi, Galibí (Guiana Francesa)	5.095
Amazonas	Banavá-Jafí, Caixana, Corvana, Dení, Diahói, Himarimã, Hixkaryana, Issé, Jarawára, Juma, Kambéba, Kanamatí, Kanamari, Katawixi, Kokáma, Korubo, Marúbo, Matis, Mayorúna, Miranha, Múra, Múra-Pirahã, Nukuíni, Parintintín, Paumari, Sateré Mawé, Tariana, Tenharín, Tikúna, Torá, Tshom-Djapá, Tukano, Wamiri, Yamamadí, Yabaána, Zuruahã,, Maku, Warekêna (Venezuela), Karafawyána Sakiribar, Apurinã, Katukina/Kulina, (Venezuela/Colômbia), Makú (Colômbia), Baniwa (Colômbia/Venezuela), Baré (Venezuela), Katuena, Mawayana, Munduruku, Xeren, Vitotó (Peru), Atroari, Yanomámi, Waiwai, Kaxarari.	89.529
Bahia	Aricobé, Gerén, Kaimbé, Kantaruré, Kiriri, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó ha hã hãe, Xucurú –Kariri, Pankararú, Tuxá.	8.561
Ceará	Calabassa, Jenipapo Kanindé, Kariri, Paiaçu, Pitaguarí, Tapeba, Tabajara, Tremembé.	4.650
Espírito Santo	Tupiniquim, Guarani M' Biá.	1.347
Goiás	Tapuia, Avá-Canoeiro, Karajá.	142
Maranhão	Canela, Guajá, Guajajara, Kokuiregatejê, Kreye, Krikatí, Urubu – Kaapor, Gavião.	14.271
Mato Grosso	Apiaká, Arára do Aripuanã, Arará do Guariba, Awetí, Bakairi, Bororo, Enawenê-Nawê, Irántxe, Kalapálo, Kamayurá, Kuikúro, Matipú, Mehináku, Ofayé, Panará, Paresí, Rikbaktsa, Suyá, Tapirapé, Tapayuna Trumai, Txikão, Umutina, Waurá, Xavante, Yawalapití, Kadiwéu, Jurúna, Kayabí, Kaypó, Cinta Larga, Zoró, Itogapúk, Nambikwára, Suruí, Karajá.	17.329
Mato Grosso do Sul	Camba, Guató, Kadiwéu, Guarani-Nhandeva, Guarani-Kaiwá, Terena.Kaiwá, Terena.	45.259
Minas Gerais	Kaxixó, Krenak, Maxakali, Xakriabá.	6.200
Pará	Amanayé, Anambé, Apalaí Arára do Pará, Araweté, Asuriní do Trocará, Asuriní do Koatinemo, Kaxuyána, Parakanã, Suruí do Pará, Tiryó, Turiwára, Warikyána, Wayâna, Xipáya, Zo'é, Tembê, Karafawyána, Katuena, Mawayana, Munduruku, Xeren, Jurúna, Kayabí, Kayapó, Gavião, Waiwai, Karajá, Kuruáya.	15.715
Paraíba	Potiguára	6.902
Paraná	Guarani -Nhandeva, Guarani M' Biá, Kaingáng, Xetá.	7.921
Pernambuco	Atikum, Fulniô, Kambiwá, Kapinawá, Truká, Xukurú, Pankararú, Tuxá	19.950
Rio de Janeiro	Guarani-M'Biá	271
Rio Grande do Sul	Kaingáng	13.354
Rondônia	Aikaná, Ajuru, Akuntsu, Arará, Arikapú, Arikém, Aruá, Awakê, Gavião, Jabutí, Kanoê, Karipúna do Guaporé, Karitiána, Koaia, Mekém, Pakaánova Paumelenho, Tupari, Uari, Urueuwauwau, Urubu, Urupá, Cinta-Larga, Zoró, Itogapúk, Nambikwára, Suruí, Sirionó (Bolívia), Kaxarari, Makurap, Sakiribar.	5.573

Roraima	Ingarikó, Makuxí, Mayongóng, Taulipáng, Wapixána, Atroari, Yanomámi, Waiwai	37.025
Santa Catarina	Xoklég, Guarani-M' Biá, Kaingáng	6.667
São Paulo	Guarani-Nhandeva, Guarani M'Biá, Kaingáng, Terena.	1.774
Sergipe	Xocó	230
Tocantins	Apinayé, Javaé, Krahô, Xambioá, Xerente, Avá Canoeiro, Karajá.	6.360
Total		325.652

Fonte: Censo realizado pela FUNAI em 1995.

“Esclarecendo a questão indígena

□ Por Nelson Jobim
O autor é Ministro da Justiça

Na análise que se pode fazer do processo histórico de demarcação das terras indígenas, é fácil identificar o elemento que mais pesou contra o renate da tarefa.

O aspecto mais eficaz contra as demarcações sempre foi a incomformidade daqueles que se sentem lesados com a imperatividade do procedimento. Lembremos, que desde a Constituição de 1967/69 ficou explícita a nulidade de quaisquer atos que tivessem por objeto terras indígenas. Segundo alguns tratadistas, como Pontes de Miranda, esta situação já se podia deduzir da Constituição desde 1934. Assim, qualquer pessoa física ou jurídica, que eventualmente tivesse títulos de propriedade incidentes sobre uma gleba que se demarcasse como terra indígena, corria o risco de ver seus títulos considerados ineficazes. Nas palavras do lembrado Pontes de Miranda, seriam títulos de propriedade *sem uso e sem fruição*.

Até a Constituição de 1988, nas hipóteses de boa fé, as pessoas que tivessem seus títulos assim desconstituídos só podiam pleitear indenização através de demoradíssimos processos judiciais e, mesmo assim, por força da proibição expressa no 2º do art. 198 da Constituição de 1976/69, estas ações não podiam ser propostas nem contra a União, nem contra a Funai. Não espanta, assim, que se assentasse a ideia de que a única defesa eficaz contra eventuais prejuízos era opor-se à demarcação, negando que a terra fosse de fato indígena, na falta de oportunidade procedimental para esta oposição, ela se fazia nos bastidores, em ambiente nebuloso e sem regras.

Mesmo assim - ou quem, sabe, por isso mesmo - tal resistência às demarcações das terras indígenas foi eficaz. Dois prazos - o da Lei nº 6.001/73 e do art. 67 do Alto das Disposições Constitucionais Transitórias - esgotam-se, sem que o Estado fosse capaz de concluir a

demarcação das terras dos índios.

A Constituição de 1988 deu solução parcial ao problema, reconhecido o cabimento de indenizações pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé. Contudo, nos casos em que os possíveis prejudicados sejam detentores de algum título sobre área incluída na demarcação, o caminho ainda é, somente, o de pleitear indenizações através de ações judiciais demoradas e custosas. Por isso, na medida em que o Estado imprimiu novo ritmo à demarcação das terras indígenas, buscando a ultimação do perfil fundiário do país, avolumaram-se as resistências. Por um lado, há o inegável dever e compromisso com a história do Brasil e com a sua população indígena, além da subordinação incondicional aos mandamentos constitucionais que determinam a demarcação das terras dos índios. Por outro lado, há o inevitável reconhecimento de situações que, embora talvez viciadas na origem, geram direitos que extrapolam a mera indenização pelas benfeitorias.

Esta circunstância, grave em si mesma, adquiriu contornos dramáticos quando o Supremo Tribunal Federal determinou a interrupção do procedimento demarcatório da área Sete Cerros, Mato Grosso do Sul. Discute-se que, dados os efeitos drásticos da demarcação, não poderia a Administração Pública prosseguir, autoritariamente, sem franquear aos seduzidos prejudicados o direito de exporem suas pretensões e receptivos fundamentos. Este caso traz consigo o risco de se julgar viciado o próprio regulamento do procedimento demarcatório, vigente à época - colocando em risco todas as demarcações até então feitas, desde a promulgação da Constituição de 1988. Estamos falando de aproximadamente 39 milhões de hectares de terras indígenas.

A responsabilidade que pauta o exercício das funções públicas não

permita que se ficasse inerte. Com o objetivo de sanar a deficiência procedimental que determinou as resistências históricas à demarcação, e adiantar-se a uma decisão judicial de consequências funestas para muitas comunidades indígenas, decidiu o governo propor um novo regulamento. Assim, editou-se o Decreto nº 1.775/96, que aperfeiçoou o procedimento em dois aspectos.

No primeiro deles, que é o tema deste artigo, reconheceu-se aos terceiros interessados - e também às próprias comunidades indígenas, anote-se - o direito de se pronunciarem perante a Administração Pública quando o processo constitucional, O Poder Executivo, assim, fica obrigado a considerar estas alegações que, sem dúvida, contribuirão para que se tenha um imagem mais fiel de cada caso, permitindo maior precisão e justiça a decisão demarcatória. Esta facilidade, por si só, resulta em maior solidez jurídica e política para as demarcações, sanando o tumulto e apaziguando as resistências. Isto, sem dúvida, resultará em benefícios imediatos para as próprias comunidades indígenas e em prováveis benefícios para o país, na medida em que se consolidar o perfil fundiário das áreas de fronteira econômica.

No segundo aspecto, até agora ignorado pelos críticos do novo decreto, cuidou-se de explicar prazos para todas as etapas do procedimento demarcatório, de modo que a atuação administrativa tornasse exigível a cada passo. A providência proporciona maior segurança às comunidades indígenas.

Portanto, ao contrário do que se tem alardeado, as modificações introduzidas com o Decreto nº 1.775/96 viabilizam o cumprimento estrito do mandamento constitucional de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, extraindo um vital do próprio procedimento demarcatório a solidez que ele requer.

A demarcação das terras indígenas no Norte

* Neudo Campos

No momento em que o Congresso avança na reforma constitucional, a questão da demarcação das terras indígenas, no Norte do país, deve merecer a atenção dos parlamentares e ser tratada de maneira racional, sem emocionalismo e, sobretudo, com senso de justiça.

A área possui 1.347.810 hectares, na região Nordeste de Roraima, limita-se com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana (ex-Guiana Inglesa), e nelas estão muitas fazendas de criação de gado. A história da pecuária, na região, tem mais de um século. Índios e fazendeiros, de acordo com relato das duas partes, tinham boa convivência até a chegada de missionários católicos estrangeiros.

Recentemente, episódios envolvendo a queima de pontes de madeira e a derrubada de torres de telecomunicação culminaram com três vítimas, duas delas crianças, marcadas por queimaduras, e a morte de um trabalhador.

Todos somos favoráveis à tese de que os índios precisam legalizar suas terras. Ninguém de bom senso pode ser contrário à ideia de defender os interesses indígenas. O que tem ocorrido é erro de avaliação e de conceito sobre a região.

Os direitos dos colonos remontam há mais de um século. Levantamentos dão conta de famílias centenárias habitando a terra, cultivando a terra, cultivando fazendas e criando rebanhos. Não se pode esquecer que as terras que se pretende demarcar, de forma contínua, abrigam várias vilas, como Socó, Uiramutã, Água Fria.

Foi uma insensatez, por exemplo, inserir Vila Pacaraima, situada na linha de fronteira com a Venezuela, servida pela rodovia federal asfaltada BR-174, como área indígena na gleba São Marcos I quando tal decisão foi tomada já havia na região um pelotão do Exército, a companhia

telefônica, a companhia de energia, o sistema de abastecimento de água tratada, a agência do banco do Estado, postos da Polícia Federal e das Receitas federal e estadual, quartel e colégios de 1º e 2º graus. Com essa estrutura, trata-se de falácia defender o conceito de área indígena. Isso tem impedido a regulamentação da lei 8.526, que criou a área de livre comércio de Pacaraima.

É preciso, ainda, entender o conflito sob a perspectiva de interesses de grupos. Cerca de 30% das comunidades indígenas são católicas e os outros 50% são evangélicos. Das comunidades católicas, 30% são contrárias à demarcação das terras contínuas, assim como os evangélicos, enquanto 20% seguem a orientação do Conselho Indigenista de Roraima (CIR).

O CIR faz campanha errada, com estratégias bem definidas, defendendo a demarcação de terras contínuas para os índios das tribos ingarico, taurepang, macuxi e wapixana, e a retirada dos colonos, a exceção dos missionários.

O bom senso é sempre deixado de lado. A verdade é que há terra, e muita, para atender aos pecuaristas e aos índios. Mesmo considerando a população indígena em torno de 4.000, segundo a Funai (2.000, segundo os fazendeiros). Chegaríamos a 337 hectares por índios, área equivalente a 833 campos de futebol. A demarcação precisa preservar os interesses de todos.

O entendimento é de que os índios devem ficar com as terras de que necessitam e que estão nas aldeias tradicionais, ficando os fazendeiros com as terras que ocupam há muitos anos e que estão afastadas das aldeias indígenas.

É preciso esclarecer, ainda, que grande parte do Estado de Roraima já constitui reserva dos Yanomami, comunidade em torno de 5.000 índios que habitam área maior que Portugal.

A questão indígena gera preocupação internacional e tem

sido utilizada para comprometer a imagem do país no exterior, até chegando a condicionar empréstimos externos. As versões propagadas são unilaterais. Uma imensa tuba de ressonância, partindo de missionários estrangeiros, tem o poder de energizar, imediatamente, a mídia internacional. O polémico "massacre de Haximu, na fronteira com a Venezuela, é prova disso.

O sentimento do povo de Roraima em relação à demarcação das terras indígenas é bem diferente do sentimento dos grupos internacionais que se concentram nos interesses da região amazônica.

Para a opinião pública nacional, convém esclarecer, ainda, que os índios aculturados, que estão fora da reserva Yanomami, têm os mesmos direitos dos brancos. Votam e são votados, têm escolas e unidades hospitalares construídas pelo Estado, dispondo também de permanente programa de assistência social. O mesmo não se pode dizer dos Yanomami, submetidos ao obsoleto sistema de assistência da Funai.

Trazendo nas veias uma porção de sangue índio, tendo nascido e me criado em Roraima, cheguei ao governo do Estado sem ter nunca visto pessoalmente um Yanomami. Só pelas telas de TV. As outras comunidades indígenas fazem parte de nossa vida e integram o programa educacional do governo. Todas as escolas dentro das comunidades têm predominância de professores índios. Portanto, não se pode confundir tais comunidades perfeitamente aculturadas com os Yanomami.

O governo do Estado, com apoio das forças políticas, vai empreender esforços para chegar a um ponto de consenso. Não queremos o confronto e temos razões para acreditar na paz entre populações indígenas e fazendeiros.

* Neudo Campos é governador do Estado.

Anexo 5 – Diário Oficial da União- Caso Haximú.



174

Seção 1

Diário da Justiça

nº 209-E, segunda-feira, 30 de outubro de 2000
ISSN 1413-1500

RECURSO ESPECIAL Nº 222.651 - RORAIMA (19990061733-0)

RELA TOR : MIN. TORGE SCARF EZZINI
RE CURTO : MIN. GILBERTO CARVALHO
PRO CURTO : MIN. JOSÉ EDUARDO CARVALHO
ADVO GADO : DR. ALBERTO DE ASSIS RODRIGUES
FUND DO : JORNAL SORSA
RELA DO : FÉLIX FERNANDES DE ALMEIDA
RELA DO : FÉLIX FERNANDES DE ALMEIDA
ADVO GADO : FÉLIX FERNANDES DE ALMEIDA
ASSIST. AD : FÉLIX FERNANDES DE ALMEIDA
FUND : DR. FÉLIX FERNANDES DE ALMEIDA
SIST. GRAF : DR. FÉLIX FERNANDES DE ALMEIDA
FUND : DR. FÉLIX FERNANDES DE ALMEIDA

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL - RECURSO ESPECIAL - CRIMINAL - CRIME DE GENOCÍDIO COM O COM ÔNIO DE BILHÕES - COMPETÊNCIA - JUSTIÇA FEDERAL - JUIZ SINGULAR - LINHA - IMPEDIO YANOMAMI - ATINIA - ART. 107, I, DA CF - SÚMULA 437 DO STJ - PRECISANDO O IMPEDIO YANOMAMI - CONHECIMENTO - SENTENÇA MONOCRÁTICA RESTRITIVA.

1. Intende-se a competência da Justiça Federal para julgar o crime de genocídio com o com ônio de bilhões, nos termos do art. 107, I, da CF.

2. A competência da Justiça Federal para julgar o crime de genocídio com o com ônio de bilhões, nos termos do art. 107, I, da CF, é absoluta e não pode ser afastada por qualquer motivo, inclusive o fato de o crime ter sido cometido por um indivíduo.

3. Esta Corte, através do seu Órgão Especial, reconheceu no sentido de que a violação da determinação legal não constitui crime, mas apenas uma infração, que não dá origem a qualquer punição, sendo a pena de prisão perpétua, nos termos do art. 107, I, da CF, aplicável ao crime de genocídio com o com ônio de bilhões.

4. Fato bem descrito pela sentença e pelo acórdão, não há necessidade de reanálise dos fatos, pois os fatos são conhecidos e não há necessidade de reanálise dos fatos, pois os fatos são conhecidos e não há necessidade de reanálise dos fatos.

5. Não há necessidade de reanálise dos fatos, pois os fatos são conhecidos e não há necessidade de reanálise dos fatos, pois os fatos são conhecidos e não há necessidade de reanálise dos fatos.

6. Não há necessidade de reanálise dos fatos, pois os fatos são conhecidos e não há necessidade de reanálise dos fatos, pois os fatos são conhecidos e não há necessidade de reanálise dos fatos.

7. O crime de genocídio tem natureza jurídica, tipo objetivo e subjetivo, bem como objeto jurídico, tipo objetivo e subjetivo, bem como objeto jurídico, tipo objetivo e subjetivo.

8. Recurso conhecido e provido para, reformando a sentença, declarar a competência da Justiça Federal para julgar o crime de genocídio com o com ônio de bilhões.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos autos, acordam os Srs. Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em conformidade dos votos e das notas taquigráficas, a seguir, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando a sentença, declarar a competência da Justiça Federal para julgar o crime de genocídio com o com ônio de bilhões.

Intende-se a competência da Justiça Federal para julgar o crime de genocídio com o com ônio de bilhões.

Um jogo com resultado sem previsão

Por Nilza Almeida

A FUNAI defende o índio, o fazendeiro o do branco, o governo o desenvolvimento do estado, a igreja e Organizações Não Governamentais - ONGs, interesses questionáveis. Todos têm pontos de vista diferentes sobre o direito de posse da faixa de terra denominada Raposa/Serra do Sol. Com quem está a razão? Quem será o vencedor na disputa? Estas perguntas que ainda não tem respostas, movem a demarcação da área localizada ao nordeste do Estado de Roraima. A questão se arrasta desde maio de 93, quando a FUNAI começou pleitear a terra só para os índios, transformando-se em um dos assuntos mais polêmicos do estado, gerando conflitos e clima de tensão constante na área.

Para entender o jogo de interesses que chegou aos tribunais, é preciso retroceder no tempo. Desde o extinto Serviço de Proteção ao Índio - SPI, fundado em 1910, a história destas comunidades caminha na incerteza. De um lado, uns querem a imediata demarcação e homologação da reserva de 1.678.800 (um milhão seiscentos e setenta e oito mil e oitocentos) hectares para tribos Macuxi, Wapixana, Ingaciró, entre outras etnias. No outro extremo, estão os que querem assegurar a demarcação em ilhas, mantendo a presença da comunidade branca no mesmo espaço.

Historicamente, a área para a reserva Raposa/Serra do Sol seria habitat natural dos índios, estando eles erradicados na região há mais



Os índios esperam ver concluído o processo sobre a definição da área

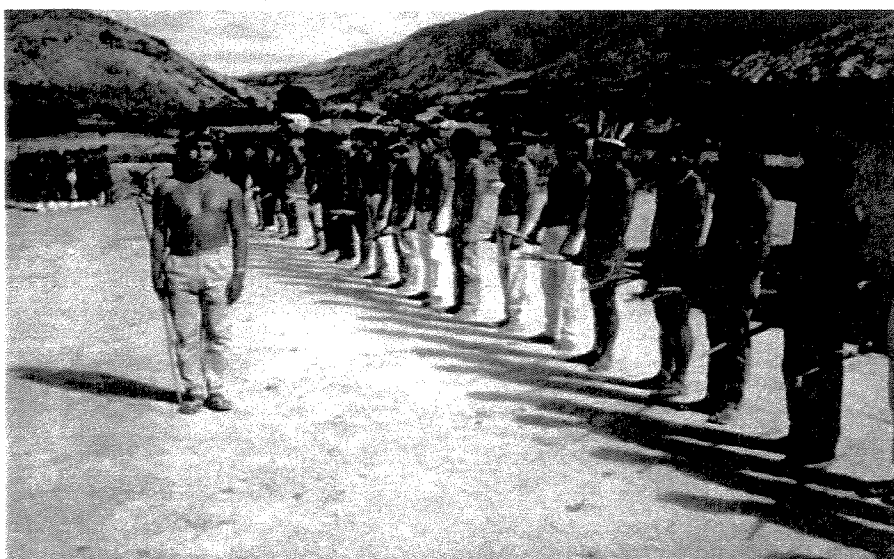
comunidade branca. Segundo eles, tratam-se de concessões para manter o domínio e o índios a serviço de suas causas.

Entre outras, na área pretendida para a reserva estão as comunidades de Normandia, sede do município de mesmo nome, Socó, Uiramutã, Mutum e Água Fria, estas últimas, produtoras de ouro e diamante. Surge aí, outro ponto que sobressai a simples discussão da demarcação de reservas indígenas: a

para apurar a responsabilidade dos fatos. Mais uma vez a figura de dom Aldo aparece na cruzada. Ele foi apontado como um dos incentivadores dos atos praticados pelos indígenas.

Em Maio de 93, quando a FUNAI assinou portaria delimitando a área Raposa/Serra do Sol, como reserva indígena, jornais de circulação nacional denunciaram que dom Aldo teria oferecido recursos internacionais ao então Ministro da Justiça, Maurício

As ações já foram encaminhadas à sede da Fundação, em Brasília, onde são analisadas por técnicos da própria FUNAI, que apresentarão ao Ministério da Justiça, até dia 8 de junho, provas contraditórias às apresentadas contra a pretensão da FUNAI. A partir desta data o ministro da Justiça, Nelson Jobim, terá um mês para estudar as provas anexadas pelas partes em questão e decidir se mantém ou não o tamanho das áreas destinadas aos índios antes da homologação.



Índios são treinados para usar arco e flecha no combate aos inimigos

Região é barril de pólvora

Atritos envolvendo índios com índios e índios com brancos não são novidade na área Raposa/Serra do Sol, uma região de conflito onde convivem cerca de seis mil índios e oito mil não índios.

A área, com 1,68 milhão de hectares, é pretendida pela Funai como reserva única para abrigar índios das etnias Macuxi, Ingariçó, Wapichana e Taurepang, esta última com o menor número de indivíduos.

A demarcação em área contínua é questionada, no entanto, pelos próprios índios. O Conselho Indígena de Roraima, ligado à Igreja Católica, defende a demarcação contínua, enquanto todas as outras entidades indígenas defendem a demarcação em áreas isoladas.

Assassinatos de índios por fazendeiros, ou o contrário, remontam ao início da década de 80, quando teve início o movimento pela demarcação da reserva e os índios passaram a invadir fazendas, que reclamavam como sendo sua terra.

A situação piorou no início do ano passado, quando o governo estadual iniciou estudos para construção de uma usina hidrelétrica na Cachoeira do Tamandua, no rio Cotingo, a mais de 300 quilômetros de Boa Vista.

Em janeiro de 95 cerca de 100 índios invadiram a área onde o governo construiria a usina e criaram o Retiro Tamandua, que passou a ser uma nova maloca. O governador Neudo Campos mandou a Polícia Militar para o local e expulsou os índios.

Isto lhe rendeu um processo que tramita na Justiça Federal. Em sinal de

protesto contra a atitude de Neudo Campos, os índios passaram a invadir fazendas, destruir cercas, roubar gado e, no auge da crise, incendiaram pontes localizadas nas rodovias estaduais e derrubaram três torres de comunicação, deixando a região totalmente isolada.

O fato de uma ponte ter sido queimada pelos índios fez as primeiras vítimas fatais do conflito. Durante a noite um vaqueiro que vivia na região dirigia-se para Boa Vista em uma caminhonete e não viu que a ponte havia sido incendiada. O carro caiu entre as chamas e ele morreu no local. Outras pessoas que estavam no carro sofreram queimaduras de terceiro grau e uma criança morreu meses depois, em consequência dos ferimentos.

O clima acalmou-se depois que o Exército Brasileiro ocupou a região, a pedido do governador, mas por decisão judicial as forças federais foram retiradas da área em junho do ano passado. De lá para cá são constantes os incidentes envolvendo índios e garimpeiros.

A situação voltou a inquietar as autoridades a partir de janeiro deste ano, quando o governo federal editou o Decreto 1.775, alterando as normas para demarcação administrativa de terras indígenas e que desagradou os índios.

No final da semana passada índios da maloca Flexalzinho atacaram um fazendeiro na Vila do Socó, também na região Raposa/Serra do Sol. O saldo foi de dois índios baleados, um com seis tiros de revólver, pelo mesmo motivo dos demais conflitos: roubo de gado. (FG)